

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração” ou Companhia”) submete à apreciação dos senhores o relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados consolidados em relação ao exercício de 2016, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

O ano de 2017 foi marcado pela consolidação da mudança no comando da CPFL Energia e a venda do controle acionário para a empresa chinesa State Grid.

A alienação do controle da CPFL Energia foi concluída no dia 23 de janeiro de 2017, quando a State Grid se tornou acionista controladora da CPFL Energia, com participação acionária de 54,64%. Em virtude do fechamento da transação que resultou na alienação direta do controle da CPFL Energia e em atendimento à regulamentação aplicável, a State Grid realizou oferta pública para aquisição da totalidade das ações ordinárias de titularidade dos acionistas remanescentes da CPFL Energia em 30 de novembro de 2017. Conforme informado no Fato Relevante e no Comunicado ao Mercado divulgados em 30 de novembro e em 5 de dezembro de 2017, respectivamente, como resultado do leilão, a State Grid adquiriu 408.357.085 ações ordinárias de emissão da CPFL Energia, representativas de 88,44% do total de ações objeto da OPA e 40,12% do capital social da CPFL Energia. A State Grid passou a deter, em conjunto com a ESC Energia, 964.521.902 ações ordinárias de emissão da CPFL Energia, elevando sua participação conjunta de 54,64% para 94,75% do capital social total da CPFL Energia.

O fechamento da transação da State Grid também resultou na alienação indireta do controle da CPFL Energias Renováveis S.A. (CPFL Renováveis) e, em atendimento à regulamentação aplicável, a State Grid deverá realizar uma oferta pública para aquisição da totalidade das ações ordinárias de titularidade dos acionistas remanescentes da CPFL Renováveis. O registro da oferta ainda está sob análise da CVM.

Em meio a essas mudanças, a CPFL Energia seguiu sua trajetória de crescimento. Em 2017, um novo projeto de energia renovável entrou em operação: em junho, foi a vez do Complexo Eólico Pedra Cheirosa, com 48 MW de capacidade instalada.

A CPFL Geração compreende os grandes empreendimentos hidrelétricos do grupo CPFL Energia, bem como as térmicas a óleo combustível, além de 3 PCHs (Rio do Peixe I, Rio do Peixe II e Macaco Branco). A capacidade instalada da CPFL Geração é de 2.132 MW.

A CPFL Geração também detém 51,60% da CPFL Renováveis, que é líder no segmento de energia renovável. Em 31 de dezembro de 2017, o portfólio da CPFL Renováveis totalizava 2.103 MW de capacidade instalada em operação e 30 MW em construção. Em 2017, 48 MW foram agregados à capacidade instalada da CPFL Renováveis, relacionados à entrada em operação dos parques eólicos do Complexo Pedra Cheirosa.

Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a CPFL Geração e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de geração baseada predominantemente em fontes limpas e renováveis, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atua.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

2017 foi marcado por um ambiente externo favorável, com influência benigna para as economias emergentes, contribuindo para a melhora das expectativas em nosso ambiente interno. Entre os principais destaques, pontuamos o bom desempenho da economia norte-americana, que anotou resultados positivos em seus principais indicadores de atividade, com crescimento do PIB de 2,3%¹ em 2017. O desempenho mais pujante da zona do euro e da economia chinesa – com crescimento do PIB em 2017 de 2,5%² e 6,9%², respectivamente, sustentam as perspectivas de que a economia mundial seguirá em crescimento – com impactos positivos para o cenário doméstico. Segundo o FMI, a economia global deverá crescer 3,8%² no biênio 2018-2019.

Após dois anos de recessão e sensível piora dos principais indicadores econômicos, 2017 se consolida como início do processo de retomada da atividade interna. Puxada pelo bom desempenho da indústria extrativa, cadeia automobilística e do setor de produtos eletrônicos e informática, a produção industrial cresceu 2,5%³ em 2017, superando as estimativas do início do ano. São também destaques a redução do nível dos estoques excessivos e gradual melhora do ambiente de negócios, verificada pela retomada da confiança dos empresários ao patamar pré-crise. A expectativa do mercado é que a produção industrial cresça aproximadamente 4,0%³ em 2018, recompondo parte das perdas acumuladas ao longo da recessão.

Junto do processo de retomada da atividade fabril, assistiu-se, em 2017, a recomposição do mercado de trabalho e do consumo interno. Ainda que com contribuição da informalidade, a ocupação cresceu de maneira expressiva ao longo de 2017 (2,1% no ano), acompanhada de ganhos reais da renda – cuja expansão em 2017 foi de 3,2%⁴. O alívio dos preços, melhores leituras da taxa de desemprego (desocupação: 11,8% em dezembro/17⁵), fatores não recorrentes de estímulo à atividade – como o saque das contas inativas do FGTS, que injetou R\$ 44 milhões no mercado doméstico – contribuíram de forma bastante positiva para a retomada das condições de consumo, agregado fundamental para o crescimento da economia brasileira.

O choque positivo da oferta de alimentos é outro elemento positivo a se destacar, uma vez que garantiu a queda expressiva dos principais índices de preços. Em 2017, IPCA e IGP-M fecharam em 2,9%⁵ e -0,5%⁶, respectivamente, abaixo do piso das metas inflacionárias. Para 2018, a expectativa do mercado é que ambos índices fiquem no centro da meta, com projeções de 3,7% e 4,2%, respectivamente³.

À luz do baixíssimo nível inflacionário, o Banco Central definiu uma política monetária claramente expansionista, promovendo sucessivos ajustes na taxa de juros ao longo do ano. A Selic encerra 2017 em 7,0% ao ano. Na reunião de fevereiro/2018, o Copom aprovou um corte adicional, levando a taxa para 6,75%. Vale ressaltar que a mediana do mercado aponta como provável um corte adicional de 25 pontos-base na próxima reunião (21/março), levando os juros para 6,5% em 2018 – patamar historicamente baixo – numa clara posição da autoridade monetária em relação ao estímulo da economia.

Por último, vale destacar que seguem alguns desafios estruturais para os próximos anos, tais como o nível de ociosidade a ser ocupado na indústria, a necessidade de estimular investimentos produtivos e o avanço das reformas que garantam uma trajetória sustentável das contas públicas.

¹ Fonte: BEA.

² Fonte: FMI.

³ Fonte: Boletim Focus (02/03/18).

⁴ Fonte: LCA Consultores.

⁵ Fonte: IBGE.

⁶ Fonte: FGV.

A disputa eleitoral em 2018 coloca algumas dessas questões em compasso de espera – como, por exemplo, a agenda de discussões acerca das reformas estruturais –, além de conferir volatilidade às projeções econômicas. Em síntese, após a divulgação do PIB de 2017 – cuja expansão de 1,0% está em linha com as expectativas dos principais agentes de mercado – o crescimento previsto para 2018 é de 2,9%³, de acordo com o Boletim Focus.

Contratos de venda de energia

Os contratos de venda de energia relativos às geradoras contêm cláusulas específicas de reajuste, que têm como principal indexador a variação anual medida pelo IGP-M. Os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) utilizam o IPCA como indexador, e os contratos bilaterais firmados pela subsidiária Campos Novos Energia (Enercan) utilizam uma combinação de indexadores de dólar e IGP-M.

3. Desempenho operacional

A CPFL Geração compreende os grandes empreendimentos hidrelétricos do grupo CPFL Energia, as UHEs Serra da Mesa, Foz do Chapecó, Campos Novos, Barra Grande, Castro Alves, Monte Claro e 14 de Julho, bem como as térmicas a óleo combustível (UTES Termonordeste e Termoparaíba), além de 3 PCHs (Rio do Peixe I, Rio do Peixe II e Macaco Branco). A capacidade instalada da CPFL Geração é de 2.132 MW.

A CPFL Geração também detém 51,60% da CPFL Renováveis, que é líder no segmento de energia renovável, atuando nas quatro fontes: eólica, biomassa, PCH e solar. Em 31 de dezembro de 2017, o portfólio da CPFL Renováveis totalizava 2103 MW de capacidade instalada em operação, compreendendo 39 PCHs (423 MW), 45 parques eólicos (1.309 MW), 8 usinas termelétricas a biomassa (370 MW) e 1 usina solar (1 MW). Ainda está em construção 1 PCH (29,9 MW). A PCH Boa Vista II, projeto localizado no Estado de Minas Gerais, tem previsão de entrada em operação a partir do 1T20.

Os parques eólicos do Complexo Pedra Cheirosa (Pedra Cheirosa I e II), localizados no município de Itarema, Estado do Ceará, entraram em operação em 27 de junho de 2017, com quase 1 ano de antecipação. A capacidade instalada é de 48,3 MW e a garantia física é de 26,1 MW médios. A energia foi vendida por meio de contrato de longo prazo no leilão A-5 de 2013. (Pedra Cheirosa I – preço: R\$ 156,20/MWh | Pedra Cheirosa II – preço: 156,82/MWh, ambos em junho de 2017).

4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Receita operacional: Em 2017, a CPFL Geração alcançou receita líquida de R\$ 3.105 milhões, um aumento de 15,8% (R\$ 424 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): o EBITDA é uma medida não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro e depreciação/amortização. Essa medida serve como indicador do desempenho do *management* e é habitualmente acompanhada pelo mercado. A Administração observou os preceitos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, quando da apuração desta medida não contábil.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA		
	2017	2016
Lucro Líquido	645.694	374.458
Depreciação e Amortização	737.106	676.749
Amortização Mais Valia de Ativos	579	579
Resultado Financeiro	844,282	921.708
Contribuição Social	54.179	50.003
Imposto de Renda	112.516	94.529
EBITDA	2.394.357	2.118.027

A Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 2.394 milhões, aumento de 13,0% (R\$ 276 milhões), devido principalmente ao aumento de 16,9% (R\$ 453 milhões) na receita com Suprimento de Energia Elétrica, parcialmente compensado pelo aumento de 36,1% (R\$ 132 milhões) no custo com energia elétrica e de 3,1% nos custos e despesas operacionais, onde estão excluídos os gastos com depreciação e amortização.

O aumento de 3,1% (R\$ 16 milhões) nos custos e despesas operacionais decorre principalmente dos seguintes efeitos:

- ✓ Aumento nas despesas com pessoal (R\$ 15 milhões);
- ✓ Aumento nas despesas com serviços de terceiros (R\$ 16 milhões);
- ✓ Aumento nas despesas de material (R\$ 17 milhões);
- ✓ Aumento no item Entidade de Previdência Privada (R\$ 0,4 milhão).

Parcialmente compensado por:

- ✓ Redução nos outros custos/despesas operacionais (R\$ 31 milhões);
- ✓ Redução nos custos com construção de infraestrutura (R\$ 2 milhões).

Lucro Líquido: Em 2017, a CPFL Geração apurou lucro líquido de R\$ 646 milhões, 72,4% maior que lucro líquido de R\$ 374 milhões registrado em 2016, refletindo principalmente o aumento de 13,0% (R\$ 276 milhões) no EBITDA e a redução de 8,4% (R\$ 77 milhões) nas despesas financeiras líquidas. Este efeito foi parcialmente compensado pelos aumentos de 8,9% (R\$ 60 milhões) nos gastos com depreciação e amortização, e pelo efeito negativo do Imposto de Renda e da Contribuição Social (R\$ 22 milhões).

Endividamento: no final de 2017, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Geração atingiu R\$ 10.249 milhões, uma redução de 4,8%.

5. Investimentos

Em 2017, foram investidos R\$ 629 milhões, sendo R\$ 8 milhões de geração convencional e R\$ 621 milhões da CPFL Renováveis, destinados principalmente aos parques eólicos do Complexo Pedra

Cheirosa (Pedra Cheirosa I e II), que entraram em operação em junho de 2017, e à PCH Boa Vista II, empreendimento que ainda está em construção. Complementarmente, houve um investimento de R\$ 46 milhões relacionado à construção de linhas de transmissão da CPFL Transmissão que, de acordo com o IFRIC 12, está registrado como "Ativos Financeiros de Concessão" (ativo não circulante).

6. Sustentabilidade e responsabilidade corporativa

A CPFL Geração desenvolve iniciativas que buscam gerar valor compartilhado entre a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais nas áreas de abrangência. Alinhados ao planejamento estratégico do Grupo CPFL, os compromissos e as diretrizes de atuação visando promover o desenvolvimento sustentável devem ser incorporados aos processos decisórios e ações, conforme destaques a seguir.

Plataforma de sustentabilidade: ferramenta de gestão, com indicadores e metas relacionadas a temas relevantes para a sustentabilidade no Grupo CPFL, definidos com base em seu posicionamento e sua estratégia, bem como na perspectiva dos principais públicos de relacionamento. A partir de 2018, incorporamos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Comitê de sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a Plataforma, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para o desenvolvimento sustentável da empresa.

Mudança do Clima: mantemos foco estratégico em negócios de baixo carbono e projetos que visam combater a mudança climática e seus impactos, atuando junto a iniciativas nacionais e internacionais.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): A reestruturação do SGDE foi implantada em 31/08/16 e contou com o acompanhamento permanente, em todas as suas etapas, do Conselho de Administração, através do Comitê de Processos de Gestão, Riscos e Sustentabilidade e do Conselho Fiscal, inclusive quanto aos fluxos dos registros éticos recebidos. Atualmente, o SGDE é composto por 7 elementos, considerados chaves para a atuação da holding e de suas empresas controladas na cultura da gestão da ética, que são: (i) Código de Conduta Ética; (ii) Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET); (iii) Regimento Interno do COMET; (iv) Canal Externo de Ética; (v) CPD (Comissão de Processamento de Denúncias); (vi) Plano de Divulgação; e (vii) Capacitação. Podemos destacar ações ocorridas/implementadas no SGDE, tais como: O Selo Pró-Ética 2017. O prêmio foi concedido pela Controladoria Geral da União (CGU) a um seleto grupo de 23 empresas dentre 375 inscritas, que fomentam a adoção voluntária de medidas de integridade e comprometidas em implementar ações voltadas à prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude, a implantação do SGDE na RGE Sul, Workshop sobre o SGDE, com abrangência em todas as empresas controladas diretas do Grupo, Canais Executivos (comunicados internos) específicos oriundo das reuniões do COMET, Semana da Integridade que entre outras ações contou com a palestra do professor da Unicamp Leandro Karnal com o tema "Corrupção as ações que cada um tem em seu dia a dia". O Comitê realizou 8 reuniões em 2017 para tratar de temas relacionados à gestão da ética, bem como para analisar as sugestões, consultas e denúncias recebidas no período.

Relacionamento com a comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Geração atua, destaca-se: **(i) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA (1% I.R.)** – Em 2017, a CPFL Geração destinou R\$ 168.000,00 para o Fundo Municipal da Criança e Adolescente de 4 cidades da área de concessão. O repasse irá apoiar os Conselhos na de um programa de capacitação e desenvolvimento institucional; **(ii) Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso – CMDI (1% I.R.)** –

Em 2017, a CPFL Geração destinou R\$ 168.000,00 ao Fundo Municipal da Pessoa Idosa de um município para apoiar projeto de desenvolvimento tecnológico e programas da ala de idosos do Hospital do Câncer de Barretos/SP; **(iii) Apoio ao Pronon – Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (1% I.R)** – Em 2017, a CPFL Geração destinou R\$ 168.000,00 para apoiar projetos de ampliação tecnológica de Hospitais de Atendimento à Pessoas com Câncer em Fortaleza/CE. Os projetos serão executados em 2018;

Gestão socioambiental: em 2017, a CPFL Geração realizou inventário de emissões de gases de efeito estufa referente ao ano de 2016, integrante do inventário da CPFL Energia. Em paralelo, cada empresa controlada desenvolveu projetos para mitigar os impactos socioambientais de seus empreendimentos, com destaque para:

UHE Foz do Chapecó - Sistema de Gestão Integrado (SGI): A FCE obteve em novembro de 2017, da certificadora BSI (British Standards Institution), recomendação para upgrade da certificação da empresa nas ISOs 9001 e 14001. A recomendação se deu após um processo de auditoria realizado entre os dias 06 e 16 de novembro. Na mesma auditoria, foi recomendada a manutenção do certificado da empresa na OHSAS 18001. **Gestão Socioambiental:** Algumas ações de destaque em 2017, no contexto socioambiental: (i) soltura de mais de 270 mil alevinos no reservatório da Usina, como parte das ações visando ao repovoamento do lago. O licenciamento ambiental estabelece como compromisso a soltura de 200 mil alevinos/ano durante a vigência da Licença de Operação; (ii) assinatura de termos de convênio com associações de pescadores para repasse de recursos que estão sendo aplicados na construção de três Pontos de Apoio à Pesca a montante da Usina, no Estado de Santa Catarina; (iii) repasse de R\$ 4,5 milhões, por intermédio de Leis de Incentivo Fiscal, para patrocínio de projetos que atendem diretamente os municípios afetados pelo empreendimento. Destacam-se, entre os projetos contemplados, a construção do Museu dos Balseiros em Chapecó/SC; a manutenção de núcleos de inclusão social para crianças e adolescentes de Alpestre/RS, com oficinas gratuitas de futebol e artes marciais; o patrocínio para turnês de teatro e apresentações circenses a serem realizadas em 2018 em unidades da rede pública de ensino; o projeto para construção de uma pista de atletismo na Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó; o apoio à Associação Brasileira de Portadores de Câncer, para a compra de laringes eletrônicas destinadas a pacientes que ficaram incomunicáveis após este tipo de neoplasia; além de projetos que valorizam grupos de dança e de música típica da região, e da realização de ópera e outros espetáculos culturais, todos com entrada franca, promovendo a universalização da cultura na região da Usina. **Pesquisa & Desenvolvimento:** Em 2017, a FCE investiu R\$ 8,0 milhões em seu Programa de Pesquisa & Desenvolvimento, dos quais R\$ 3,2 milhões foram destinados ao FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e R\$ 1,6 milhão alocado no Ministério de Minas e Energia. Outros R\$ 3,2 milhões foram investidos diretamente em projetos junto a Universidades, Centros de Pesquisa e empresas de tecnologia.

Ceran – Ao longo de 2017 lançou e consolidou sua Política de Sustentabilidade e Investimentos Social Externo, dentro desta Política fomentou 90 projetos sociais, selecionando 34 os quais receberam investimento de R\$ 11,5 milhões dos quais R\$ 1,7 milhões oriundos do incentivo dos empreendimentos da CERAN através de recursos próprios e também de leis de incentivo fiscal, e o restante captado através de parceiros e contrapartida de proponentes. Realizou o lançamento do Programa de Ética e Integridade na Conduta Empresarial dentro dos preceitos da Lei Federal 12.846/2013. A Companhia mantém um Sistema de Gestão Integrado certificado na sede da empresa e em suas Usinas (Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho), de acordo com as normas ISO 9001:2008, ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007 sendo no final de 2017 mediante auditoria de terceira parte indicada para recertificação; o complexo Ceran recebeu em 2017 o reconhecimento através da medalha Eloy Chaves de seus índices e de sua Política de Segurança do Trabalho;

UHE Campos Novos (Enercan) - (i) Em 2017, lançou seu Programa de Ética e Integridade na Conduta Empresarial baseada nos princípios da Lei Federal 12.846/2013 tendo como meta para 2018 a criação do canal de denúncias; (ii) as ações apoiadas para o desenvolvimento da região nas áreas cultural, socioambiental e econômica, contaram com a captação de 78 projetos, dos quais foram selecionados 45, os quais receberam R\$ 7,9 milhões de aporte financeiro, sendo R\$ 3,5 milhões oriundos da ENERCAN através de Leis de Incentivo Fiscal e recursos próprios, e o restante captado

em parcerias e contrapartidas de proponentes; (iii) desenvolveu pelo 6º ano consecutivo o Programa de Conservação da Área de Preservação Permanente (APP) com os moradores lindeiros ao reservatório da UHE Campos Novos, premiando as cinco melhores iniciativas, atualmente o programa conta com aproximadamente 45% dos vizinhos ao lago participando do programa; (iv) o ano de 2017 foi marcado pelas comemorações dos 10 anos de operação comercial da UHE Campos Novos, os bons resultados obtidos renderam à empresa pela segunda vez, a eleição como a melhor empresa do setor elétrico brasileiro pelo ranking do Valor 1000 – a primeira foi em 2013; (v) publicou em 2017 o seu Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa através da plataforma do GhG Protocol da FGV, obtendo o selo prata; (vi) contabilizou a soltura de 22.000 alevinos de peixes de espécies nativas no reservatório da UHE Campos Novos, o programa que conta com um banco genético “in vivo” das espécies migradoras da bacia do rio Uruguai, a partir dos quais são desenvolvidos os alevinos para soltura.

UHE Barra Grande (BAESA) – (i) Em 2017, o Programa de Responsabilidade Socioambiental captou 39 projetos, selecionando para apoio 21 projetos que receberam aporte financeiro de R\$ 5,4 milhões, sendo que 83,7% foram captados de parcerias e contrapartidas e estão voltados à geração de renda, meio ambiente, cultura, esporte, segurança pública e desenvolvimento social; (ii) foi realizada a 6ª edição do Programa de Incentivo à Conservação da Área de Preservação Permanente do reservatório, que reconhece através de premiação aos 10 (dez) moradores da região que desenvolveram as melhores práticas de conservação e preservação ambiental; (iii) A transparência e a correção na declaração das emissões de gases do efeito estufa (GEE) renderam à BAESA a conquista do Selo Ouro do GHG Protocol. O Selo Ouro é o mais alto reconhecimento concedido pelo Programa e atesta a transparência nas informações do Inventário 2016 publicado pela BAESA, também no ano de 2017 a BAESA recebeu a renovação pelo período de 10 anos do seu Projeto de Créditos de Carbono mediante realização de auditoria e registro junto ao VCS – Verified Carbon Standard; (iv) realizou o lançamento de seu Relatório de Sustentabilidade padrão GRI G4 publicado na versão essencial mediante auditoria realizada pela KPMG; (v) Na área ambiental, o ano de 2017 marcou o final do ciclo de 03 (anos) do Programa Experimental de soltura de alevinos de espécies nativas no reservatório da UHE Barra Grande, contabilizando um total de 141.500 alevinos soltos no lago. O programa conta com um banco genético “in vivo” das espécies migradoras da bacia do rio Uruguai dos quais os alevinos são originários.

7. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes (KPMG) foi contratada pela CPFL Geração para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG prestou, em 2017, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários agregados foram superiores a 5% do total de honorários recebidos pelo serviço de auditoria contábil (societária, regulatória e Sox).

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, a KPMG prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de Sox, os seguintes serviços:

Natureza	Data do contrato	Duração
Asseguração de <i>covenants</i> financeiros	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Procedimentos previamente acordados – Auditoria de projetos de P&D	18/08/2016	24 meses
Serviços de <i>compliance</i> tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Outros serviços de <i>compliance</i> tributário	27/05/2016 e 01/09/2017	16 e 12 meses

Contratamos um total de R\$ 703 mil referentes aos serviços descritos acima, o que equivale a aproximadamente 43% dos honorários de auditoria externa das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de Sox referentes ao exercício social de 2017 da CPFL Geração.

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Conforme previsto pela Instrução CVM 381/03, a KPMG declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Geração agradece às empresas com as quais desenvolve seus negócios, aos seus fornecedores e às comunidades em que atua, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2017. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S/A
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	435.567	789.512	1.430.946	1.943.782
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	155.298	149.072	558.484	455.028
Dividendo e juros sobre o capital próprio	11	96.640	102.676	54.026	70.402
Títulos e valores mobiliários		-	-	10	449
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	14.882	2.602	42.695	34.783
Outros tributos a compensar	7	14.293	16.680	67.152	61.544
Derivativos	31	20.434	126.941	20.434	126.941
Ativo financeiro da concessão	9	-	-	23.736	10.700
Outros créditos	10	26.284	10.315	293.972	172.027
Total do circulante		763.398	1.197.798	2.491.455	2.875.657
Não circulante					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	28.090	28.090	28.090	28.090
Coligadas, controladas	28	100.458	-	109.070	9.067
Depósitos judiciais	19	570	728	13.930	12.848
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7	-	-	1.660	7.598
Outros tributos a compensar	7	-	-	6.816	4.415
Derivativos	31	54.236	35.916	54.236	35.916
Créditos fiscais diferidos	8	-	-	696	260
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	300.000	-	-	-
Ativo financeiro da concessão	9	-	-	214.987	169.633
Outros créditos	10	2.583	3.483	673.013	597.049
Investimentos	11	3.443.663	4.506.774	1.001.550	1.493.753
Imobilizado	12	1.088.604	1.146.888	9.588.793	9.492.352
Intangível	13	106.780	117.533	2.984.755	3.171.799
Total do não circulante		5.124.984	5.839.411	14.677.596	15.022.781
Total do ativo		5.888.381	7.037.210	17.169.051	17.898.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S/A
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante					
Fornecedores	14	17.184	29.621	229.178	152.663
Empréstimos e financiamentos	15	143.933	352.688	880.135	971.696
Debêntures	16	727.943	600.762	1.359.300	939.542
Entidade de previdência privada	17	986	460	986	460
Taxas regulamentares		17.523	17.582	18.913	19.011
Imposto de renda e contribuição social a recolher	18	-	12.824	70.036	43.011
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	18	6.575	6.048	32.345	33.182
Dividendo e juros sobre capital próprio	22	-	396.086	15.823	410.304
Obrigações estimadas com pessoal		2.036	1.886	10.791	9.899
Derivativos	31	3.457	1.798	3.457	1.798
Uso do bem público	20	-	-	10.965	10.857
Outras contas a pagar	21	4.220	4.374	427.928	289.408
Total do circulante		923.857	1.424.129	3.059.859	2.881.830
Não circulante					
Fornecedores	14	-	-	-	633
Empréstimos e financiamentos	15	1.290.730	1.407.818	4.774.043	5.436.162
Debêntures	16	1.080.117	1.774.305	3.282.339	3.532.839
Entidade de previdência privada	17	15.595	18.502	15.595	18.502
Débitos fiscais diferidos	8	189.765	206.638	1.245.523	1.305.511
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	19	8.570	5.908	44.337	40.840
Derivativos	31	24.149	40.682	24.149	40.682
Uso do bem público	20	-	-	83.766	86.624
Outras contas a pagar	21	1.482	844	141.216	71.749
Total do não circulante		2.610.409	3.454.697	9.610.968	10.533.541
Patrimônio líquido					
Capital social	22	1.043.922	1.043.922	1.043.922	1.043.922
Reserva de capital		239.691	239.691	239.691	239.691
Reserva de lucros		601.365	293.862	601.365	293.862
Dividendo		98.511	186.947	98.511	186.947
Resultado abrangente acumulado		370.626	393.963	370.626	393.963
		2.354.115	2.158.385	2.354.115	2.158.385
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	11	-	-	2.144.109	2.324.682
Total do patrimônio líquido		2.354.115	2.158.385	4.498.225	4.483.066
Total do passivo e do patrimônio líquido		5.888.381	7.037.210	17.169.051	17.898.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S/A
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita operacional líquida	23	750.469	669.777	3.104.530	2.680.931
Custo do serviço de energia elétrica					
Custo com energia elétrica	24	(82.809)	(65.115)	(498.216)	(365.993)
Custo de operação	25	(85.510)	(77.960)	(822.085)	(744.314)
Custo do serviço prestado a terceiros	25	-	-	(45.474)	(47.751)
Lucro operacional bruto		582.150	526.702	1.738.755	1.522.873
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	25	(4.535)	(3.996)	(4.538)	(3.976)
Despesas gerais e administrativas	25	(27.910)	(25.255)	(182.218)	(151.456)
Outras despesas operacionais	25	(10.178)	(10.016)	(207.718)	(238.158)
Resultado do serviço		539.527	487.435	1.344.281	1.129.285
Resultado de participações societárias	11	412.562	319.568	312.390	311.414
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	26	67.789	143.436	237.169	305.461
Despesas financeiras	26	(390.587)	(507.810)	(1.081.451)	(1.227.169)
		(322.798)	(364.373)	(844.282)	(921.708)
Lucro antes dos tributos		629.291	442.629	812.389	518.990
Contribuição social	8	(9.186)	(10.918)	(54.179)	(50.003)
Imposto de renda	8	(26.079)	(30.563)	(112.516)	(94.529)
		(35.265)	(41.481)	(166.695)	(144.532)
Lucro líquido do exercício		594.026	401.148	645.694	374.458
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores				594.026	401.148
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores				51.669	(26.690)
Lucro por ação básico e diluído:	22				
Lucro líquido básico por lote de mil ações ordinárias - R\$		2,89	1,83		
Lucro líquido básico por lote de mil ações preferenciais - R\$		2,98	2,01		
Lucro líquido diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$		2,83	1,76		
Lucro líquido diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$		2,92	1,93		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S/A
Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	594.026	401.148	645.694	374.458
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:				
- Ganhos (perdas) atuariais, líquidas dos efeitos tributários	2.536	(9.530)	2.536	(9.530)
Resultado abrangente do exercício	596.562	391.618	648.230	364.928
Resultado abrangente atribuído aos acionistas controladores			596.562	391.618
Resultado abrangente atribuído aos acionistas não controladores			51.669	(26.690)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o exercício findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	Resultado abrangente acumulado					Lucros acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros	Dividendo	Custo atribuído					Entidade de previdência privada
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.043.922	239.760	456.969	-	442.815	(13.543)	-	2.169.922	2.382.761	4.552.683
Resultado abrangente total										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	401.148	401.148	(26.690)	374.458
Outros resultados abrangentes - perdas atuariais	-	-	-	-	-	(9.530)	-	(9.531)	-	(9.531)
Mutações internas do patrimônio líquido										
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	(36.233)	-	36.233	-	-	-
Efeito fiscal sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	12.319	-	(12.319)	-	-	-
Efeito reflexo da realização do custo atribuído	-	-	-	-	(1.864)	-	1.864	-	-	-
Reversão de reserva de reforço de capital de giro	-	-	(163.107)	-	-	-	163.107	-	-	-
Transações de capital com os acionistas										
Dividendo Intermediário	-	-	-	-	-	-	(239.980)	(239.980)	-	(239.980)
Dividendo adicional exercício 2015	-	-	-	-	-	-	(163.107)	(163.107)	-	(163.107)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	186.947	-	-	(186.947)	-	-	-
Dividendo distribuído a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(31.923)	(31.923)
Aumento de capital de minoritários	-	220	-	-	-	-	-	220	206	426
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	-	(288)	-	-	-	-	-	(288)	329	41
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.043.922	239.691	293.862	186.947	417.037	(23.074)	-	2.158.385	2.324.682	4.483.066
Resultado abrangente total										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	594.026	594.026	51.669	645.695
Outros resultados abrangentes - perdas atuariais	-	-	-	-	-	2.537	-	2.537	-	2.537
Mutações internas do patrimônio líquido										
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	-	(36.249)	-	36.249	-	-	-
Efeito fiscal sobre a realização do custo atribuído	-	-	-	-	12.325	-	(12.325)	-	-	-
Efeito reflexo da realização do custo atribuído	-	-	-	-	(1.949)	-	1.949	-	-	-
Constituição de reserva de reforço de capital de giro	-	-	307.503	-	-	-	(307.503)	-	-	-
Transações de capital com os acionistas										
Dividendo Intermediário	-	-	-	-	-	-	(196.500)	(196.500)	-	(196.500)
Juros sobre o capital próprio adicional proposto - JCP	-	-	-	98.511	-	-	(115.896)	(17.384)	-	(17.384)
Aprovação da proposta de dividendos	-	-	-	(186.947)	-	-	-	(186.947)	-	(186.947)
Dividendo distribuído a não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(109.452)	(109.452)
Redução de capital de minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	(122.806)	(122.806)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	16	16
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.043.922	239.691	601.365	98.511	391.163	(20.537)	-	2.354.115	2.144.109	4.498.225

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes dos tributos	629.291	442.629	812.389	518.990
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Depreciação e amortização	74.857	75.480	737.106	676.750
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	2.326	5.297	3.383	11.965
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	129	-	132	(20)
Encargos de dívida e atualizações monetárias e cambiais	363.450	429.901	948.213	1.039.636
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	2.067	1.677	2.067	1.677
Equivalência patrimonial	(412.562)	(319.568)	(312.391)	(311.414)
Perda (ganho) na baixa de não circulante	211	55	21.928	35.293
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	-	-	20.438	40.433
Outros	-	-	2.099	(202)
	659.769	635.471	2.235.364	2.013.108
Redução (aumento) nos ativos operacionais				
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(6.347)	19.801	(103.579)	(35.910)
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	912.042	95.627	729.372	84.164
Tributos a compensar	3.567	18.498	17.061	53.955
Depósitos judiciais	200	(6)	(466)	(103)
Ativo financeiro da concessão (transmissoras)	-	-	(56.665)	(55.134)
Outros ativos operacionais	(14.962)	(7.959)	(39.714)	24.230
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(12.437)	(83.287)	75.882	(48.063)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(603)	(898)	(603)	(898)
Outros tributos e contribuições sociais	(16.857)	373	(225.763)	(15.971)
Taxas regulamentares	(59)	109	(98)	(956)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(278)	(205)	(1.171)	(1.898)
Adiantamentos de clientes	(6)	7	162.073	26.309
Outros passivos operacionais	641	3.079	(11.915)	68.731
Caixa líquido gerado pelas operações	1.524.670	680.610	2.779.778	2.111.564
Imposto de renda e contribuição social pagos	(79.724)	(37.699)	(9.496)	(161.638)
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(346.494)	(433.347)	(891.170)	(966.626)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.098.452	209.564	1.879.112	983.300
Atividades de investimento				
Aumento de capital por acionistas não controladores	-	-	-	467
Redução de capital em controlada em conjunto	319.668	-	91.599	-
Aquisições de imobilizado	(5.620)	(5.412)	(624.525)	(981.447)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados	-	-	(95.806)	(119.824)
Adições de intangível	(527)	(1.422)	(4.694)	(4.665)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(50.000)	(343.900)	-	-
Operações de mútuo com coligadas	(100.435)	-	(100.233)	(78)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	163.086	(350.734)	(733.659)	(1.105.547)
Atividades de financiamento				
Redução de capital por acionistas não controladores	-	-	(122.790)	-
Captação de empréstimos e debêntures	-	875.797	1.153.465	1.937.810
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(862.290)	-	(1.824.749)	(909.234)
Liquidação de operações com derivativos	26.339	(29.950)	26.339	(29.950)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(779.533)	(110.532)	(887.378)	(136.000)
Operações de mútuo com controladas e coligadas	-	-	(662)	-
Pagamento de aquisição de negócios	-	-	(2.514)	(21.234)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(1.615.484)	735.315	(1.658.289)	841.392
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(353.946)	594.145	(512.836)	719.145
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	789.512	195.367	1.943.782	1.224.637
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	435.567	789.512	1.430.946	1.943.782

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.
Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
1 - Receita	837.054	749.749	4.052.610	3.893.351
1.1 Receita de venda de energia e serviços	831.036	742.669	3.275.823	2.832.294
1.2 Receita relativa à construção de ativos próprios	6.147	7.080	729.722	1.011.478
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	-	-	47.199	49.560
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(129)	-	(132)	20
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(115.710)	(90.033)	(1.554.097)	(1.671.197)
2.1 Custo com energia elétrica	(91.250)	(71.752)	(511.892)	(377.848)
2.2 Material	(5.673)	(3.013)	(528.648)	(787.219)
2.3 Serviços de terceiros	(16.364)	(15.140)	(425.106)	(381.477)
2.4 Outros	(2.425)	(128)	(88.452)	(124.653)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	721.344	659.716	2.498.513	2.222.154
4 - Retenções	(74.857)	(75.480)	(739.586)	(678.863)
4.1 Depreciação e amortização	(64.891)	(65.514)	(574.296)	(516.425)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(9.967)	(9.967)	(165.291)	(162.437)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	646.487	584.236	1.758.927	1.543.291
6 - Valor adicionado recebido em transferência	482.739	466.682	568.733	663.466
6.1 Receitas financeiras	70.176	147.115	256.343	352.052
6.2 Equivalência patrimonial	412.562	319.568	312.390	311.414
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.129.226	1.050.919	2.327.660	2.206.757
8 - Distribuição do valor adicionado				
8.1 Pessoal e encargos	29.126	26.094	118.877	106.144
8.1.1 Remuneração direta	17.994	16.777	85.846	77.335
8.1.2 Benefícios	9.654	8.133	25.651	21.923
8.1.3 F.G.T.S	1.478	1.184	7.380	6.886
8.2 Impostos, taxas e contribuições	115.670	115.411	412.366	384.346
8.2.1 Federais	115.225	115.011	411.920	383.936
8.2.2 Estaduais	40	33	42	33
8.2.3 Municipais	404	367	404	377
8.3 Remuneração de capital de terceiros	390.403	508.266	1.150.723	1.341.808
8.3.1 Juros	389.833	507.732	1.122.039	1.311.435
8.3.2 Aluguéis	570	534	28.684	30.373
8.4 Remuneração de capital próprio	594.026	401.148	645.694	374.458
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	115.896	-	115.896	-
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	196.500	401.148	198.599	410.321
8.4.3 Lucros retidos/(Prejuízos) do exercício	281.630	-	331.200	(35.864)
	1.129.226	1.050.919	2.327.660	2.206.757

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, que atua no negócio de geração de energia como concessionária de serviço público e com participação no capital social de outras Companhias. A Companhia detém a Pequena Central Hidrelétrica (“PCH”) Cariobinha e a usina termelétrica de Carioba, com potência total instalada de 1,3 MW e 36 MW, respectivamente. Estes empreendimentos, encontram-se desativados enquanto aguardam posicionamento do Ministério de Minas e Energia sobre o encerramento antecipado de sua concessão. A partir de 30 de setembro de 2015, passou a deter as concessões das Usinas Hidrelétricas (“UHEs”) Macaco Branco e Rio do Peixe – Casa de Força I e II, com potência total instalada de 2,4 MW e 18,1 MW, respectivamente, todas localizadas no Estado de São Paulo. Essas usinas operam em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com receitas anuais de geração definidas por Resolução Homologatória da ANEEL, bem como a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 – Km 2,5, CEP 13088-140 – Parque São Quirino em Campinas, Estado de São Paulo.

A concessão da CPFL Geração se encerra em 2042, prazo final das concessões de Macaco Branco e Rio do Peixe, não podendo ser prorrogadas. Possui ainda parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento hidrelétrico pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS”). Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à CPFL Geração a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 671 MW médios (345,4 MW médios).

A Companhia possui participações nas seguintes sociedades (informações sobre capacidade de produção de energia e dados correlatos não são auditados pelos auditores independentes):

Empresas consolidadas - Controladas

CERAN - Companhia Energética Rio das Antas (“CERAN”)

A Companhia detém e controla com participação de 65%, a CERAN que é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a implantação e exploração dos aproveitamentos hidrelétricos de Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada prevista, conforme contrato de concessão é de 360 MW. O início da operação da Usina Hidrelétrica (“UHE”) Monte Claro foi em dezembro de 2004, da UHE Castro Alves em março de 2008 e da UHE 14 de Julho em dezembro de 2008. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis”)

A Companhia detém e controla com participação de 51,6%, a CPFL Renováveis que é uma sociedade por ações de capital aberto, que possui operação nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraná e Rio Grande do Sul, e tem como principais atividades (i) o investimento em sociedades no segmento de energias renováveis, (ii) a identificação, desenvolvimento e exploração de potenciais de geração e (iii) comercialização de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2017, a CPFL Renováveis era composta por um portfólio de 112 projetos de 2.508,4 MW de capacidade instalada (2.102,6 MW em operação), sendo:

- Geração de energia hidrelétrica: 46 PCH's (543,2 MW) com 39 PCH's em operação (423 MW) e 7 PCH's em desenvolvimento (120,2 MW);
- Geração de energia eólica: 57 projetos (1.594,1 MW) com 45 projetos em operação (1.308,5 MW) e 12 projetos em construção/desenvolvimento (285,6 MW);
- Geração de energia a partir de biomassa: 8 usinas em operação (370 MW);
- Geração de energia solar: 1 usina solar em operação (1,1 MW)

CPFL Transmissão Piracicaba S.A. (“CPFL Transmissão Piracicaba”)

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Piracicaba é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em 2012, pela CPFL Geração, para operar na concessão vencida no Leilão de Transmissão ANEEL 007/2012, para a construção e operação de uma subestação de 440 KV, localizada no município de Piracicaba, no Estado de São Paulo, além de uma linha de transmissão de aproximadamente 6,5 km de extensão que foi transferida para a CTEEP conforme previsto no edital do Leilão.

CPFL Transmissão Morro Agudo S.A. (“CPFL Transmissão Morro Agudo”)

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Morro Agudo é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em janeiro de 2015 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 007/2014, estando em construção uma subestação de 500 KV, localizada no município de Morro Agudo, no Estado de São Paulo, bem como uma linha de transmissão de aproximadamente 1 km de extensão, que será transferida para a Ribeirão Preto Transmissão de Energia S.A. – RPTE, conforme previsto no edital do Leilão. O serviço de transmissão da rede básica, iniciou suas operações em 02 de julho de 2017.

Empreendimentos controlados em conjunto

BAESA - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”)

Controlado em conjunto com participação de 25,01%, a BAESA é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

Campos Novos Energia S.A. (“ENERCAN”)

Controlado em conjunto com participação de 48,72%, a ENERCAN é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a implantação e exploração do aproveitamento Hidrelétrico de Campos Novos, localizado no Rio Canoas, no Estado de Santa Catarina, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 880 MW. O início da operação comercial ocorreu em 2007, sendo que 2 turbinas entraram em operação em fevereiro e a terceira e última turbina em maio do mesmo ano. A concessão se encerra em 2035, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. (“EPASA”)

Controlado em conjunto com participação de 53,34% a partir de 01 de fevereiro de 2015, a EPASA é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo desenvolver, implementar, operar e explorar 2 (duas) Usinas Termoelétricas (“UTE”), denominadas “UTE Termoparaíba” e “UTE Termonordeste”, ambas movidas a óleo combustível, cuja potência instalada é de 170,8 MW cada, que entraram em operação respectivamente em 24 de dezembro de 2010 e 13 de janeiro de 2011. As referidas usinas receberam autorização por 35 anos para serem exploradas por meio de regime de produção independente de energia elétrica.

As UTEs Termonordeste e Termoparaíba tiveram 100% de sua energia vendida no Leilão 002/2007-ANEEL, por um período de 15 anos a partir de janeiro de 2010, por meio de contratos por Disponibilidade de Energia Elétrica. Assim, quando o Operador Nacional do Sistema (ONS) emite um comando de despacho, este custo da energia gerada é pago pelas Distribuidoras compradoras no leilão, pagando-se pelo preço do Custo Variável Unitário (“CVU”) declarado pela energia gerada. Assim, há 2 tipos de Receita nas UTEs:

- Receita fixa: que é representada pela remuneração anual de cada UTE, conforme negociado no leilão, que reflete a receita de disponibilidade da UTE.
- Receita variável: refere-se à receita da energia gerada pelas UTEs e valorada ao CVU, que é o valor do custo variável para cada MW/h gerado pelas UTEs, expresso em R\$/MWh. O CVU compõe-se de duas parcelas: a primeira vinculada ao custo do combustível, e a segunda vinculada aos demais custos variáveis.

Chapecoense Geração S.A. (“Chapecoense”)

Controlado em conjunto com participação de 51%, a Chapecoense é uma sociedade por ações de capital fechado que detém a participação integral na Foz do Chapecó Energia S.A. (“Foz do Chapecó”), sendo também uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó, localizado no Rio Uruguai na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada é de 855 MW. Em 2010, entraram em operação 3 (três) unidades geradoras com potência instalada de 213,75 MW cada, cujas datas foram 14 de outubro, 23 de novembro, 30 de dezembro, sendo que a quarta e última unidade entrou em operação em 12 de março de 2011. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

Capital Circulante Líquido Negativo

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 160.460. A Companhia vem trabalhando nos planos de redução do capital circulante líquido negativo e em janeiro de 2018 captou debêntures no montante de R\$ 190.000 (nota 34). Adicionalmente, a Companhia tem histórico de lucros, bem como projeção de lucratividade e geração de caixa, o que suporta e viabiliza o plano de renegociação para redução nos custos da dívida da Companhia.

No consolidado o capital circulante negativo no montante de R\$ 568.404, principalmente em função da controlada CPFL Renováveis, o equacionamento do capital de giro no exercício de 2018 será alcançado mediante aportes da controladora direta ou indireta através de mútuo financeiro no montante de até R\$ 800.000, já aprovado em ATA de reunião do Conselho de Administração realizada em 1 de fevereiro de 2018, em adição a recebimentos de suas controladas diretas e indiretas decorrentes, principalmente, de resultados acumulados, além do mútuo financeiro já mencionado, temos a expectativa de liberação, ainda no 1º semestre de 2018, de recursos dos financiamentos de longo prazo para as obras de construção das usinas eólicas de Pedra Cheirosa I e II e da PCH Boa Vista 2, que serão aplicados na liquidação do atual endividamento de curto prazo obtido através de empréstimos ponte.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *Internacional Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Tais práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – (CVM).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Grupo.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (“www.aneel.gov.br”) e da Companhia (“www.cpl.com.br”) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 12 de março de 2018.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 8 – Créditos e débitos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 12 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 13 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 17 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 19 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos);
- Nota 23 – Receita operacional líquida (premissas para mensuração do fornecimento não faturado); e
- Nota 31 – Instrumentos financeiros (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional do Grupo é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A Administração da Companhia utiliza-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em (i) atividades de geração de energia elétrica por fontes convencionais (“Geração”); (ii) atividades de geração de energia elétrica por fontes renováveis (“Renováveis”); e (iii) outras atividades não relacionadas nos itens anteriores.

Estão incluídos na apresentação dos segmentos operacionais, itens diretamente a eles atribuíveis, bem como eventuais alocações necessárias, incluindo ativos intangíveis.

2.6 Informações sobre participações societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas e empreendimentos controlados em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto pelas empresas ENERCAN, BAESA, Chapecoense e EPASA que são registradas por equivalência patrimonial, as demais entidades são consolidadas de forma integral. Apesar de deter mais do que 50% da participação acionária das entidades EPASA e Chapecoense, a Companhia controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos, uma vez que a análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros, detida nas controladas CERAN e CPFL Renováveis.

2.7 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras em IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa do Grupo.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem a saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2 Contratos de concessão

O ICPC 01 (R1) e IFRIC 12 – Contratos de Concessão estabelecem diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura das concessionárias de distribuição é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs e IFRSs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras (i) um ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) um ativo financeiro, correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O ativo financeiro das transmissoras é classificado como empréstimos e recebíveis, mensurado inicialmente ao seu valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado através do método de juros efetivos.

3.3 Instrumentos financeiros

– Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

- (i) Registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam estes ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.
- (ii) Mantidos até o vencimento: são ativos para os quais a Companhia e suas controladas possuem intenção e capacidade de manter até o vencimento. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.
- (iii) Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e, após o reconhecimento inicial, reconhecidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

– Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais passivos financeiros:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.
- (ii) Outros passivos financeiros (não mensurados pelo valor justo por meio do resultado): são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 31.

– Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Em 26 de dezembro de 2017 através da AGE, foi efetuado alteração no estatuto social da Companhia para a conversão das ações preferenciais em ordinárias, na relação de conversão de ações em que, para cada 1 (uma) ação preferencial, será entregue 1 (uma) ação ordinária, por meio do cancelamento das ações preferenciais e da emissão de 136.991.810.529 (cento e trinta e seis bilhões, novecentos e noventa e um milhões, oitocentos e dez mil e quinhentos e vinte e nove) ações ordinárias.

3.4 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 2,68% a 17,98%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades reguladas são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

3.5 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, software e servidão de passagem.

O ágio (“*goodwill*”) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio, somando a parcela dos acionistas não controladores, e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

Nas demonstrações financeiras individuais, a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de “resultado de participações societárias” em atendimento ao ICPC 09 (R2). Nas demonstrações financeiras consolidadas este valor é apresentado como intangível e sua amortização é classificada na demonstração do resultado consolidado como “amortização de intangível de concessão” em outras despesas operacionais.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões pode ter origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir:

Adquiridos através de combinações de negócios: a parcela oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão está sendo apresentado como ativo intangível e amortizado pelo período remanescente das respectivas autorizações de exploração, amortizada linearmente ou com base na curva do lucro líquido projetado das concessionárias, conforme o caso (para detalhes vide nota 3.11, item d); e

Uso do Bem Público: algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período de cada concessão.

3.6 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

– Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo, e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia e suas controladas avaliam a evidência de perda de valor para recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa efetiva de juros original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada a crédito no resultado.

– Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconhecimento pelo desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

3.8 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão, reconhecidos por competência em conformidade com o CPC 33 (R1) e IAS 19 (revisado 2011) – Benefícios a Empregados, sendo consideradas patrocinadoras destes planos. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- (i) Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- (ii) Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.9 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais, CPC 24, IAS 10 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.10 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita de suprimento da CPFL Geração e suas controladas proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos de comercialização de energia em ambiente regulado e contratos de energia de reserva. As receitas de fornecimento de energia são registradas com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e referem-se a energia vendida para consumidores finais no ambiente de contratação livre.

A receita proveniente da transmissão de energia é reconhecida pelo método linear com base na taxa efetiva sobre o montante a receber da receita de construção. A taxa efetiva de juros é apurada descontando-se os fluxos de

caixa futuros estimados durante a vida prevista dos ativos financeiros sobre o valor contábil inicial deste ativo financeiro

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço é efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

Em 2017 as receitas provenientes de clientes que representam 10% ou mais do total de receitas da Companhia são como seguem: Furnas R\$ 565.592 (69%) e CPFL Paulista R\$ 135.058 (16%).

3.11 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A Companhia e determinadas controladas registraram em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia. A Companhia e suas controladas registraram, também, créditos fiscais referentes ao benefício dos intangíveis incorporados, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.12 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

3.13 Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) instrumentos de patrimônio líquido.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação.

A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida e o valor justo dos ativos identificados (incluindo ativo intangível de exploração da concessão) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio (“*goodwill*”). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

3.14 Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação de não-controladores na companhia adquirida, deduzindo o valor justo reconhecido dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

(ii) Controladas e empreendimentos controlados em conjunto

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. Para os empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*), este registro se dá por meio do método de equivalência patrimonial a partir do momento em que o controle compartilhado se inicia.

As políticas contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto consideradas na consolidação e ou equivalência patrimonial, conforme o caso, estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas. Anteriormente à consolidação com as demonstrações financeiras da Companhia, as demonstrações financeiras da controlada CPFL Renováveis são consolidadas integralmente com as de suas respectivas controladas.

Saldos e transações entre empresas do grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas transações, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas são eliminados na proporção da participação da CPFL Geração na controlada, se aplicável. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Para controladas, a parcela relativa aos acionistas não controladores está destacada no patrimônio líquido e nas demonstrações do resultado e resultado abrangente em cada exercício apresentado.

Os saldos dos empreendimentos controlados em conjunto, bem como o percentual de participação da Companhia em cada um deles, estão descritos na nota 11.1.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrada como transação entre acionistas. Conseqüentemente, nenhum ganho ou ágio é reconhecido como resultado de tal transação.

3.15 Novas normas e interpretações vigentes

Foram emitidas e/ou revisadas diversas normas pelo IASB e CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2017:

a) Alterações ao IAS 12 / CPC 32 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas

Emitidas em 19 de janeiro de 2016, as alterações ao IAS 12 / CPC 32 esclarecem as exigências de reconhecimento de ativos fiscais diferidos por perdas não realizadas em instrumentos de dívida e o método de avaliação da existência de lucros tributáveis futuros prováveis para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, para endereçar a diversidade na prática.

A aplicação das alterações ao IAS 12 / CPC 32 não causou impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

b) Alterações ao IAS 7 / CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Emitidas em 29 de janeiro de 2016, as alterações ao IAS 7 da Iniciativa de Divulgação têm como objetivo levar as entidades a fornecerem divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações nas responsabilidades decorrentes das atividades de financiamento.

A aplicação das alterações ao IAS 7 / CPC 03 (R2) implicou em alterações na divulgação de movimentação de ativos e passivos financeiros cujos fluxos de caixa são classificados como atividade de financiamento. As mudanças destas alterações do IAS 7 geraram divulgação adicional, refletidas nas notas 15 – Empréstimos e financiamentos, 16 – Debêntures e 31 – Instrumentos Financeiros.

c) Melhorias Anuais às IFRS / Ciclo 2014 - 2016

Anualmente, o IASB discute e decide sobre as melhorias propostas para as IFRS, conforme são levantadas ao longo do ano. Em 8 de dezembro de 2016 foram publicadas as medidas referentes ao Ciclo 2014-2016, das quais a seguinte entrou em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2017:

Alterações ao IFRS 12 – Divulgação de participações em outras entidades: esclarece o escopo do pronunciamento, com relação à participação de entidades em outras entidades que estejam classificadas como disponíveis para venda ou operações descontinuadas de acordo com o IFRS 5.

Considerando que a Companhia não possui participação em outras entidades que estejam classificadas como disponíveis para venda ou operações descontinuadas, não houve efeitos destas alterações sobre as divulgações e montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

3.16 Novas normas e interpretações vigentes, mas não adotadas

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. A Companhia não adotou as IFRS novas ou revisadas a seguir:

a) IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 / CPC 48 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39 / CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39 / CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e mudanças nessas expectativas a cada data de reporte para refleti-las desde o reconhecimento inicial. Ou seja, não é mais necessário que o evento ocorra para que seja reconhecida a perda no crédito.

No que tange às modificações relacionadas à contabilização de *hedge*, o IFRS 9 mantém os três tipos de mecanismo de contabilização de *hedge* previstos no IAS 39, mas traz maior flexibilidade no que tange os tipos de transações elegíveis à contabilização de *hedge*, mais especificamente a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de *hedge* e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de *hedge*. Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de “relacionamento econômico”. Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do *hedge* não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade.

Adicionalmente, como o Grupo não aplica a contabilização de *hedge*, a Administração concluiu que não haverá impacto relevante nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras consolidadas em função das alterações da norma sobre este tópico.

Com relação às mudanças ao cálculo de *impairment* de instrumentos financeiros, a Companhia estima que não haverá impacto significativo no resultado de 2018, porém continuará analisando esses efeitos no decorrer do exercício de 2018. O efeito, se houver, será uma redução da rubrica de “consumidores, concessionárias e permissionários”.

Considerando que o Grupo detém determinados passivos financeiros designados a valor justo contra o resultado, a Administração afirma que haverá impactos nas suas demonstrações financeiras consolidadas pois as mudanças do risco de crédito, atualmente registradas diretamente no resultado do exercício, passarão a ser reconhecidas em outros resultados abrangentes. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as mudanças no risco de crédito registradas no resultado foram uma despesa de R\$ 16.474.

b) IFRS 15 / CPC 47 e Esclarecimentos ao IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo simples para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18 / CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11 / CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Pelos novos requerimentos do IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes.

O IFRS 15 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. Para os contratos que comecem e concluírem no mesmo período de apresentação comparativa, bem como contratos que são concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados. A Companhia analisou as cinco etapas de reconhecimento para os diversos tipos de receita do Grupo e não identificou nenhum impacto relevante da adoção desta norma em suas demonstrações financeiras consolidadas. Desta forma, após as devidas análises a conclusão é de que o reconhecimento de receita atual está de acordo com a norma do CPC 47/IFRS 15.

c) IFRIC 22 – Transações e adiantamentos em moeda estrangeira

Emitida em 8 de dezembro de 2016, o IFRIC 22 aborda a taxa de câmbio a ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em transações com moeda estrangeira. O IFRIC será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

As transações em moeda estrangeira do Grupo restringem-se, atualmente, aos instrumentos de dívida com instituições financeiras internacionais, mensuradas a valor justo, e à aquisição de energia de Itaipu. Uma vez que ativos e passivos mensurados ao valor justo estão fora do escopo do IFRIC e que não há antecipações de pagamentos nas operações com Itaipu, a Administração da Companhia avalia que o IFRIC 22 não causará impactos relevantes em suas demonstrações financeiras consolidadas.

d) Melhorias Anuais às IFRS / Ciclo 2014 - 2016

Anualmente, o IASB discute e decide sobre as melhorias propostas para as IFRS, conforme são levantadas ao longo do ano. Em 8 de dezembro de 2016 foram publicadas medidas referentes ao Ciclo 2014-2016, das quais as seguintes entram em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018:

Alterações à IFRS 1 – Adoção Inicial do IFRS: exclui da norma algumas exceções existentes para aplicação no período de transição das entidades recém-adoptantes ao IFRS.

Como a Companhia não possui controladas que sejam organização de capital de risco e não é adotante inicial ao IFRS, a Administração afirma que a aplicação dessas alterações não terá um efeito sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas. Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terão um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme IFRS 13/CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado, sob condições atuais de mercado, na data de mensuração.

- Imobilizado e intangível

O valor justo do imobilizado e intangível reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado destes bens é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31), e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Saldos bancários	45	2.533	71.671	84.157
Aplicações financeiras	435.522	786.979	1.359.275	1.859.625
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	647	-	647	-
Certificado de depósito bancário (b)	-	579.766	39.270	818.628
Operações compromissadas em debêntures (b)	-	-	2.257	58.616
Fundos de investimento (c)	434.875	207.213	1.317.101	982.381
Total	435.567	789.512	1.430.946	1.943.782

- a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente, que são remunerados diariamente a 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).
- b) Essas aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo em CDB’s e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente na média, entre 95,2% a 98,3% do CDI.
- c) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente na média de 100,9% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB’s, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Operações realizadas na CCEE	417	474	79.259	19.115
Concessionárias e permissionárias (a)	154.705	148.246	479.063	434.839
Outros	572	627	567	1.356
	155.694	149.347	558.889	455.310
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(396)	(275)	(406)	(282)
Total	155.298	149.072	558.484	455.028
Não circulante				
Operações realizadas na CCEE (b)	28.090	28.090	28.090	28.090
Total	28.090	28.090	28.090	28.090

Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Consolidado		
	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros créditos (nota 10)	Total
Saldo em 31/12/2015 (Circulante)	(302)	(2.299)	(2.601)
Provisão revertida (constituída) líquida	20	-	20
Baixa de contas a receber provisionadas	-	1.981	1.981
Saldo em 31/12/2016 (Circulante)	(282)	(318)	(600)
Provisão revertida (constituída) líquida	(133)	(8)	(141)
Recuperação de receita	9	-	9
Saldo em 31/12/2017 (Circulante)	(406)	(326)	(732)

a) Concessionárias e Permissionárias

No ativo circulante o saldo consolidado está composto:

- R\$ 63.522 (R\$ 60.481 em 31 de dezembro de 2016) referente ao saldo a receber da quota parte da Companhia da energia produzida pela Usina Hidrelétrica Serra da Mesa, que está sendo integralmente comercializada com FURNAS;
- R\$ 91.183 (R\$ 87.765 em 31 de dezembro de 2016) referente à energia produzida pela BAESA e comercializada pela Companhia por meio de contrato bilateral junto à Companhia Paulista de Força e Luz

("CPFL Paulista") e Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga") e CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil");

- R\$ 1.192 referente à Transmissão de energia elétrica e Uso de rede elétrica
- R\$ 32.157 (R\$ 31.637 em 31 de dezembro de 2016) decorrente da energia produzida pela CERAN que é comercializada essencialmente com a CPFL Paulista, a CPFL Piratininga e a CPFL Brasil; e
- R\$ 291.009 (R\$ 254.757 em 31 de dezembro de 2016) referente a energia produzida pela controlada CPFL Renováveis que basicamente é comercializada como PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, junto à Eletrobrás e mercado livre.

b) Operações Realizadas na CCEE

O saldo do não circulante de R\$ 28.090 refere-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica, que compreendem principalmente: (i) ajustes de contabilizações realizados pela CCEE para contemplar determinações judiciais (liminares) nos processos de contabilização para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002; e (ii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE. A Companhia entende não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<u>Circulante</u>				
Antecipações de contribuição social - CSLL	3.987	1.578	4.463	2.175
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	9.388	-	10.894	4.952
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.508	1.024	27.339	27.656
Imposto de renda e contribuição social a compensar	14.882	2.602	42.695	34.783
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	10.052	13.162	48.445	43.110
ICMS a compensar	-	-	3.451	2.993
Programa de integração social - PIS	755	626	2.618	2.208
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.483	2.888	12.431	10.023
Outros	3	5	206	3.210
Outros tributos a compensar	14.293	16.680	67.152	61.544
Total Circulante	29.175	19.282	109.847	96.328
<u>Não circulante</u>				
Contribuição social a compensar - CSLL	-	-	-	1
Imposto de renda a compensar - IRPJ	-	-	1.660	7.598
Imposto de renda e contribuição social a compensar	-	-	1.660	7.598
ICMS a compensar	-	-	2.808	2.808
Outros	-	-	4.008	1.607
Outros tributos a compensar	-	-	6.816	4.415
Total Não circulante	-	-	8.476	12.013

Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF - No consolidado em 31 de dezembro de 2017, inclui-se o montante de R\$ 28.870 (R\$ 23.902 em 31 de dezembro de 2016) da controlada CPFL Renováveis, referente a retenções sobre aplicações financeiras, que conforme expectativa da Administração será compensado com recolhimento de imposto de renda.

PIS/COFINS - No circulante consolidado em 31 de dezembro de 2017, inclui o montante de R\$ 10.324 (R\$ 8.343 em 31 de dezembro de 2016) que representa os créditos apurados pela controlada CPFL Renováveis retidos de órgãos públicos sobre a venda de energia.

(8) CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

8.1 – Composição dos créditos (débitos) fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>				
Bases negativas	-	4.932	-	4.983
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(54.755)	(64.543)	(332.535)	(354.086)
Subtotal	(54.755)	(59.611)	(332.535)	(349.103)
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>				
Prejuízos fiscais	3.096	16.169	3.096	16.379
Benefício fiscal do intangível incorporado	13.992	16.090	13.992	16.090
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(152.099)	(179.286)	(921.499)	(982.458)
Subtotal	(135.010)	(147.028)	(904.411)	(949.991)
<u>Crédito (Débito) de PIS e COFINS</u>				
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	-	-	(7.881)	(6.157)
Total	(189.765)	(206.638)	(1.244.827)	(1.305.251)
Total crédito fiscal	-	-	696	260
Total débito fiscal	(189.765)	(206.638)	(1.245.523)	(1.305.511)

8.2 – Benefício fiscal do intangível incorporado

O benefício fiscal do intangível incorporado é oriundo da incorporação societária, em 2007, da SEMESA S.A. pela Companhia e estão registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 13. O saldo na data base de 31 de dezembro de 2016 passou a ser realizado a partir de 2017 de forma linear pelo prazo remanescente do contrato de arrendamento com a detentora da concessão (Furnas). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3,70%.

8.3 – Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis

	Controladora			
	31/12/2017		31/12/2016	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	775	2.153	525	1.457
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	65	180	53	148
Provisão relacionada a pessoal	181	502	136	377
Derivativos	3	9	(6.052)	(16.811)
Perdas atuariais (IFRS/CPC)	554	1.538	554	1.538
Instrumentos financeiros (IFRS/CPC)	(5.167)	(14.353)	(5.631)	(15.643)
Depreciação acelerada incentivada	(104)	(288)	(73)	(204)
Outros	158	438	82	228
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído (IFRS/CPC)	(51.961)	(144.336)	(55.223)	(153.398)
Perdas atuariais (IFRS/CPC)	741	2.058	1.087	3.020
Total	(54.755)	(152.099)	(64.543)	(179.286)

	Consolidado					
	31/12/2017			31/12/2016		
	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS	CSLL	IRPJ	PIS/COFINS
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis						
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	775	2.153	-	525	1.457	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	65	180	-	53	148	-
Programas de P&D e eficiência energética	3	8	-	2	6	-
Provisão relacionada a pessoal	181	502	-	136	377	-
Derivativos	3	9	-	(6.052)	(16.811)	-
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro (IFRS/CPC)	(2.237)	(4.135)	(7.881)	(1.202)	(2.219)	(6.157)
Perdas atuariais (IFRS / CPC)	554	1.538	-	554	1.538	-
Instrumentos financeiros (IFRS/CPC)	(5.167)	(14.353)	-	(5.631)	(15.643)	-
Depreciação acelerada incentivada	(104)	(288)	-	(73)	(204)	-
Outros	155	430	-	80	222	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado						
Ativo imobilizado - ajustes custo atribuído (IFRS/CPC)	(51.961)	(144.336)	-	(55.223)	(153.398)	-
Perdas atuariais (IFRS/CPC)	741	2.058	-	1.087	3.020	-
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - combinação de negócios CPFL Renováveis						
Impostos diferidos - ativo:						
Valor justo de ativo imobilizado (menos valia de ativos)	21.442	59.699	-	22.771	63.252	-
Outras diferenças temporárias						
Impostos diferidos - passivo:						
Valor justo de ativo imobilizado (mais valia de ativos)	(25.811)	(71.699)	-	(27.472)	(76.310)	-
Mais valia decorrente da apuração de custo atribuído	(62.354)	(173.207)	-	(78.443)	(217.897)	-
Intangível - direito de exploração/autorização em controladas indiretas adquiridas	(184.703)	(513.064)	-	(183.443)	(509.563)	-
Outras diferenças temporárias	(24.117)	(66.994)	-	(21.755)	(60.433)	-
Total	(332.535)	(921.499)	(7.881)	(354.086)	(982.458)	(6.157)

8.4 – Expectativa de recuperação

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de (i) diferenças temporariamente indedutíveis tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado que estão baseados no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido e (ii) prejuízo fiscal e base negativa está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia.

Sua composição é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2018	6.632	6.632
2019	2.132	7.712
2020	1.968	7.548
2021	1.821	7.401
2022	1.688	7.268
2023 a 2025	4.289	21.029
2026 a 2028	7.913	24.652
2029 a 2031	-	16.739
2032 a 2034	-	8.603
Total	<u>26.443</u>	<u>107.583</u>

8.5 – Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda, registrados nos resultados dos exercícios de 2017 e 2016:

	<u>Controladora</u>			
	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>
Lucro antes dos tributos	629.291	629.291	442.629	442.629
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(412.562)	(412.562)	(319.568)	(319.568)
Amortização de intangível adquirido	(579)	-	(579)	-
Realização correção monetária complementar	2	-	2	-
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(11)	(11)	(411)	(411)
Juros sobre o capital próprio	(115.896)	(115.896)	-	-
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	1.826	3.493	(761)	(399)
Base de cálculo	102.071	104.315	121.312	122.251
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	<u>(9.186)</u>	<u>(26.079)</u>	<u>(10.918)</u>	<u>(30.563)</u>
Corrente	(14.388)	(39.058)	(13.377)	(35.667)
Diferido	5.202	12.979	2.459	5.104

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

	Consolidado			
	2017		2016	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	812.389	812.389	518.990	518.990
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(312.390)	(312.390)	(311.414)	(311.414)
Amortização de intangível adquirido	(579)	-	(579)	-
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(11)	(11)	(411)	(411)
Efeito regime lucro presumido	(301.717)	(377.500)	(156.317)	(215.497)
Incentivo fiscal - lucro de exploração	-	(71.340)	-	(112.232)
Juros sobre o capital próprio	(115.896)	(115.896)	-	-
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	6.999	8.664	(17.502)	(18.236)
Base de cálculo	88.795	(56.084)	32.767	(138.800)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(7.992)	14.021	(2.949)	34.700
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	(46.188)	(126.537)	(47.054)	(129.229)
Total	(54.179)	(112.516)	(50.003)	(94.529)
Corrente	(71.341)	(159.652)	(67.410)	(141.100)
Diferido	17.162	47.136	17.407	46.571

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido - No consolidado em 31 de dezembro de 2017 e 2016, refere-se a créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre prejuízos fiscais e bases negativas que não foram constituídos pela controlada CPFL Renováveis por não haver neste momento, razoável segurança de geração de lucros tributáveis futuros suficientes à absorção dos referidos créditos. Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a controlada CPFL Renováveis possuía créditos de imposto de renda e contribuição social não registrados no montante de R\$ 952.402 (R\$ 785.660 em 31 de dezembro de 2016). Não há prazo de prescrição para utilização dos prejuízos fiscais e bases negativas.

A receita de imposto de renda e contribuição social diferidos registrada no resultado do exercício é de R\$ 64.298 refere-se principalmente a (i) prejuízo fiscal e base negativa (despesa de R\$ 18.266); (ii) benefício fiscal do ágio incorporado (despesa de R\$ 2.098) e (iii) diferenças temporárias (receita de R\$ 80.786).

8.6 – Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) no exercício de 2017 e 2016 foram os seguintes:

	2017		2016	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas/(ganhos) atuariais	(3.845)	(3.845)	7.841	7.841
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	346	961	(706)	(1.960)
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	-	-	1.153	3.202
Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	346	961	447	1.241

(9) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31/12/2015	123.391
Circulante	9.630
Não circulante	113.761
Adições	50.574
Atualização - ativo mensurado ao custo amortizado	16.088
Recebimento RAP	(9.721)
Saldo em 31/12/2016	180.333
Circulante	10.700
Não circulante	169.633
Adições	46.043
Atualização - ativo mensurado ao custo amortizado	27.807
Recebimento RAP	(15.460)
Saldo em 31/12/2017	238.723
Circulante	23.736
Não circulante	214.987

O saldo refere-se ao ativo financeiro (mensurado ao custo amortizado) e corresponde ao direito estabelecido no contrato de concessão das controladas CPFL Transmissão Piracicaba e CPFL Transmissão Morro Agudo, de receber caixa ao longo da concessão via receita anual permitida - RAP e via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão. A remuneração deste ativo é reconhecida de acordo com a taxa interna de retorno, que leva em consideração o investimento realizado, a RAP a ser recebida ao longo da concessão e a indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente. A atualização de R\$ 27.807 (R\$ 16.088 em 31 de dezembro de 2016), tem como contrapartida outras receitas e rendas operacionais.

(10) OUTROS CRÉDITOS

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Créditos a receber - consórcios	-	-	-	3.483	-	-	13.210	13.325
Adiantamentos - Fundação CESP	90	121	134	-	90	121	134	-
Adiantamentos - fornecedores	-	-	-	-	31.634	12.979	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	-	-	151.399	85.029	588.902	509.477
Ordens em curso	13	-	-	-	145	2.710	5.062	-
Reembolso RGR	-	1.017	-	-	-	-	-	-
Contratos de pré-compra de energia	-	-	-	-	-	-	26.260	27.302
Despesas antecipadas	1.675	424	2.449	-	30.027	13.722	12.500	11.061
Repactuação GSF	-	-	-	-	10.084	10.411	13.894	23.159
Adiantamentos a funcionários	212	209	-	-	652	578	-	-
Indenizações	24.082	6.860	-	-	31.690	6.860	-	-
Outros	539	2.002	-	-	38.577	39.936	13.051	12.726
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(326)	(318)	-	-	(326)	(318)	-	-
Total	26.284	10.315	2.583	3.483	293.972	172.028	673.013	597.049

Créditos a receber – Consórcios – No saldo consolidado em 31 de dezembro de 2017, inclui: i) O montante de R\$ 9.842 (R\$ 9.842 em 31 de dezembro de 2016), representado pelo direito que a CPFL Bioenergia S.A. (“CPFL Bioenergia”), empresa controlada pela CPFL Renováveis, tem a receber da Baldin Bioenergia S.A. (“Baldin”), pelos investimentos realizados para a construção da usina termelétrica de cogeração movida à queima de biomassa como combustível no montante de R\$ 47.454 (R\$ 47.454 em 31 de dezembro de 2016), líquido de provisão para cobrir potenciais perdas no valor de R\$ 37.612 (R\$ 37.612 em 31 de dezembro de 2016), valor esse considerado suficiente para cobrir riscos na realização desse saldo. A Administração da Baldin Bioenergia S.A. protocolou, em 25 de junho de 2012, pedido de recuperação judicial. Até 31 de dezembro de 2017, o processo de recuperação

judicial ainda não havia sido encerrado. ii) O montante de R\$ 2.745 reconhecido em 31 de dezembro de 2016, ajustado a valor presente, referente ao direito a receber diante do *déficit* de geração de energia na controlada Bio Coopcana. Esse montante será recebido através do desconto da parcela mensal de serviços de manutenção durante os anos de 2034 a 2035.

Cauções, fundos e depósitos vinculados - São garantias oferecidas para pagamento de empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), sendo da controlada CPFL Renováveis os montantes de R\$ 586.841 (R\$ 476.737 em 31 de dezembro de 2016). Estes fundos são remunerados a taxa média equivalente entre 88,94% a 101,53% do CDI.

Contratos de pré-compra de energia – Refere-se a pagamentos antecipados realizados pelas controladas da CPFL Renováveis, os quais serão liquidados com energia a ser fornecida no futuro.

Repactuação GSF – Refere-se ao prêmio pago antecipadamente pelas controladas CERAN e CPFL Renováveis, referente à transferência do risco hidrológico para a Conta Centralizadora de Recursos da Bandeira Tarifária (“CCRBT”) e é amortizado de forma linear em contrapartida a outros custos operacionais.

Indenizações – No consolidado o montante de R\$ 31.690, inclui o registrado da controladora de R\$ 24.082, refere-se à indenização pelo acordo de acionistas da Baesa, e no consolidado, o inclui montante de R\$ 7.608, refere-se a indenizações a receber de seguradora referente à indenização para os sinistros ocorridos em controladas da CPFL Renováveis.

(11) INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial				
Pelo patrimônio líquido da controlada	3.383.023	4.151.654	990.910	1.482.533
Mais valia de ativos, líquidos	10.640	11.219	10.640	11.219
Adiantamento para futuro aumento de capital	50.000	343.900	-	-
Total	3.443.663	4.506.774	1.001.550	1.493.753

11.1 – Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial:

As principais informações sobre os investimentos em participações societárias permanentes diretas, são como segue:

Investimentos	Quantidade de ações	Participação no capital-%	31/12/2017			31/12/2017		31/12/2016		2017	2016
			Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial		Resultado de equivalência patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial
Baesa	99.618.754	25,01	398.381	750.440	47.385	187.654	175.914	11.849	9.853		
Enercan	97.831.000	48,72	200.787	363.273	176.113	176.998	562.701	85.808	117.112		
Chapecoense	364.399.765	51,00	714.509	756.608	236.570	385.870	537.170	120.651	117.451		
Epasa	150.941.659	53,34	221.413	450.641	177.458	240.388	206.749	94.663	67.577		
Mais valia de ativos, líquidos						-	-	(579)	(579)		
Soma (Consolidado)						990.910	1.482.533	312.390	311.414		
CPFL Renováveis	259.748.799	51,60	3.390.870	4.032.448	11.484	2.080.900	2.076.844	5.926	(78.395)		
Ceran	78.000.000	65,00	120.000	245.804	108.427	159.773	489.765	70.477	71.724		
CPFL Transmissão Piracicaba	82.585.354	100,00	82.585	92.650	13.866	92.650	95.173	13.866	13.202		
CPFL Transmissão Morro Agudo (*)	50.010.000	100,00	50.010	108.791	9.903	58.791	7.340	9.903	1.623		
Total (Controladora)						3.383.023	4.151.654	412.562	319.568		

(*) Em 31 de dezembro de 2017 o montante de adiantamento para futuro aumento de capital era composto pelo adiantamento para a seguinte controlada: (i) R\$ 50.000 para a CPFL Transmissão Morro Agudo, ver detalhes na nota 11.3.

A mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios são classificados, no balanço da controladora, no grupo de Investimentos. Na demonstração do resultado da Companhia, a amortização da mais valia de ativos é classificada na rubrica “resultado de participações societárias”, em consonância com o ICPC 09(R2).

A movimentação dos saldos de investimento em controladas e empreendimentos controlados em conjunto nos exercícios de 2017 e 2016 é como segue:

bb

Investimento	Saldo em 31/12/2016			Movimentação em 2017			Saldo em 31/12/2017		
	Controladora	Eliminação	Consolidado	Aumento / (Redução) de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)*	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Controladora	Eliminação	Consolidado
EPASA	206.749	-	206.749	-	94.663	(61.024)	240.388	-	240.388
BAESA	175.914	-	175.914	-	11.848	(108)	187.654	-	187.654
ENERCAN (a)	562.701	-	562.701	(91.599)	85.807	(379.912)	176.998	-	176.998
Chapecoense	537.170	-	537.170	-	120.651	(271.951)	385.870	-	385.870
CERAN (b)	489.765	(489.765)	-	(228.069)	70.477	(172.400)	159.773	(159.773)	-
CPFL Transmissão Piracicaba	95.173	(95.173)	-	-	13.866	(16.389)	92.650	(92.650)	-
CPFL Transmissão Morro Agudo	7.340	(7.340)	-	43.900	9.903	(2.352)	58.791	(58.791)	-
CPFL Renováveis	2.076.844	(2.076.844)	-	-	5.926	(1.870)	2.080.900	(2.080.900)	-
	4.151.654	(2.669.122)	1.482.533	(275.768)	413.142	(906.006)	3.383.023	(2.392.114)	990.910

* Adicionalmente, há o efeito relacionado à amortização da mais valia de ativos, líquidos, no montante de R\$ 579 no período.

- (a) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de agosto de 2017 os acionistas da controlada em conjunto ENERCAN deliberaram pela redução de capital em R\$ 188.000, passando a ser de R\$ 200.787 (R\$ 388.787 em 31 de dezembro de 2016), totalmente subscrito e integralizado, representado por ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal.
- (b) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de outubro de 2017, os acionistas da controlada CERAN deliberaram pela redução do capital social em R\$ 350.875, passando a ser R\$ 120.000 (R\$ 470.875 em 31 de dezembro de 2016), totalmente subscrito e integralizado, representado por ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.
- (c) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de abril de 2017, os acionistas da controlada CPFL Transmissão Morro Agudo S.A., deliberaram pela aprovação do aumento do capital social em R\$ 43.900, passando a ser R\$ 50.010 (R\$ 6.110 em 31 de dezembro de 2016), totalmente subscrito e integralizado, com créditos relativos a adiantamentos para futuro aumento de capital, representado por ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

Investimento	Saldo em 31/12/2015			Movimentação em 2016				Saldo em 31/12/2016		
	Controladora	Eliminação	Consolidado	Aumento / Integralização de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)	Movimentação de capital sem alteração no controle	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Controladora	Eliminação	Consolidado
EPASA	147.484	-	147.484	-	67.577	-	(8.314)	206.749	-	206.749
BAESA	166.150	-	166.150	-	9.853	-	(90)	175.914	-	175.914
ENERCAN	473.148	-	473.148	-	117.112	-	(27.560)	562.700	-	562.700
Chapecoense	449.049	-	449.049	-	117.451	-	(29.330)	537.170	-	537.170
CERAN	435.076	(435.076)	-	-	71.724	-	(17.035)	489.765	(489.765)	-
CPFL Transmissão Piracicaba	80.582	(80.582)	-	10.315	13.202	-	(8.926)	95.173	(95.173)	-
CPFL Transmissão Morro Agudo	-	-	-	6.100	1.623	-	(383)	7.340	(7.340)	-
CPFL Renováveis	2.155.308	(2.155.308)	-	-	(78.395)	(68)	-	2.076.844	(2.076.844)	-
	3.906.796	(2.670.966)	1.235.832	16.415	320.147	(68)	(91.638)	4.151.654	(2.669.122)	1.482.533

11.2 – Dividendos a Receber

Controlada	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
CPFL Sul Centrais Elétricas	4.000	4.000	-	-
BAESA	108	89	108	89
ENERCAN	21.184	40.983	21.184	40.983
CERAN	17.619	17.034	-	-
Chapecoense	32.734	29.329	32.734	29.329
CPFL Transmissão Piracicaba	16.389	10.856	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo	2.735	383	-	-
CPFL Renováveis	1.870	-	-	-
	96.640	102.676	54.026	70.402

11.3 – Adiantamento para futuro aumento de capital

Controlada	Controladora	
	31/12/2017	31/12/2016
Investimento		
CPFL Transmissão Morro Agudo (nota 11.1)	50.000	43.900
Adiantamento para futuro aumento de capital		
CPFL Renováveis (*)	300.000	300.000
Total	350.000	343.900

(*) O saldo de adiantamento da controlada CPFL Renováveis do exercício de 2017 foi classificado de Investimentos para adiantamento para futuro aumento de capital, conforme demonstrado na nota 11.1.

11.4 – Participação de acionistas não controladores e Controladas em Conjunto

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

11.4.1 – Movimentação da participação de acionistas não controladores

	CERAN	CPFL Renováveis	Total
Saldo em 31/12/2015	234.271	2.148.491	2.382.762
Participação acionária e no capital votante	35,00%	48,39%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	38.621	(65.311)	(26.691)
Dividendos	(9.172)	(22.751)	(31.923)
Outras movimentações	-	535	535
Saldo em 31/12/2016	263.719	2.060.963	2.324.682
Participação acionária e no capital votante	35,00%	48,40%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	37.949	13.720	51.669
Dividendos	(92.832)	(16.620)	(109.452)
Aumento (redução) de capital	(122.806)	16	(122.790)
Saldo em 31/12/2017	86.031	2.058.078	2.144.109
Participação acionária e no capital votante	35,00%	48,40%	

11.4.2 – Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores

As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 dezembro de 2017 e 2016, são como segue:

	31/12/2017		31/12/2016	
	CPFL		CPFL	
	CERAN	Renováveis	CERAN	Renováveis
Ativo circulante	110.566	1.623.645	288.538	1.398.797
Caixa e equivalentes de caixa	37.043	950.215	238.241	908.982
Ativo não circulante	848.445	11.232.357	927.948	11.066.086
Passivo circulante	198.624	1.957.000	121.646	1.313.466
Empréstimos, financiamentos e debêntures	105.844	1.259.105	60.162	889.981
Outros passivo financeiros	12.360	7.258	20.800	85.523
Passivo não circulante	514.583	6.760.025	341.356	6.713.610
Empréstimos, financiamentos e debêntures	422.166	5.251.704	254.732	5.517.890
Outros passivo financeiros	83.766	-	86.624	633
Patrimônio líquido	245.804	4.138.977	753.484	4.437.807
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	245.804	4.032.448	753.484	4.324.589
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	106.529	-	113.218
	2017		2016	
	CPFL		CPFL	
	CERAN	Renováveis	CERAN	Renováveis
Receita operacional líquida	321.743	1.959.084	301.179	1.646.589
Custo e despesa operacional	(103.671)	(737.472)	(67.242)	(653.459)
Depreciação e amortização	(45.212)	(617.017)	(48.082)	(553.169)
Receita de juros	30.489	126.041	28.232	112.389
Despesa de juros	(40.202)	(648.571)	(36.485)	(591.626)
Despesa de imposto sobre a renda	(54.099)	(74.125)	(55.596)	(46.311)
Lucro (prejuízo) líquido	108.427	19.645	110.345	(143.706)
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	108.427	11.484	110.345	(151.900)
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	8.162	-	8.195

11.4.3 – Empreendimentos controlados em conjunto

As informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 dezembro de 2017, e 2016 são como segue:

	31/12/2017				31/12/2016			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Ativo circulante	182.843	124.361	329.721	319.222	405.874	54.703	577.296	257.082
Caixa e equivalentes de caixa	48.695	17.873	116.425	74.741	288.956	18.946	280.083	85.709
Ativo não circulante	1.101.291	1.030.904	2.745.989	531.527	1.174.869	1.117.120	2.892.371	562.462
Passivo circulante	291.010	121.369	426.695	157.343	196.760	116.192	391.402	172.401
Empréstimos, financiamentos e debêntures	140.090	63.154	138.788	34.299	87.560	87.032	137.753	35.555
Outros passivo financeiros	4.085	17.113	67.897	993	7.848	24.119	78.372	62.762
Passivo não circulante	629.850	283.456	1.892.407	242.765	229.085	352.142	2.024.989	259.559
Empréstimos, financiamentos e debêntures	510.874	-	1.172.181	186.373	153.020	63.196	1.292.239	218.891
Outros passivo financeiros	25.115	265.250	716.986	-	26.254	276.600	730.494	28.686
Patrimônio líquido	363.273	750.440	756.608	450.641	1.154.897	703.489	1.053.275	387.584
	2017				2016			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Receita operacional líquida	580.430	412.329	829.525	789.402	564.966	239.730	789.732	548.145
Custo e despesa operacional	(273.339)	(265.955)	(186.638)	(518.352)	(137.159)	(76.985)	(140.212)	(328.093)
Depreciação e amortização	(52.773)	(50.621)	(126.811)	(35.640)	(53.888)	(51.429)	(126.770)	(35.075)
Receita de juros	32.849	4.906	24.639	6.102	31.602	9.115	35.113	10.329
Despesa de juros	(31.135)	(27.986)	(183.237)	(26.197)	(36.275)	(23.961)	(125.192)	(23.128)
Despesa de imposto sobre a renda	(88.229)	(25.442)	(123.307)	(39.892)	(121.223)	(20.401)	(106.683)	(28.011)
Lucro (prejuízo) líquido	176.113	47.385	236.570	177.458	240.363	39.405	212.294	126.665
Participação acionária e no capital votante	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%

Mesmo detendo mais do que 50% da participação acionária das entidades EPASA e Chapecoense, a Companhia controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos. A análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento.

Os empréstimos captados junto ao BNDES pelos empreendimentos controlados em conjunto BAESA e Chapecoense, determinam restrições ao pagamento de dividendos à Companhia acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

11.4.4 – Operação controlada em conjunto

A Companhia possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à Companhia a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 671 MW médios (345,4 MW médios), até o ano de 2028.

(12) IMOBILIZADO

	Controladora							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2015	11.268	276.648	216.038	683.043	559	689	17.204	1.205.447
Custo histórico	11.268	462.778	386.048	1.444.150	1.475	2.687	17.204	2.325.609
Depreciação acumulada	-	(186.130)	(170.010)	(761.107)	(917)	(1.998)	-	(1.120.162)
Adições	-	-	-	-	-	-	5.412	5.412
Baixas	-	-	-	(62)	(95)	-	-	(157)
Transferências	-	-	-	13.009	266	36	(13.312)	-
Transferências de/para outros ativos - custo (*)	-	4	-	36	(168)	-	-	(129)
Depreciação	-	(12.327)	(10.021)	(41.362)	(176)	(162)	-	(64.047)
Baixa da depreciação	-	-	-	42	46	-	-	87
Transferências de/para outros ativos - depreciação (*)	-	3	(46)	166	150	-	-	273
Saldo em 31/12/2016	11.268	264.327	205.971	654.873	583	563	9.304	1.146.889
Custo histórico	11.268	462.781	386.048	1.438.310	1.480	2.723	9.304	2.311.914
Depreciação acumulada	-	(198.454)	(180.077)	(783.437)	(897)	(2.160)	-	(1.165.025)
Adições	-	-	-	-	-	-	5.620	5.620
Baixas	-	-	-	(575)	(95)	-	-	(670)
Transferências	-	-	-	1.819	232	4	(2.054)	-
Depreciação	-	(12.327)	(10.021)	(40.974)	(143)	(113)	-	(63.577)
Baixa da depreciação	-	-	-	324	19	-	-	344
Saldo em 31/12/2017	11.268	252.000	195.950	615.467	595	455	12.869	1.088.604
Custo histórico	11.268	462.781	386.048	1.439.554	1.616	2.727	12.869	2.316.863
Depreciação acumulada	-	(210.781)	(190.098)	(824.087)	(1.021)	(2.273)	-	(1.228.259)
Taxa média de depreciação 2016	0%	2,68%	2,61%	2,90%	14,73%	9,02%		
Taxa média de depreciação 2017	0%	2,68%	2,60%	3,09%	12,90%	8,82%		

(*) Em 31 de dezembro de 2016, na controladora o valor de R\$ 144 se refere a transferências do intangível para imobilizado.

	Consolidado							
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2015	172.837	1.372.869	1.046.773	5.753.583	1.185	4.118	637.346	8.988.711
Custo histórico	194.171	1.961.532	1.480.835	7.793.623	2.972	9.731	637.346	12.080.210
Depreciação acumulada	(21.334)	(588.663)	(434.061)	(2.040.040)	(1.787)	(5.613)	-	(3.091.498)
Adições	-	171	-	189	-	-	1.039.236	1.039.597
Baixas	-	-	(421)	(2.104)	(399)	(565)	(26.116)	(29.605)
Transferências	8.326	95.799	177.899	1.143.227	1.018	162	(1.426.429)	-
Reclassificação - custo	(137)	(1.434)	(23.173)	33.194	(13)	99	-	8.537
Transferências de/para outros ativos - custo	-	3	-	(760)	(167)	-	100	(826)
Depreciação	(7.632)	(75.561)	(53.049)	(370.414)	(392)	(636)	-	(507.684)
Baixa da depreciação	(7)	1	62	1.529	133	166	-	1.884
Reclassificação - depreciação	(1.212)	(967)	(5.374)	(1.005)	10	11	-	(8.537)
Transferências de/para outros ativos - depreciação	-	3	(46)	166	149	-	-	273
Saldo em 31/12/2016	172.175	1.390.885	1.142.672	6.557.605	1.522	3.355	224.138	9.492.351
Custo histórico	202.360	2.056.081	1.635.216	8.946.942	3.324	9.425	224.138	13.077.487
Depreciação acumulada	(30.185)	(665.197)	(492.544)	(2.389.337)	(1.801)	(6.071)	-	(3.585.135)
Adições	-	-	-	-	-	-	695.559	695.559
Baixas	(22)	(132)	(140)	(15.456)	(924)	(591)	(8.332)	(25.597)
Transferências	2.950	399	148.812	547.668	527	277	(700.634)	-
Transferências de/para outros ativos - custo	(1.893)	6.393	(153.515)	146.946	20	44	490	(1.515)
Depreciação	(8.004)	(79.177)	(58.465)	(420.924)	(396)	(572)	-	(567.538)
Baixa da depreciação	2	124	120	9.421	680	377	-	10.724
Reclassificações e transferências de/para outros ativos - depreciação	(683)	(2.413)	656	2.467	(18)	62	-	71
Redução do valor recuperável	-	-	(474)	(14.787)	-	-	-	(15.261)
Saldo em 31/12/2017	164.524	1.316.078	1.079.667	6.812.941	1.412	2.950	211.221	9.588.793
Custo histórico	203.395	2.062.741	1.629.899	9.611.313	2.947	9.155	211.221	13.730.671
Depreciação acumulada	(38.870)	(746.663)	(550.232)	(2.798.373)	(1.535)	(6.204)	-	(4.141.877)
Taxa média de depreciação 2016	3,86%	3,69%	3,28%	4,15%	11,57%	8,50%		
Taxa média de depreciação 2017	3,86%	3,93%	3,65%	4,46%	17,98%	8,12%		

O saldo de imobilizado em curso no consolidado refere-se principalmente a obras em andamento das controladas operacionais e/ou em desenvolvimento, com destaque para os projetos da controlada CPFL Renováveis, com imobilizado em curso de R\$ 197.305 (R\$ 182.181 em 31 de dezembro de 2016).

Os montantes registrados na linha “Reclassificação – custo” e “Reclassificação – depreciação”, relacionados principalmente à controlada CPFL Renováveis, referem-se a transferências para adequações entre grupos do ativo imobilizado e não alteram o montante de despesa de depreciação registrada no período uma vez que não tiveram as respectivas vidas úteis alteradas.

Em conformidade com o CPC 20 (R1) e IAS 23, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No consolidado, para 31 de dezembro de 2017 foram capitalizados R\$ 29.817 a uma taxa de 8,80% a.a. (R\$ 54.733 a uma taxa de 11,70% a.a. em 31 de dezembro de 2016), vide nota 26.

Os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, na linha de “Depreciação e amortização” (nota 25).

Em 31 de dezembro de 2017, o valor total de ativos imobilizados concedidos em garantia a empréstimos e financiamentos, conforme mencionado na nota 15, é de R\$ 3.841.016 (R\$ 4.157.894 em 31 de dezembro de 2016), estando relacionado à controlada CPFL Renováveis.

12.1 – Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Em 2017, devido a mudanças no cenário político, econômico e energético brasileiro, a controlada CPFL Renováveis registrou uma perda no montante de R\$ 15.261 referente aos ativos imobilizados dos empreendimentos Bio Baía Formosa e Solar Tanquinho. Esta perda foi registrada na demonstração do resultado na rubrica “Outras despesas operacionais” (nota 25).

(13) INTANGÍVEL

	Controladora		
	Direito de concessão	Outros ativos intangíveis	Total
	Adquirido em combinações de negócio		
Saldo em 31/12/2015	122.919	4.770	127.689
Custo histórico	426.450	14.671	441.120
Amortização acumulada	(303.531)	(9.900)	(313.431)
Adições	-	1.422	1.422
Amortização	(9.966)	(1.467)	(11.433)
Baixa e transferência - outros ativos	-	(144)	(144)
Saldo em 31/12/2016	112.953	4.581	117.533
Custo histórico	426.450	16.093	442.543
Amortização acumulada	(313.497)	(11.513)	(325.010)
Adições	-	527	527
Amortização	(9.967)	(1.313)	(11.280)
Saldo em 31/12/2017	102.986	3.794	106.780
Custo histórico	426.450	16.387	442.837
Amortização acumulada	(323.463)	(12.593)	(336.056)

	Consolidado			
	Direito de concessão			Total
	Adquirido em combinações de negócio	Uso do bem público	Outros ativos intangíveis	
Saldo em 31/12/2015	3.318.134	28.743	47.552	3.394.429
Custo histórico	4.191.259	35.840	106.021	4.333.120
Amortização acumulada	(873.125)	(7.097)	(58.468)	(938.690)
Adições	-	-	4.665	4.665
Amortização	(162.437)	(1.419)	(7.323)	(171.179)
Baixa e transferência - outros ativos	(7.284)	-	(8.399)	(15.683)
Redução ao valor recuperável dos ativos	(40.433)	-	-	(40.433)
Saldo em 31/12/2016	3.107.981	27.324	36.495	3.171.799
Custo histórico	4.143.543	35.840	93.673	4.273.056
Amortização acumulada	(1.035.563)	(8.516)	(57.177)	(1.101.256)
Adições	-	-	4.694	4.694
Amortização	(165.291)	(1.419)	(5.339)	(172.049)
Transferência - intangíveis	-	-	1.348	1.348
Baixa e transferência - outros ativos	(16.245)	-	384	(15.861)
Redução ao valor recuperável dos ativos	(5.129)	-	(47)	(5.176)
Saldo em 31/12/2017	2.921.317	25.904	37.534	2.984.755
Custo histórico	4.123.379	35.840	94.831	4.254.050
Amortização acumulada	(1.202.062)	(9.936)	(57.297)	(1.269.295)

No consolidado, os valores de amortização estão registrados na demonstração do resultado, nas seguintes rubricas: (i) “depreciação e amortização” para a amortização do Uso do Bem Público e Outros Ativos Intangíveis; e (ii) “amortização de intangível de concessão” para a amortização do ativo intangível adquirido em combinação de negócios (nota 25).

13.1 – Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Em 2017 a controlada CPFL Renováveis registrou uma perda no montante de R\$ 20.438 (R\$ 40.433 em 2016), referente aos ativos intangíveis adquiridos em combinação de negócios dos empreendimentos Pedra Cheirosa I e Bio Formosa.

As referidas provisões para perda ao valor recuperável tiveram como base a avaliação destas unidades geradoras de caixa formada pelo ativo intangível destas controladas, as quais, isoladamente, não caracterizam um segmento operacional (nota 28). Adicionalmente, durante 2017 e 2016 a Companhia não mudou a forma de agregação dos ativos para identificação destas unidades geradoras de caixa.

Para a mensuração ao valor justo foi utilizada a abordagem de custo, técnica de avaliação que reflete o valor que seria exigido atualmente para substituir a capacidade de serviço de um ativo (normalmente referido como o custo de substituição ou reposição). O reconhecimento da provisão para perda ao valor recuperável dos ativos se deu em função do cenário desfavorável para os negócios desta controlada e foi calculado com base em seus valores justos líquidos das despesas de venda.

(14) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	12.956	27.199	82.849	68.877
Encargos de uso da rede elétrica	85	87	2.962	2.470
Materiais e serviços	4.143	2.334	143.367	81.317
Total	17.184	29.621	229.178	152.663
Não circulante				
Materiais e serviços	-	-	-	633
Total	-	-	-	633

(15) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado												
	31/12/2016								31/12/2017				
	Circulante		Não Circulante		Total	Captação	Amortização principal	Atualização monetária e cambial e juros provisionados	Juros pagos	Gastos com captação/M TM	Circulante		Não Circulante
Encargos	Principal	Principal	Principal	Encargos							Principal	Principal	Total
Mensuradas ao custo													
Moeda nacional													
Investimento	14.031	469.487	3.520.344	4.003.862	69.633	(634.457)	316.753	(198.791)	-	13.026	366.555	3.177.419	3.557.000
Instituições financeiras	41.007	119.488	1.139.032	1.299.527	127.732	(58.420)	147.869	(204.612)	-	38.224	334.152	939.720	1.312.096
Total ao custo	55.038	588.976	4.659.376	5.303.390	197.365	(692.877)	464.622	(403.403)	-	51.250	700.706	4.117.140	4.869.096
Mensuradas ao valor justo													
Moeda estrangeira													
Instituições financeiras	2.764	325.910	800.109	1.128.783	-	(316.290)	28.523	(26.239)	-	2.663	132.320	679.795	814.778
Marcação a mercado	-	260	(9.698)	(9.438)	-	-	-	-	(872)	-	(3.797)	(6.514)	(10.311)
Total ao valor justo	2.764	326.170	790.411	1.119.345	-	(316.290)	28.523	(26.239)	(872)	2.663	128.523	673.281	804.467
Gastos com captação (*)													
	-	(1.252)	(13.624)	(14.876)	-	-	-	-	(4.509)	-	(3.007)	(16.378)	(19.385)
Total	57.802	913.894	5.436.163	6.407.859	197.365	(1.009.167)	493.145	(429.642)	(5.381)	53.913	826.222	4.774.043	5.654.178

(*) Conforme CPC 38/IAS 39, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas.

Moeda Nacional	Consolidado		Remuneração anual	Condições de Amortização	Garantias
	31/12/2017	31/12/2016			
Mensuradas ao custo					
Investimentos					
CERAN					
BNDAS	-	266.484	TJLP + 3,69% a 5%	208 parcelas mensais a partir de dezembro de 2005	Penhor de Ações, Direitos Creditórios e Emergente da Concessão e Vinculação de Receitas
BNDAS	-	48.409	Cesta de moedas + 5% (1)	208 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2006	Penhor de Ações, Direitos Creditórios e Emergente da Concessão e Vinculação de Receitas
CPFL Transmissão Piracicaba	14.275	16.871	Pré-fixado 3,0%	96 parcelas mensais a partir de julho de 2015	Aval CPFL Energia
CPFL Renováveis					
FINAME	232.310	262.224	TJLP + 1,95%	168 parcelas mensais a partir de outubro de 2009	Alienação fiduciária de equipamentos, penhor de recebíveis, penhor de ações da SPE e PCH Holding e penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL
FINEM I	18.951	22.210	TJLP + 1,90%	144 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Alienação fiduciária de equipamentos, alienação fiduciária de recebíveis e fiança corporativa da CPFL Energia S.A. e Bioenergia S.A.
FINEM II	460.623	495.912	TJLP + 1,72%	192 parcelas mensais a partir de maio de 2013	Alienação fiduciária de equipamentos, alienação fiduciária de recebíveis, penhor de ações da SPE e fiança corporativa da CPFL Energia e State Grid.
FINEM III	69.485	80.362	TJLP + 2,8% e 3,4%	143 parcelas mensais a partir de dezembro de 2011	Alienação fiduciária de equipamentos, alienação fiduciária de recebíveis, penhor de ações da SPE, penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e fiança corporativa da CPFL Renováveis.
FINEM IV	69.619	74.737	TJLP + 2,05%	192 parcelas mensais a partir de outubro de 2013	Alienação fiduciária de recebíveis, penhor de ações da SPE, penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e fiança corporativa da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid.
FINEM V	119.234	138.474	TJLP + 1,92%	156 parcelas mensais a partir de outubro de 2010	Alienação fiduciária de equipamentos, alienação fiduciária de recebíveis, penhor de ações da SPE, penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e penhor de recebíveis de contratos de operação.
FINEM VI	17.827	25.195	TJLP + 2,15%	120 parcelas mensais a partir de maio de 2010	Hipoteca de propriedade rural, alienação fiduciária de equipamentos, alienação fiduciária de recebíveis, penhor de ações da SPE, penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e fiança corporativa da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid.
FINEM VII	-	230	TJLP	84 parcelas mensais a partir de outubro de 2010	Alienação fiduciária de equipamentos, alienação fiduciária de recebíveis, penhor de ações da SPE, penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e penhor de recebíveis de contratos de operação.
FINEM VIII	95.016	105.670	TJLP + 1,87% a 1,9%	168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Alienação fiduciária de equipamentos, alienação fiduciária de recebíveis e fiança corporativa da CPFL Energia.
FINEM IX	297.835	317.289	TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de julho de 2014	Alienação fiduciária de equipamentos, alienação fiduciária de recebíveis, penhor de recebíveis de contratos de operação, penhor de ações da SPE e Eólica Holding, penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e fiança corporativa da CPFL Renováveis, Eólica Holding S.A, CPFL Energia e State Grid.
FINEM X	298.439	318.257	TJLP + 2,02% a 2,18%	192 parcelas mensais a partir de novembro de 2014	Penhor de equipamentos, alienação fiduciária de recebíveis, penhor de recebíveis de contratos de operação, penhor de ações da SPE, penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e fiança corporativa da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid.
FINEM XI	23.185	27.305	TJLP + 3,44%	139 parcelas mensais a partir de setembro de 2011	Penhor de ações da SPE, penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL, alienação fiduciária de recebíveis, fiança corporativa da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid.
FINEM XII	4.335	6.418	Pré-fixado 5,5%	101 parcelas mensais a partir de setembro de 2011	Penhor de ações da SPE, penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL, alienação fiduciária de recebíveis e fiança corporativa da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid.
FINEM XIII	428.205	460.426	TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de janeiro de 2013	Alienação fiduciária de equipamentos, alienação fiduciária de recebíveis, penhor de recebíveis de contratos de operação, penhor de ações da SPE e DESA Eólicas AS, penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e fiança bancária.
FINEM XIV	9.044	13.763	Pré-fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Alienação fiduciária de equipamentos, alienação fiduciária de recebíveis e fiança corporativa da CPFL Energia S.A. e Bioenergia S.A.
FINEM XV	27.579	29.559	TJLP + 2,02%	192 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Alienação fiduciária de equipamentos, alienação fiduciária de recebíveis, penhor de ações da SPE, penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e fiança corporativa da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid.
FINEM XVI	37.208	44.650	Pré fixado 2,5%	108 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Alienação fiduciária de equipamentos, alienação fiduciária de recebíveis, penhor de ações da SPE, penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e fiança corporativa da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid.
FINEM XVII	37.583	40.281	TJLP + 2,02%	192 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Alienação fiduciária de equipamentos, alienação fiduciária de recebíveis, penhor de ações da SPE, penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e fiança corporativa da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid.
FINEM XVIII	32.734	39.281	Pré-fixado 2,5%	108 parcelas mensais a partir de janeiro de 2014	Alienação fiduciária de equipamentos, alienação fiduciária de recebíveis, penhor de ações da SPE, penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e fiança corporativa da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid.
FINEM XIX	1.153	1.729	Pré-fixado 4,5%	102 parcelas mensais a partir de junho de 2011	Alienação fiduciária de equipamentos, alienação fiduciária de recebíveis, penhor de ações da SPE, penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e penhor de recebíveis de contratos de operação.
FINEM XX	82.632	109.580	Pré-fixado 5,5%	108 parcelas mensais a partir de janeiro de 2012	Alienação fiduciária de equipamentos, alienação fiduciária de recebíveis e fiança corporativa da CPFL Energia e State Grid.
FINEM XXI	83.136	87.492	TJLP + 2,18%	192 parcelas mensais a partir de julho de 2016	Penhor de equipamentos, alienação fiduciária de recebíveis, penhor de recebíveis de contratos de operação, penhor de ações da SPE, penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e fiança corporativa da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid.
FINEM XXII	681.912	525.011	TJLP + 2,75%	192 parcelas mensais a partir de julho de 2017	Penhor de equipamentos, alienação fiduciária de recebíveis, penhor de ações da SPE e T-16, penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e fiança corporativa da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid.
FINEM XXIII	67.584	70.532	TJLP + 2,02%	162 parcelas mensais a partir de novembro de 2016	Penhor de ações da SPE, alienação fiduciária de recebíveis, penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e fiança corporativa da CPFL Renováveis, CPFL Energia e State Grid.
FINEM XXIV	1.415	-	TJLP	144 parcelas a partir de janeiro de 2018	(i) Alienação fiduciária de equipamentos; (ii) Alienação fiduciária de recebíveis; (iii) Penhor de ações da SPE; (iv) Penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL; (v) Fiança Corporativa da CPFL-R, CPFL Energia e State Grid.
FINAME I	2.387	2.857	Pré-fixado 2,5%	96 parcelas mensais a partir de fevereiro 2015	Alienação fiduciária de equipamentos e fiança corporativa da CPFL Renováveis.
FINEP I	904	1.397	Pré-fixado 3,5%	61 parcelas mensais a partir de outubro de 2014	Fiança Bancária
FINEP II	9.516	10.445	TJLP - 1%	85 parcelas mensais a partir de junho de 2017	Fiança Bancária
FINEP III	4.091	5.232	Pré-fixado 8%	73 parcelas mensais a partir de julho de 2015	Fiança Bancária
BNB I	92.926	100.323	Pré-fixado 9,5% a 10%	168 parcelas mensais a partir de janeiro de 2009	Alienação fiduciária de equipamentos, alienação fiduciária de recebíveis, penhor de ações da SPE, penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e fiança corporativa da SIF Energies do Brasil.
BNB II	151.428	158.364	Pré-fixado 10% (a)	222 parcelas mensais a partir de maio de 2010	Alienação fiduciária de equipamentos, alienação fiduciária de recebíveis, penhor de ações da SPE, penhor de recebíveis de contratos de operação, fiança corporativa da BVP S.A. e fiança bancária.
BNB III	27.138	29.020	Pré-fixado 9,5%	228 parcelas mensais a partir de julho de 2009	Alienação fiduciária de equipamentos, penhor de ações da SPE, penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL, alienação fiduciária de recebíveis e fiança corporativa da CPFL Renováveis.
NIB	57.291	67.872	IGPM + 8,63%	50 parcelas trimestrais a partir de junho de 2011	Alienação fiduciária de equipamentos, alienação fiduciária de recebíveis, penhor de ações da SPE, penhor de direitos emergentes autorizados pela ANEEL e penhor de recebíveis de contratos de operação.

Moeda Nacional	Consolidado		Remuneração anual	Condições de Amortização	Garantias
	31/12/2017	31/12/2016			
Mensuradas ao custo					
Instituições Financeiras					
CPFL Geração					
Banco do Brasil - Capital de Giro	630.309	641.316	109,5% do CDI	Parcela única em março de 2019	Fiança CPFL Energia
CPFL Transmissão Morro Agudo					
CCB-I Santander	-	5.031	CDI+1,60%	Parcela única em março de 2017	Aval CPFL Energia
CPFL Renováveis					
Bradesco	204.934	250.363	CDI + 0,5% (b)	8 parcelas anuais a partir de junho de 2013	Não existem garantias
Safra	194.006	208.547	105% do CDI	14 parcelas a partir de agosto de 2016	Não existem garantias
CCB - BBM	44.095	44.171	CDI + 3,40%	Parcela única em março de 2018	Não existem garantias
CCB Boa Vista II - BBM	26.198	-	CDI + 1,90%	Juros semestrais com amortização única nos vencimentos	Aval da CPFL Renováveis
CCB - ABC	-	44.217	CDI + 3,80%	Parcela única em dezembro de 2017	Não existem garantias
CCB - Deutsche Bank	46.966	-	CDI+1,45% a.a.	Juros semestrais com amortização única no vencimento	Nota promissória da CPFL Renováveis
Nota Promissória - ABC	102.006	105.883	CDI + 3,80%	4 parcelas semestrais a partir de fevereiro de 2017	Não existem garantias
NP Boa Vista II - BBM	63.582	-	CDI+1,39% a.a.	Parcela única em Junho de 2018	Aval da CPFL Renováveis
Subtotal Moeda Nacional - Custo	4.869.096	5.303.389			
Total Mensuradas ao Custo	4.869.096	5.303.389			
Mensuradas ao valor justo					
Instituições Financeiras					
CPFL Geração					
HSBC	-	326.159	US\$ + Libor 3 meses + 1,30% (2)	Parcela única em março de 2017	Aval da CPFL Energia e Nota Promissória
CCB - China Construction Bank	99.443	97.946	US\$ + Libor 3 meses + 1,60% + Comissão 1,40% (3)	Parcela única em julho de 2019	Aval da CPFL Energia e Nota Promissória
Scotiabank	119.314	117.550	US\$ + 3,3703% (3)	Parcela única em julho de 2019	Aval da CPFL Energia e Nota Promissória
Citibank	397.328	391.380	US\$ + Libor 3 meses + 1,41% (3)	3 Parcelas anuais a partir de setembro de 2018	Aval da CPFL Energia e Nota Promissória
CCB - China Construction Bank	33.120	32.624	US\$ + Libor 3 meses + 1,20% + Comissão 1,10% (3)	Parcela única em setembro de 2019	Aval da CPFL Energia e Nota Promissória
Scotiabank	165.572	163.125	US\$ + 3,13% (3)	Parcela única em dezembro de 2019	Aval da CPFL Energia
Marcação a mercado	(10.309)	(9.438)			
Total Moeda Estrangeira - Valor Justo	804.467	1.119.345			
Gastos com captação (*)	(19.385)	(14.876)			
Total Consolidado	5.654.178	6.407.859			

(*) Conforme CPC 08/IAS 39, referem-se aos gastos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

A Companhia e suas subsidiárias possuem swaps convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação taxa de juros em reais, correspondente a:

(1) 143,5% do CDI (2) 99% a 109% do CDI (3) 109,1% a 119% do CDI

Taxa efetiva:

(a) Pré-fixado 10,57%

(b) CDI + 0,73%

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia e suas controladas, em consonância com os CPC's 38 e 39 e IAS 32 e 39, classificaram suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 804.467 (R\$ 1.119.345 em 31 de dezembro de 2016).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia e de suas controladas. Em 31 de dezembro de 2017, os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 10.309 (R\$ 9.438 em 31 de dezembro 2016), foram compensados com as perdas acumuladas obtidas com a marcação de mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 10.478 (R\$ 487 em 31 de dezembro de 2016), contratados para proteção da variação cambial (nota 31), geraram uma perda líquida de R\$ 169 (ganho líquido de R\$ 8.951 em 31 de dezembro de 2016).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2019	1.164.952	1.616.947
2020	132.292	593.589
2021	-	362.262
2022	-	367.580
2023	-	350.782
2024 a 2028	-	1.151.126
2029 a 2033	-	338.270
Subtotal	1.297.244	4.780.556
Marcação a mercado	(6.514)	(6.514)
Total	1.290.730	4.774.043

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos de conversão dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada		Consolidado	
	2017	2016	% da dívida	
			31/12/2017	31/12/2016
IGP-M	(0,52)	7,17	1,01	1,06
Cesta de moedas	-	(16,30)	-	0,76
TJLP	7,00	7,50	53,76	52,49
CDI	6,89	13,63	37,62	37,75
Outros			7,61	7,95
			100,00	100,00

Principais adições no exercício:

Empresa	Banco / Modalidade	R\$ mil			Pagamento de juros	Destinação dos recursos
		Total aprovado	Liberado em 2017	Liberado líquido dos gastos de captação		
Moeda nacional:						
Investimento:						
CPFL Renováveis	FINEM XXVI	764.109	146.730	142.811	Mensal	Plano de investimentos da controlada
CPFL Renováveis	FINEM XXVII	87.184	1.699	1.699	Mensal	Plano de investimentos da controlada
CPFL Renováveis	FINEM XXVIII	206.000	1.414	1.414	Mensal	Plano de investimentos da controlada
CPFL Renováveis	BBM / NP (a)	62.000	62.000	61.833	Único	Capital de Giro.
CPFL Renováveis	CCB (a)	11.000	11.000	10.794	Único	Capital de Giro.
CPFL Renováveis	CCB (a)	14.000	14.000	13.737	Único	Capital de Giro.
CPFL Renováveis	CCB (a)	1.000	1.000	981	Único	Capital de Giro.
CPFL Renováveis	CCB (a)	44.000	44.000	44.000	Único	Capital de Giro.
CPFL Renováveis	CCB (a)	2.752	2.752	2.700	Único	Capital de Giro.
		1.192.045	284.595	279.969		

(a) Não há cláusulas restritivas financeiras

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

CPFL Renováveis (apurados na controlada CPFL Renováveis e suas controladas, exceto quando mencionado em cada item específico):

FINEM I

- Manutenção de índice de cobertura do serviço da dívida "ICSD" (Saldo de caixa do ano anterior + geração de caixa do ano corrente) / Serviço da dívida do ano corrente em 1,2 vezes;
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria maior ou igual a 25%.

Em 31 de dezembro de 2016 não foi atendido o ICSD referente ao segundo semestre de 2016 e o montante total das dívidas de R\$ 87.375 foi classificado no passivo circulante, sem declaração de vencimento antecipado. Após 31 de dezembro de 2016, as Companhias obtiveram do BNDES a dispensa para apuração do ICSD referente ao segundo semestre de 2016. O descumprimento do referido *covenant* também não provocou o vencimento antecipado das demais dívidas que possuem condições específicas de *cross default*.

Em dezembro de 2017 a controlada obteve do BNDES a não declaração de vencimento antecipado na hipótese de não cumprimento do ICSD nas demonstrações financeiras consolidadas da PCH Holding.

FINEM II e FINEM XVIII

- Restrição à distribuição de dividendo caso não sejam atingidos ICSD maior ou igual a 1,0 e Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 0,8.

FINEM III

- Manutenção de patrimônio líquido/(patrimônio líquido + dívidas bancárias líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia;
- Manutenção de índice de dívida bancária líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia;
- Manutenção do índice patrimônio líquido/ativo total superior a 0,3 e apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power.

FINEM V

- Manutenção de índice de cobertura da dívida em 1,2 vezes;
- Manutenção de índice de capitalização própria igual ou superior a 30%.

FINEM VI

- Manutenção de ICSD igual ou superior a 1,2 vezes;
- Manutenção de Índice de Capitalização Própria igual ou superior a 25%;
- Manutenção de patrimônio líquido/(patrimônio líquido + dívidas bancárias líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia;
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia;
- Manutenção do Índice Patrimônio Líquido/Ativo Total superior a 0,3 e apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power.

FINEM VII, FINEM X e FINEM XXIII

- Manutenção anual de índice de cobertura da dívida em 1,2 vezes;
- Distribuição de dividendo limitada ao índice Exigível Total dividido pelo Patrimônio Líquido ex-Dividendo menor que 2,33.

FINEM IX, FINEM XIII e FINEM XXV

- Manutenção de ICSD maior ou igual a 1,3;
- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia;
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia;
- Manutenção do Índice Patrimônio Líquido/Ativo Total superior a 0,3 e apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power.

FINEM XXVI

- Manutenção de ICSD maior ou igual a 1,3 nas controladas beneficiárias do contrato;
- Manutenção anual do ICSD maior ou igual a 1,3, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da controlada Turbina 16;
- Caso o ICSD seja apurado em valor igual ou maior a 1,3, as beneficiárias estarão dispensadas da obrigação de manutenção do ICSD das beneficiárias;
- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia;
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia;
- Manutenção do Índice Patrimônio Líquido/Ativo Total superior a 0,3 e apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power.

Em dezembro de 2017 a controlada obteve do BNDES a não declaração de vencimento antecipado na hipótese de não cumprimento do ICSD nas demonstrações financeiras consolidadas da Turbina 16.

FINEM XI, FINEM XXIV, FINEM XV e FINEM XVI

- Manutenção de índice de dívida bancária líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia;
- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia;
- Manutenção do Índice Patrimônio Líquido/Ativo Total superior a 0,3 e apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power.

FINEM XII

- Manutenção anual do ICSD das controladas indiretas Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A., SPE Macacos Energia S.A., SPE Costa Branca Energia S.A., SPE Juremas Energia S.A. e SPE Pedra Preta Energia S.A. maior ou igual a 1,3, após o início de amortização;
- Manutenção anual do ICSD consolidado maior ou igual a 1,3 apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Eólica Holding S.A., após o início de amortização;
- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia;
- Manutenção do Índice Patrimônio Líquido/Ativo Total superior a 0,3 e apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power.

FINEM XVII

- Manutenção anual do ICSD igual ou maior a 1,2;
- Manutenção anual do ICSD consolidado maior ou igual a 1,3, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da Desa Eólicas;
- Caso o ICSD consolidado seja apurado em valor igual ou maior a 1,3, as beneficiárias estarão dispensadas da obrigação de manutenção do ICSD.

FINEM XIX e FINEM XX

- Manutenção de ICSD maior ou igual a 1,2;
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,6 em 2016 e 3,75 de 2017 em diante e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis;
- Manutenção de Índice de Patrimônio Líquido/ (Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2014 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis;
- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia;
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia;
- Manutenção do Índice Patrimônio Líquido/Ativo Total superior a 0,3 e apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power.

Em dezembro de 2016 a controlada obteve do BNDES a anuência para descumprimento do índice Dívida Líquida/EBITDA sem que fosse declarado o vencimento antecipado da dívida, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Em dezembro de 2017 a controlada obteve do BNDES a não declaração de vencimento antecipado na hipótese de não cumprimento do ICSD nas demonstrações financeiras consolidadas da Bio Alvorada e a anuência para descumprimento do índice Dívida Líquida/EBITDA e Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívida Líquida).

FINEM XXI e FINEM XXII

- Manutenção de ICSD maior ou igual a 1,2;
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,6 em 2016 e 3,75 de 2017 em diante e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis;
- Manutenção de Índice de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2013 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis;
- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia;
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia;
- Manutenção do Índice Patrimônio Líquido/Ativo Total superior a 0,3 e apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power.

Em dezembro de 2016 e 2017 a Companhia obteve do BNDES a anuência para descumprimento do índice Dívida Líquida/EBITDA sem que seja declarado o vencimento antecipado da dívida, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2017.

FINEM XXVII

- Manutenção de ICSD maior ou igual a 1,2;
- Índice de Capitalização Própria (ICP), definido como a razão entre o Patrimônio Líquido e o Ativo Total, maior ou igual a 39,5%;
- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia;
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia;
- Manutenção do Índice Patrimônio Líquido/Ativo Total superior a 0,3 e apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power.

Em dezembro de 2017 a controlada obteve do BNDES a não declaração de vencimento antecipado na hipótese de não cumprimento do ICSD nas demonstrações financeiras consolidadas da Mata Velha.

FINEM XXVIII

- Manutenção de ICSD maior ou igual a 1,2;
- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4,6 em 2016 e 3,75 em 2017 em diante e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis,;
- Manutenção de Índice de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Líquidas) maior ou igual a 0,41 nos anos de 2013 a 2016 e 0,45 em 2017 e em diante, apurado nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Renováveis;
- Manutenção de Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívidas Bancárias Líquidas) superior a 0,28 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia;
- Manutenção de Índice de Dívida Bancária Líquida/EBITDA menor ou igual a 3,75 e apurado nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Companhia;
- Manutenção do Índice Patrimônio Líquido/Ativo Total superior a 0,3 e apurado anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power.

Em dezembro de 2017 a Companhia obteve do BNDES a não declaração de vencimento antecipado na hipótese de não cumprimento do ICSD nas demonstrações financeiras consolidadas da Bio Coopcana e Bio

Alvorada e a anuência para descumprimento do índice Dívida Líquida/EBITDA e Patrimônio Líquido/(Patrimônio Líquido + Dívida Líquida).

Bradesco

- Obrigação de manter a relação entre Dívida Líquida/EBITDA inferior a 3,50 apurado semestralmente baseado nas demonstrações financeiras semestrais, consolidando os resultados da T-15 Energia S.A. com o das SPEs, sendo que no caso da PCH Participações S.A. há consolidação proporcional à participação da T-15 na PCH Participações.

NIB

- Manutenção semestral de ICSD em 1,3;
- Manutenção do Coeficiente de Endividamento igual ou inferior a 70%;
- Manutenção de Índice de Cobertura da Duração do Financiamento maior ou igual a 1,7.

(ii) Captações em moeda estrangeira - Citibank, Scotiabank, e operação sindicalizada (Lei nº 4.131)

As captações em moeda estrangeira realizadas através da Lei nº 4.131 estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Companhia a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos, calculados semestralmente.

Os índices exigidos são os seguintes: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, máximo de 3,75 e (ii) EBITDA dividido pelo resultado financeiro mínimo de 2,25.

A definição de EBITDA, na Companhia, para fins de apuração de *covenants*, leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como ativos e passivos).

Diversos empréstimos e financiamentos das controladas diretas e indiretas estavam sujeitos à antecipação de seus vencimentos na ocorrência de quaisquer alterações na estrutura societária da Companhia, exceto se ao menos um dos seguintes acionistas, Camargo Corrêa e Previ permanecesse de forma direta ou indiretamente no bloco de controle da Companhia. Em função da mudança do controle acionário da Companhia, efetivada em janeiro de 2017, foi negociado previamente com os credores do Grupo, a não decretação dos vencimentos antecipados dos referidos empréstimos e financiamentos, os quais passaram a incluir a State Grid International Development Limited ou qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pela State Grid Corporation of China como exceção para não antecipação dos seus vencimentos.

Adicionalmente o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2017.

(16) DEBÊNTURES

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2016	Captação	Amortização principal	Encargos e atualização monetária	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2017
Debêntures	4.497.493	880.000	(738.951)	456.194	(421.131)	4.673.606
Gastos com emissão	(25.114)	(12.767)	-	-	5.913	(31.968)
Total	4.472.381	867.233	(738.951)	456.194	(415.217)	4.641.638

		31/12/2017				31/12/2016			
		Encargos circulante	Principal Circulante	Principal Não Circulante	Total	Encargos circulante e não circulante	Principal Circulante	Principal Não Circulante	Total
Controladora									
5ª Emissão	Série Única	3.366	546.000	-	549.366	12.969	546.000	546.000	1.104.969
6ª Emissão	Série Única	13.671	153.318	306.682	473.671	23.228	-	460.000	483.228
7ª Emissão	Série Única	8.978	-	635.000	643.978	16.379	-	635.000	651.379
8ª Emissão	Série Única	3.401	-	87.905	91.306	3.369	-	85.520	88.889
9ª Emissão	Série Única	550	-	51.672	52.221	524	-	50.278	50.802
Gastos com emissão (**)		-	(1.341)	(1.142)	(2.484)	-	(1.708)	(2.494)	(4.202)
Controladora		29.966	697.977	1.080.117	1.808.059	56.470	544.292	1.774.305	2.375.066
CPFL Renováveis									
1ª Emissão - Renováveis (***)	Série Única	2.970	64.500	258.000	325.470	6.160	43.000	322.500	371.660
2ª Emissão - Renováveis	Série Única	5.531	60.000	210.000	275.531	11.486	30.000	270.000	311.486
3ª Emissão - Renováveis	Série Única	2.169	98.657	197.343	298.169	4.444	-	296.000	300.444
4ª Emissão - Renováveis	Primeira Série	4.534	-	200.000	204.534	7.925	-	200.000	207.925
5ª Emissão - Renováveis	Série Única	9.716	12.000	88.000	109.716	-	-	-	-
7ª Emissão - Renováveis	Série Única	6.244	-	253.529	259.773	-	-	-	-
1ª Emissão - SIIF	1ª a 12ª Série	762	44.968	449.678	495.408	762	41.938	461.314	504.014
1ª Emissão - PCH Holding 2	Série única	260	8.701	123.391	132.352	644	8.700	132.091	141.435
1ª Emissão - Dobrevê	Série Única	-	-	-	-	424	17.500	-	17.924
2ª Emissão - Dobrevê	Série Única	39.857	43.329	21.671	104.857	29.153	-	65.000	94.153
1ª Emissão - Pedra Cheirosa I	Série única	1.617	64.653	-	66.270	6.675	52.200	-	58.875
1ª Emissão - Pedra Cheirosa II	Série única	1.481	59.203	-	60.684	6.114	47.800	-	53.914
1ª Emissão - Boa Vista II	Série única	-	-	-	-	6.395	50.000	-	56.395
Gastos com emissão (**)		-	(5.639)	(21.556)	(27.195)	-	(3.388)	(17.524)	(20.912)
		75.141	450.372	1.780.056	2.305.569	80.183	287.750	1.729.381	2.097.314
CERAN									
1ª Emissão	1ª Série	181	106.000	212.000	318.181	-	-	-	-
1ª Emissão	2ª Série	121	-	212.000	212.121	-	-	-	-
Gastos com emissão (**)		-	(458)	(1.834)	(2.292)	-	-	-	-
		302	105.542	422.166	528.010	-	-	-	-
Consolidado		105.409	1.253.891	3.282.339	4.641.638	136.653	832.042	3.503.686	4.472.381

(*) Estas debêntures podem ser conversíveis em ações e, portanto, são consideradas no cálculo do efeito dilutivo para o lucro por ação (nota 22.5).

(**) Conforme CPC 08/IAS 39, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas.

(***) Em 28 de junho de 2017, a controlada obteve anuência dos debenturistas para o não cumprimento do indicador ICSD Operação referente à apuração de junho de 2017 (superior a 1,00) e do ICSD referente à apuração de dezembro de 2017 (superior a 1,05).

		Quantidade em Circulação	Remuneração anual	Taxa Efetiva a.a.	Condições de Amortização	Garantias
Controladora						
5ª Emissão	Série Única	10.920	CDI + 1,40%	CDI + 1,48%	2 parcelas anuais a partir de junho de 2017	Fiança da CPFL Energia
6ª Emissão	Série Única	46.000	CDI + 0,75% (1)	CDI + 0,75%	03 Parcelas anuais a partir de agosto de 2018	Fiança da CPFL Energia
7ª Emissão	Série Única	63.500	CDI + 1,06%	CDI + 1,11%	Parcela única em abril de 2019	Fiança da CPFL Energia
8ª Emissão	Série Única	1	IPCA + 5,86% (2)	103,33% do CDI	Parcela única em abril de 2019	Fiança da CPFL Energia
9ª Emissão	Série Única	50.000	IPCA+ 5,48%	IPCA+ 5,48%	Parcela única em outubro de 2021	Fiança da CPFL Energia
CPFL Renováveis						
1ª Emissão - Renováveis (***)	Série Única	43.000	CDI + 1,70%	CDI + 1,82%	9 parcelas anuais a partir de maio de 2015	Cessão Fiduciária dos dividendos da BVP e PCH Holding
2ª Emissão - Renováveis	Série Única	300.000	114,0% CDI	115,43% CDI	5 parcelas anuais a partir de março de 2017	Quirografia
3ª Emissão - Renováveis	Série Única	29.600	117,25% CDI	120,64% CDI	3 parcelas anuais a partir de abril de 2018	Quirografia
4ª Emissão - Renováveis	Primeira Série	20.000	126% CDI	134,22% CDI	3 parcelas anuais a partir de setembro de 2019	Aval CPFL Energia
5ª Emissão - Renováveis	Série Única	100.000.000	129,5% CDI	138,06% CDI	parcelas semestrais a partir de junho de 2018	Cessão fiduciária de 60% de quotas da Ludesa e de créditos dos contratos de PPA e fiança da Dobrevê
7ª Emissão - Renováveis	Série Única	250.000	IPCA + 5,62%	IPCA + 6,03%	Parcela única em junho de 2022	Fiança da CPFL Energia
1ª Emissão - SIIF	1ª a 12ª Série	432.299.666	TJLP + 1%	TJLP + 1% + 0,6%	39 parcelas semestrais a partir de 2009	Alienação Fiduciária
1ª Emissão - PCH Holding 2	Série única	1.581	CDI + 1,6%	CDI + 1,8%	9 parcelas anuais a partir de junho de 2015	Fiança da CPFL Renováveis
1ª Emissão - Dobrevê	Série Única	20	CDI + 1,75%	CDI + 1,75%	3 parcelas semestrais a partir de maio 2016	Quirografia
2ª Emissão - Dobrevê	Série Única	65	CDI + 1,34%	CDI + 1,34%	3 parcelas semestrais a partir de abril 2018	Quirografia
1ª Emissão - Pedra Cheirosa I	Série única	5.220	CDI + 1,22%	CDI + 1,22%	Parcela única em março de 2018	Fiança da CPFL Renováveis
1ª Emissão - Pedra Cheirosa II	Série única	4.780	CDI + 1,22%	CDI + 1,22%	Parcela única em março de 2018	Fiança da CPFL Renováveis
1ª Emissão - Boa Vista II	Série única	5.000	CDI + 2,85%	CDI + 2,85%	Parcela única em setembro de 2017	Fiança da CPFL Renováveis
CERAN						
1ª Emissão	1ª Série	318.000	107,75% CDI	109,82% do CDI	03 Parcelas anuais a partir de dezembro de 2018	Sem Garantia
1ª Emissão	2ª Série	212.000	107,75% CDI	109,82% do CDI	02 Parcelas anuais a partir de dezembro de 2021	Sem Garantia

A Companhia possui *swap* convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a:

(1) 100,15% a 106,9% do CDI

(2) 107% a 107,9% do CDI

O saldo de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2019	876.223	1.345.600
2020	152.383	622.562
2021	51.511	496.636
2022	-	513.616
2023	-	83.212
2024 a 2028	-	220.714
Total	1.080.117	3.282.339

Adições no exercício:

<u>Empresa</u>	<u>Emissão</u>	<u>Quantidade emitida</u>	<u>Montantes R\$ mil</u>		<u>Pagamento de juros</u>	<u>Destinação dos recursos</u>
			<u>Liberado em 2017</u>	<u>Liberado líquido dos gastos de emissão</u>		
CPFL Renováveis - controladora (a)	5ª emissão	100.000.000	100.000	97.072	Semestral	Plano de investimentos da controladora
CPFL Renováveis - controladora (a)	7ª emissão	250.000	250.000	243.472	Semestral	Plano de investimentos da controladora
CERAN	1ª emissão	530.000	530.000	527.708	Semestral	Transferência de recursos aos acionistas
			880.000	868.252		

(a) Não há cláusulas restritivas financeiras

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas que contemplam cláusulas que requerem da Companhia e de suas controladas a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos de debêntures contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

CPFL Geração

Manutenção, pela Companhia, dos seguintes índices:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75;
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA, na Companhia, para fins de apuração de *covenants*, leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como ativos e passivos).

CPFL Renováveis

As emissões de debêntures vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 contemplam cláusulas que requerem da controlada CPFL Renováveis a manutenção dos seguintes índices financeiros:

1ª emissão - CPFL Renováveis:

- ICSD operacional maior ou igual a 1,00;
- ICSD maior ou igual a 1,05;
- Índice de Dívida Líquida dividido pelo EBITDA menor ou igual 5,4 em 2016, 4,6 em 2017, 4,0 em 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020;
- EBITDA dividido pela despesa financeira líquida maior ou igual a 1,75

Em 31 de dezembro de 2017 a controlada obteve anuência dos debenturistas para o não cumprimento dos seguintes indicadores:

- (i) ICSD Operacional referente a apuração de junho de 2017, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 28 de junho de 2017;
- (ii) ICSD referente a apuração de dezembro de 2017, por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 28 de junho de 2017.

2ª e 3ª emissão - CPFL Renováveis

- Índice de Dívida Líquida dividido pelo EBITDA menor ou igual a 5,6 em 2015, 5,4 em 2016, 4,6 em 2017, 4,0 em 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.

4ª emissão – CPFL Renováveis

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida dividido pelo EBITDA inferior ou igual a 5,4 para 2016, 4,6 para 2017 e 4,0 a partir de 2018.

7ª Emissão – CPFL Renováveis

- Manutenção de Índice de Dívida Líquida/EBITDA verificado ao final de cada semestre inferior ou igual a 3,75, apurado pela Companhia;
- Manutenção de EBITDA/Resultado Financeiro verificado ao final de cada semestre superior ou igual a 2,25, apurado pela Companhia.

1ª emissão - controlada indireta PCH Holding 2

- ICSD da controlada Santa Luzia maior ou igual a 1,2 a partir de setembro de 2014;
- Índice de Dívida Líquida dividido pelo EBITDA inferior ou igual a 5,4 em 2016, 4,6 em 2017, 4,0 em 2018 e 2019 e 3,75 a partir de 2020.

2ª emissão – Dobrevê Energia S/A (DESA)

- Índice de Dívida Líquida dividido pelo Dividendo Recebido menor ou igual a 4,0 em 2016, 3,5 em 2017 e 3,5 em 2018.

CERAN

- Dívida Financeira Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,0, apurado semestralmente.

Diversas debêntures das controladas diretas e indiretas e empreendimentos controlados em conjunto estavam sujeitas à antecipação de seus vencimentos na ocorrência de quaisquer alterações na estrutura societária da Companhia, exceto se ao menos um dos seguintes acionistas, Camargo Corrêa e Previ permanecesse de forma direta ou indiretamente no bloco de controle da Companhia.

Em função da mudança do controle acionário da Companhia, efetivada em janeiro de 2017, foi negociado previamente com os credores do Grupo e empreendimentos controlados em conjunto, a não decretação dos vencimentos antecipados das referidas debêntures, os quais passaram a incluir a State Grid International Development Limited ou qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pela State Grid Corporation of China como exceção para não antecipação dos seus vencimentos.

O não cumprimento das restrições mencionadas acima pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2017.

(17) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados.

17.1 Características

Atualmente vigora para os funcionários da Companhia um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- a) Plano de Benefício Definido (“BD”) – vigente até 31 de outubro de 1997 – plano de benefício salgado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- b) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
 - Os Benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
 - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

17.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	<u>31/12/2017</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	110.801
Valor justo dos ativos do plano	<u>(94.379)</u>
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	<u>16.423</u>
	<u>31/12/2016</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	108.486
Valor justo dos ativos do plano	<u>(89.533)</u>
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	<u>18.954</u>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	<u>Passivo</u>
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2015	<u>90.609</u>
Custo do serviço corrente bruto	76
Juros sobre obrigação atuarial	11.184
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	14.909
Benefícios pagos no ano	<u>(8.292)</u>
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2016	<u>108.486</u>
Custo do serviço corrente bruto	73
Juros sobre obrigação atuarial	11.431
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	14
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	<u>(372)</u>
Benefícios pagos no ano	<u>(8.831)</u>
Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2017	<u>110.801</u>
	<u>Ativo</u>
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2015	<u>(80.332)</u>
Rendimento esperado no ano	<u>(9.582)</u>
Contribuições de patrocinadoras	(843)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(7.068)
Benefícios pagos no ano	<u>8.292</u>
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2016	<u>(89.533)</u>
Rendimento esperado no ano	<u>(9.437)</u>
Contribuições de patrocinadoras	(753)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(3.487)
Benefícios pagos no ano	<u>8.831</u>
Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2017	<u>(94.379)</u>

17.3 Movimentação do passivo registrado

As movimentações ocorridas no exercício foram as seguintes:

	<u>Consolidado</u>
Passivo atuarial líquido em 31/12/2015	10.277
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	1.677
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(843)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	14.909
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(7.068)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2016	18.954
Outras contribuições	8
Total passivo	18.962
Circulante	460
Não circulante	18.502

	<u>Consolidado</u>
Passivo atuarial líquido em 31/12/2016	18.954
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	2.067
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(753)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	14
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(372)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(3.487)
Passivo atuarial líquido em 31/12/2017	16.423
Outras contribuições	158
Total passivo	16.581
Circulante	986
Não Circulante	15.595

17.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2018 estão estimadas no montante de R\$ 1.826.

Os benefícios esperados a serem pagos pela Fundação CESP nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

Ano de pagamento	
2018	9.010
2019	9.252
2020	9.572
2021	9.829
2022 a 2027	63.274
Total	100.937

Em 31 de dezembro de 2017, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 9,4 anos.

17.5 Reconhecimento das despesas com entidade de previdência privada:

A estimativa do atuário externo para as despesas a serem reconhecidas no exercício de 2018 e as despesas reconhecidas em 2017, são como segue:

	<u>2018 estimadas</u>
Custo do serviço	78
Juros sobre obrigações atuariais	10.109
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(8.634)</u>
Total da despesa (receita)	<u>1.553</u>

	<u>2017 realizadas</u>
Custo do serviço	73
Juros sobre obrigações atuariais	11.431
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(9.437)</u>
Total da despesa (receita)	<u>2.067</u>

	<u>2016 realizadas</u>
Custo do serviço	76
Juros sobre obrigações atuariais	11.184
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(9.582)</u>
Total da despesa (receita)	<u>1.677</u>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	9,51% a.a.	10,99% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	9,51% a.a.	10,99% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,08% a.a.	7,00% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	5,00% a .a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	4,00% a.a.	5,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012*
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano	100% na primeira elegibilidade a um benefício pelo Plano

* Experiência FUNCESP, agravada em 40%.

17.6 Ativos do plano

A tabela abaixo demonstra a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, administrados pela Fundação CESP. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2018, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2017.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Renda fixa	77%	79%
Títulos públicos federais	53%	60%
Títulos privados (instituições financeiras)	4%	6%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	2%	1%
Outros investimentos de renda fixa	17%	12%
Renda variável	15%	14%
Ações da CPFL Energia	-	8%
Fundos de investimento em ações	15%	6%
Investimentos estruturados	3%	1%
Fundos de investimento multimercado	3%	1%
Cotados em mercado ativo	94%	94%
Imóveis	3%	3%
Operações com participantes	1%	1%
Outros ativos	1%	1%
Depósitos judiciais e outros	1%	1%
Não cotados em mercado ativo	6%	6%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano. O valor justo das ações apresentadas na linha "Ações da controladora CPFL Energia" em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 372 e (R\$ 8.302 em 31 de dezembro de 2016).

	<u>Meta para 2018</u>
Renda Fixa	72,80%
Renda variável	18,67%
Imóveis	3,18%
Empréstimos e financiamentos	1,32%
Investimentos estruturados	2,56%
Investimentos no exterior	1,47%
	100,00%

A meta de alocação para 2018 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Fundação CESP efetuada ao final de 2017 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2018, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de *déficit* atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. A Fundação CESP realiza estudos de *Asset Liability Management* (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos, ou "ALM") no mínimo uma vez ao ano, para um horizonte superior a 10 anos. O estudo de ALM representa também importante ferramenta para a gestão do risco de liquidez dos planos previdenciários, posto que considera o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos.

A base utilizada para determinar as premissas do retorno geral estimado sobre os ativos é suportada pelo ALM. As principais premissas são projeções macroeconômicas pelas quais são obtidas as rentabilidades esperadas de longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios. O ALM processa a alocação média ideal dos ativos do plano para o longo prazo e, baseado nesta alocação e nas premissas de rentabilidade dos ativos, é apurada a rentabilidade estimada para o longo prazo.

17.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial conforme CPC 33 / IFRS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos na obrigação de benefício definido caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixos (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	Aumento (redução)	Aumento (redução) total da obrigação do benefício definido
Taxa de desconto nominal*	-0,25 p.p.	2.652
	+0,25 p.p.	(2.542)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+1 ano	(2.334)
	-1 ano	2.296

* A premissa utilizada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 9,51% a.a. para todas as empresas. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 9,26% a.a. e 9,76% a.a..

** A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10) para a CPFL Geração. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

17.8 Risco de investimento

Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

Os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação CESP o que ocorre ao menos trimestralmente.

Além do controle do risco de mercado através da metodologia da divergência não planejada exigida pela legislação, a Fundação CESP utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: VaR, *Tracking Risk*, *Tracking Error* e *Stress Test*.

A Política de Investimentos da Fundação CESP impõe restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

(18) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	-	12.824	51.545	32.386
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	-	18.491	10.625
Imposto de renda e contribuição social	-	12.824	70.036	43.011
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	123	-	4.570	1.643
Programa de integração social - PIS	907	980	3.702	4.432
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.179	4.514	17.149	20.549
Outros	1.366	554	6.924	6.559
Outros tributos impostos, taxas e contribuições	6.575	6.048	32.345	33.183
Total Circulante	6.575	18.872	102.382	76.192

(19) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2017		31/12/2016		31/12/2017		31/12/2016	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	359	128	690	357	4.483	1.801	4.130	1.393
Cíveis	-	-	-	58	20.669	4.003	21.082	3.661
Fiscais	8.211	442	5.218	312	19.185	8.117	15.628	7.794
Outros	-	-	-	-	-	9	-	-
Total	8.570	570	5.908	728	44.337	13.930	40.840	12.848

As movimentações das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, estão demonstradas a seguir:

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2017
Trabalhistas	4.130	2.169	(1.231)	(701)	116	4.483
Cíveis	21.082	156	(130)	(451)	12	20.669
Fiscais	15.628	2.406	-	(19)	1.170	19.185
Total	40.840	4.730	(1.361)	(1.171)	1.299	44.337

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia e suas controladas são parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia e de suas controladas.

Nas provisões para riscos fiscais, as adições durante o exercício de 2017, na Controladora, referem-se substancialmente a discussões sobre a incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, cujos saldos estavam classificados anteriormente em tributos a recolher.

Perdas possíveis

O Grupo é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, ou seja, é mais provável do que não (*"more likely than not"*) de que não haja desembolso para estes casos devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estavam assim representadas:

	Consolidado		
	31/12/2017	31/12/2016	
Trabalhistas	10.651	7.317	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade, horas extras, dentre outros
Cíveis	325.976	289.617	Danos pessoais e impactos ambientais
Fiscais	1.697.977	1.561.667	Ações de cobrança retroativas de impostos de PIS, COFINS, ISS, CSLL e IRPJ
Regulatório	67.077	14.929	Cobrança do encargo de serviços do sistema - ESS, prevista na Resolução CNPE nº 03
Total	2.101.680	1.873.531	

Referente aos processos fiscais, em agosto de 2016 a controlada CPFL Renováveis recebeu auto de infração no montante de R\$ 285.537 sobre cobrança de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre remuneração do ganho de capital incorrido aos residentes e/ou domiciliados no exterior, decorrente da transação de venda da Jantus SL, ocorrida em dezembro de 2011, o qual a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, entende e assim classificou que as chances de êxito são possíveis.

Ainda em relação aos processos fiscais, no final de dezembro de 2016 a CPFL Geração recebeu 2 (dois) autos de infração que, somados remontam o valor de R\$ 316.372 relativos à cobrança de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL relativo ao anos-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERSÁ Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, os quais a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou que as chances de êxito são possíveis.

Está incluso nos processos cíveis, uma ação em que a Companhia em conjunto com Furnas, é citada como ré no qual solicita-se que as referidas empresas promovam medidas reparadoras e mitigadoras relativas aos impactos ambientais causados pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa, cujo montante atribuível à Companhia é estimado em R\$ 25.137 (R\$ 22.482 em 31 de dezembro de 2016).

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR") pelo IPCA-E. A Suprema Corte considerou que a decisão do TST conferiu interpretação extensiva ilegítima e descumpriu a modulação de efeitos de precedentes anteriores, além de usurpar sua competência para decidir matéria constitucional. Diante de tal decisão, e até que haja nova decisão publicada pelo STF, continua válido o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR"), o qual tem sido reconhecido pelo TST em decisões recentes. Desta forma, a Administração da Companhia considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos. Adicionalmente, de acordo com a Lei n.º 13.467, de 11 de novembro de 2017, a TR é o índice de correção da Justiça do Trabalho a partir da vigência da norma.

A Administração da Companhia e de suas controladas, baseada na opinião de seus assessores legais externos acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(20) USO DO BEM PÚBLICO

Empresa	Consolidado		Quantidade de parcelas restantes	Taxa de juros
	31/12/2017	31/12/2016		
CERAN	94.730	97.481	219	IGP-M + 9,6% a.a.
Circulante	10.965	10.857		
Não circulante	83.766	86.624		

(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Consumidores e concessionárias	29	139	-	-	6.980	9.666	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	46	25	-	-	5.665	12.615	8.651	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	2	1	-	-	342	196	-	-
Empresa de Pesquisa energética - EPE	-	1	-	-	-	106	-	-
Adiantamentos	9	9	29	37	311.303	164.687	21.641	6.194
Provisão para gastos ambientais	-	-	-	-	16.140	13.483	107.814	61.828
Folha de pagamento	446	400	-	-	2.065	1.628	-	-
Participação nos lucros	3.094	2.556	1.454	806	13.609	12.177	1.454	806
Aquisição de negócios	-	-	-	-	6.926	9.492	-	-
Indenização	-	-	-	-	64.303	60.879	-	-
Outros	595	1.244	-	-	595	4.479	1.656	2.921
Total	4.221	4.374	1.483	843	427.928	289.408	141.216	71.749

Adiantamentos: referem-se substancialmente a adiantamentos de clientes relativos aos faturamentos antecipados pela controlada CPFL Renováveis, sem que tenha havido ainda o fornecimento de energia ou serviço.

Provisão para custos socioambientais: refere-se principalmente a provisões constituídas pela controlada CPFL Renováveis, relacionadas a licenças socioambientais decorrentes de eventos já ocorridos e obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento de terrenos onde estão localizados os empreendimentos eólicos. Tais custos são provisionados em contrapartida ao ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

Indenizações: referem-se a valores registrados pela controlada CPFL Renováveis referente a indenização devida pelos Complexos Campo dos Ventos e São Benedito.

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A CPFL Energia detém 100% do capital social da Companhia, representado por 205.492.020 mil ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

22.1 – Reserva de capital

O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 239.691, que compreende: i) R\$ 59.238, referente a variações de participação societária na CPFL Renováveis em decorrência do lançamento de ações e ii) R\$ 180.453 pela combinação de negócios com a DESA. De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido.

22.2 – Reservas de lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 601.365, que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 136.010, ii) Reserva de Lucros a Realizar de R\$ 157.852 e iii) Reserva de reforço de capital de giro R\$ 307.503.

22.3 – Resultado abrangente acumulado

O resultado abrangente acumulado é composto por:

- (i) Custo atribuído: Refere-se ao registro da mais valia do custo atribuído ao imobilizado, no montante de R\$ 391.163;
- (ii) Entidade de previdência privada: o saldo devedor de R\$ 20.537 (líquido de imposto de renda e contribuição social) corresponde aos efeitos registrados diretamente em resultados abrangentes, de acordo com o IAS 19 / CPC 33 (R2).

22.4 – Dividendo

Na AGO de 04 de abril de 2017 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2016 na forma de dividendo adicional proposto no montante R\$ 186.947.

Conforme previsto em Estatuto Social da Companhia e com base nos resultados de 2017, a Administração da Companhia aprovou, em 12 de dezembro de 2017, a declaração de dividendo intermediário, no montante de R\$ 196.500.

Foram pagos em 2017 o montante de R\$ 779.533 sendo: i) R\$ 163.107 relativos a dividendo adicional de 2015, ii) R\$ 232.980, relativos a dividendos intermediários de 2016, iii) R\$ 186.947 relativos ao dividendo adicional de 2016; e iv) R\$ 196.500 relativos ao dividendo intermediário do exercício de 2017.

22.5 – Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado a forma da lei, aos titulares de suas ações.

Para este exercício, a Administração da Companhia está propondo a distribuição do saldo de lucros acumulados na forma juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 115.895 e constituição de reserva de reforço de capital de giro no montante de R\$ 307.503.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

Lucro líquido do exercício	594.026
Realização do resultado abrangente	25.873
Lucro líquido base para destinação	619.899
Dividendo intermediário	(196.500)
Base para destinação	423.399
Constituição da reserva de reforço de capital de giro	(307.503)
Juros sobre o capital próprio - proposto	(115.896)

A Companhia não está constituindo Reserva Legal, por ter ultrapassado o limite estabelecido na legislação societária vigente.

22.6 – Lucro por ação básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi baseado no lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios apresentados. Especificamente para o cálculo do lucro por ação diluído, considera-se os efeitos dilutivos de instrumentos conversíveis em ações, conforme demonstrado:

	2017	2016
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	594.026	401.148
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	70.752.128.929	68.500.208.756
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações preferenciais	134.739.890.356	136.991.810.529
Lucro básico por lote de mil ações ordinárias	2,89	1,83
Lucro básico por lote de mil ações preferenciais	2,98	2,01
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	594.026	401.148
Efeito dilutivo de debêntures conversíveis da controlada CPFL Renováveis	(11.847)	(16.152)
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	582.179	384.996
Denominador		
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	70.752.128.929	68.500.208.756
Média ponderada de ações em poder dos acionistas - ações preferenciais	134.739.890.356	136.991.810.529
Lucro diluído por lote de mil ações ordinárias	2,83	1,76
Lucro diluído por lote de mil ações preferenciais	2,92	1,93

Alteração na quantidade de ações – A média ponderada das ações ordinárias e preferenciais para o exercício de 2017 apresentado, considera a alteração no estatuto social da Companhia que efetuou a conversão do total das ações preferenciais em ordinárias a partir de 26 de dezembro de 2017 (nota 3.1 – Capital Social).

O efeito dilutivo do numerador no cálculo de lucro por ação diluído considera os efeitos dilutivos das debêntures conversíveis em ações emitidas por subsidiárias da controlada CPFL Renováveis. Os efeitos foram calculados considerando a premissa de que tais debêntures seriam convertidas em ações ordinárias da controlada no início de cada exercício.

(23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora				Consolidado			
	GWh		R\$ mil		GWh		R\$ mil	
	2017	2016 (*)	2017	2016	2017	2016 (*)	2017	2016
Receita de operações com energia elétrica								
Classe de consumidores								
Industrial	-	-	-	-	18	19	3.868	3.740
Comercial	-	-	-	-	166	424	37.601	96.053
Fornecimento de energia elétrica	-	-	-	-	184	443	41.469	99.793
Furnas Centrais Elétricas S.A.	3.026	3.034	565.592	533.022	3.026	3.034	565.592	533.022
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	834	842	206.790	193.805	10.003	8.806	2.372.324	2.101.711
Energia elétrica de curto prazo	1	3	156	117	1.008	774	200.062	50.631
Suprimento de energia elétrica	3.861	3.879	772.538	726.944	14.036	12.614	3.137.978	2.685.364
Receita de construção da infraestrutura de concessão			-	-			47.199	49.560
Outras receitas e rendas			58.498	15.725			96.375	47.136
Outras receitas operacionais			58.498	15.725			143.574	96.696
Total da receita operacional bruta			831.036	742.669			3.323.022	2.881.854
Deduções da receita operacional								
PIS			(13.714)	(12.253)			(36.033)	(32.871)
COFINS			(63.167)	(56.437)			(166.086)	(151.496)
ISS			(397)	(367)			(397)	(367)
Reserva global de reversão - RGR			-	(422)			(2.952)	(4.230)
Programa de P&D e eficiência energética			(44)	(58)			(3.385)	(3.094)
Outros			(3.244)	(3.354)			(9.638)	(8.864)
			(80.568)	(72.891)			(218.493)	(200.922)
Receita operacional líquida			750.469	669.777			3.104.530	2.680.931

(24) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	Controladora				Consolidado			
	GWh		R\$ mil		GWh		R\$ mil	
	2017	2016 (*)	2017	2016	2017	2016 (*)	2017	2016
Energia comprada para revenda								
Energia de curto prazo	-	-	1	4	1.638	1.108	118.359	53.859
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	835	839	90.217	70.894	1.436	1.218	270.219	212.477
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(8.345)	(6.558)	-	-	(12.494)	(10.794)
Subtotal	835	839	81.873	64.340	3.074	2.326	376.084	255.543
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição								
Encargos da rede básica	-	-	-	-	-	-	85.890	76.384
Encargos de transporte de itaipu	-	-	-	-	-	-	-	1
Encargos de conexão	-	-	-	-	-	-	13.270	11.152
Encargos de uso do sistema de distribuição	-	-	1.031	854	-	-	24.138	24.125
Encargos de serviço do sistema - ESS	-	-	-	1	-	-	15	(175)
Encargos de energia de reserva - EER	-	-	-	-	-	-	-	25
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(95)	(79)	-	-	(1.182)	(1.062)
Subtotal			936	775			122.131	110.450
Total			82.809	65.115			498.216	365.993

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

24.1 Generating Scaling Factor (“GSF”)

As UHEs e algumas PCHs conectadas ao Sistema Interligado Nacional (“SIN”) participam do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que funciona como um compartilhamento de riscos hidrológicos entre essas usinas, uma vez que as usinas geram energia pelo comando do Operador Nacional do Sistema ONS e/ou pelo regime hidrológico, ou seja, não possuem gestão sobre o momento e montante que geram a energia. A participação neste mecanismo é proporcional à Garantia Física de cada usina, que também se configura como o limite de contrato de venda de energia de cada usina.

Quando o conjunto das usinas do MRE gera energia superior à soma das suas garantias físicas, denominada Energia Secundária, este excedente é liquidado ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD e rateado entre as usinas participantes na proporção de suas garantias físicas. Por outro lado, se a geração do conjunto for inferior à soma das garantias físicas, haverá o *Generating Scaling Factor* (“GSF”), sendo este *déficit* de energia também alocado na proporção da garantia física de cada usina e conseqüentemente expondo-a no mercado de curto prazo, valorizando a energia faltante ao PLD.

Nos anos de 2005 a 2012, o GSF anual do MRE ficou acima de 100%, não onerando os geradores hidrelétricos, sendo que a partir do ano de 2013, este cenário começou a se alterar, agravando-se nos anos de 2014 e 2015, quando ficou abaixo dos 100% durante todo o ano.

Repactuação do Risco Hidrológico de 2015

A Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015 e a Resolução Normativa Aneel nº 684 de 11 de dezembro de 2015, estabeleceram as condições para a repactuação do risco hidrológico de 2015 geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015, atribuindo regras distintas para os contratos celebrados no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) e no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A repactuação do risco hidrológico da parcela referente no ACR se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor mediante pagamento de prêmio de risco pelos geradores hídricos de R\$ 9,50/MWh até o final dos contratos de venda de energia ou ao final da concessão, dos dois o menor. O pagamento deste prêmio e a transferência do GSF terão como destino a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Os geradores que aderissem à repactuação deveriam encerrar os processos judiciais contra o órgão regulador das concessões e efetuar o pagamento do prêmio de risco referente à transferência do risco de GSF para a CCRBT de 2015.

Em dezembro de 2015, as controladas CERAN e CPFL Renováveis e os empreendimentos controlados em conjunto ENERCAN e Chapecoense aderiram à repactuação de seus contratos do ACR.

Em 2016, o empreendimento controlado em conjunto Baesa aderiu à repactuação de seus contratos do ACR, encerrando a participação no processo judicial conjunto movido pela Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - ("APINE"), o efeito líquido dos impostos reconhecido como resultado de participação societária na controladora CPFL Geração foi de R\$ 5.102.

(25) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora									
	Despesas Operacionais									
	Custo de operação		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Pessoal	10.566	10.142	4.302	3.887	17.250	13.793	-	-	32.117	27.822
Entidade de previdência privada	2.067	1.677	-	-	-	-	-	-	2.067	1.677
Material	1.281	1.129	9	14	108	147	-	-	1.399	1.290
Serviços de terceiros	7.625	2.653	77	37	6.898	7.659	-	-	14.600	10.349
Depreciação e amortização	63.751	64.491	15	15	1.125	1.008	-	-	64.891	65.514
Outros	220	(2.132)	131	43	2.530	2.649	10.177	10.015	13.058	10.575
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	129	-	-	-	-	-	129	-
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	548	522	-	-	548	518
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	328	304	-	-	328	304
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	(47)	383	-	-	(47)	383
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	528	-	-	-	528	-
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	211	55	211	55
Amortização de intangível de concessão	-	-	-	-	-	-	9.966	9.966	9.966	9.966
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	148	379	-	-	-	-	-	-	148	379
Outros	72	(2.510)	3	43	1.172	1.439	-	(6)	1.247	(1.034)
Total	85.510	77.960	4.535	3.996	27.910	25.255	10.178	10.016	128.133	117.227

	Consolidado											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Pessoal	46.040	37.617	-	-	4.302	3.887	86.945	80.482	-	-	137.287	121.986
Entidade de previdência privada	2.067	1.677	-	-	-	-	-	-	-	-	2.067	1.677
Material	26.827	9.564	-	-	9	14	2.008	1.870	-	-	28.844	11.448
Serviços de terceiros	132.098	139.317	-	-	77	37	62.587	39.467	-	-	194.762	178.821
Depreciação e amortização	563.620	507.836	-	-	15	15	8.181	6.462	-	-	571.816	514.313
Custos com construção da infraestrutura	-	-	45.474	47.752	-	-	-	-	-	-	45.474	47.751
Outros	51.432	48.303	-	-	135	23	22.496	23.174	207.719	238.157	281.782	309.657
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	-	132	(20)	-	-	-	-	132	(20)
Arrendamentos e aluguéis	19.236	16.002	-	-	-	-	8.861	7.357	-	-	28.097	23.359
Publicidade e propaganda	6	-	-	-	-	-	1.049	1.533	-	-	1.055	1.533
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	10	2.262	9.543	-	-	2.262	9.553
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	528	37	-	-	528	37
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	21.991	35.293	21.991	35.293
Amortização de intangível de concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	165.290	162.437	165.290	162.437
Amortização de prêmio pago - GSF	9.594	9.594	-	-	-	-	-	-	-	-	9.594	9.594
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	7.719	10.984	-	-	-	-	-	-	-	-	7.719	10.984
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	20.438	40.433	20.438	40.433
Outros	14.878	11.723	-	-	3	33	9.796	4.705	-	(6)	24.677	16.455
Total	822.085	744.314	45.474	47.751	4.538	3.976	182.218	151.456	207.718	238.158	1.262.033	1.185.655

(*) Provisão para perda de investimento/intangível de direito de exploração da SPE Aiuruoca pela incerteza na sua realização em 31 de dezembro de 2016. (Nota explicativa nº 13)

(26) RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas				
Rendas de aplicações financeiras	45.336	70.996	203.580	212.187
Acréscimos e multas moratórias	152	-	1.069	4.546
Atualização de créditos fiscais	282	2.410	386	2.433
Atualização de depósitos judiciais	42	62	626	923
Atualizações monetárias e cambiais	18.856	67.986	21.003	70.185
Juros sobre contratos de mútuo	29	-	(223)	-
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(2.387)	(3.680)	(8.945)	(10.906)
Outros	5.479	5.661	19.673	26.093
Total	67.789	143.436	237.169	305.461
Despesas				
Encargos de dívidas	(316.818)	(441.883)	(911.383)	(1.070.570)
Atualizações monetárias e cambiais	(71.854)	(62.630)	(140.163)	(138.600)
(-) Juros capitalizados	-	-	29.817	54.733
Uso do Bem Público - UBP	-	-	(8.048)	(14.950)
Outros	(1.915)	(3.297)	(51.674)	(57.782)
Total	(390.587)	(507.810)	(1.081.451)	(1.227.169)
Resultado financeiro	(322.798)	(364.373)	(844.282)	(921.708)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,80% a.a. durante o ano de 2017 (11,70% a.a. durante o ano de 2016) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1) e IAS 23.

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos das perdas com instrumentos derivativos, sendo apurado uma perda no montante de R\$ 46.973 (perda de R\$ 76.346 em 2016), conforme detalhe na nota 31.

(27) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A segregação dos segmentos operacionais da Companhia é baseada na estrutura interna das informações financeiras e da Administração, e é efetuada através da segmentação pelos tipos de negócio: atividades de geração (fontes convencionais e renováveis) e outras atividades não relacionadas nos itens anteriores.

Os resultados, ativos e passivos por segmento incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento e também aqueles que possam ser alocados razoavelmente, quando aplicável. Os preços praticados entre os segmentos são determinados com base em transações similares de mercado. A nota explicativa 1 apresenta as subsidiárias de acordo com a sua respectiva área de atuação e contém mais informações sobre cada controlada e seu respectivo ramo de negócio e segmentos.

Estão apresentadas a seguir as informações segregadas por segmento de acordo com os critérios estabelecidos pelos executivos da Companhia:

	Geração (Fontes convencionais)	Renováveis (Fontes renováveis)	Eliminações	Total
2017				
Receita operacional líquida	1.145.445	1.959.084	-	3.104.530
(-) Vendas entre sociedades parceiras	14	-	(14)	-
Custo com energia elétrica	(150.202)	(348.029)	14	(498.216)
Custos e despesas operacionais	(135.483)	(389.443)	-	(524.927)
Depreciação e amortização	(120.089)	(617.017)	-	(737.106)
Resultado do serviço	739.685	604.596	-	1.344.281
Equivalência	312.390	-	-	312.390
Receita financeira	99.479	137.746	(56)	237.169
Despesa financeira	(432.937)	(648.571)	56	(1.081.451)
Lucro antes dos impostos	718.619	93.770	-	812.389
Imposto de renda e contribuição social	(92.570)	(74.125)	-	(166.695)
Lucro líquido	626.049	19.645	-	645.694
Atribuído aos acionistas controladores	588.100	5.926	-	594.026
Atribuído aos acionistas não controladores	37.949	13.719	-	51.669
Total do ativo (*)	4.620.034	12.856.002	(306.985)	17.169.051
Aquisições do imobilizado e outros intangíveis	8.172	621.047	-	629.219

(*) Os intangíveis, líquidos de amortização, foram alocados nos respectivos segmentos.

Em 2017, o montante de outros segmentos está sendo apresentado em geração (fontes convencionais) em função da sua imaterialidade.

	Geração (Fontes convencionais)	Renováveis (Fontes renováveis)	Outros (*)	Eliminações	Total
2016					
Receita operacional líquida	969.330	1.646.589	65.012	-	2.680.931
(-) Vendas entre sociedades parceiras	1.626	26.340	13	(27.978)	-
Custo com energia elétrica	(93.867)	(272.125)	-	-	(365.993)
Custos e despesas operacionais	(80.284)	(381.334)	(48.913)	-	(510.531)
(-) Custos e despesas entre sociedades parceiras	(1.626)	(26.340)	(13)	27.978	0
Depreciação e amortização	(123.562)	(553.169)	(18)	-	(676.749)
Resultado do serviço	673.289	439.961	16.035	-	1.129.285
Equivalência	311.414	-	-	-	311.414
Receita financeira	171.223	133.649	589	-	305.461
Despesa financeira	(555.510)	(671.005)	(654)	-	(1.227.169)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	600.416	(97.395)	15.969	-	518.990
Imposto de renda e contribuição social	(97.076)	(46.311)	(1.144)	-	(144.532)
Lucro (prejuízo) líquido	503.339	(143.706)	14.825	-	374.458
Total do ativo (**)	5.237.335	12.464.883	196.220	-	17.898.438
Aquisições do imobilizado e outros intangíveis	7.210	978.896	5	-	986.112

(*) Outros: refere-se basicamente a ativos e transações que não são relacionados a nenhum dos segmentos identificados.

(**) Os intangíveis, líquidos de amortização, foram alocados nos respectivos segmentos.

Em função das condições econômicas brasileiras terem se deteriorado ainda mais durante o exercício de 2017, foi registrado na CPFL Renováveis “segmento geração renováveis” R\$ 20.438 (R\$ 40.433 em 2016) na provisão referente à avaliação do valor recuperável de unidades geradoras de caixa. Esta perda foi registrada na demonstração do resultado na rubrica “Outras despesas operacionais” (nota 25).

O montante do investimento em empreendimentos controlados em conjunto contabilizado pelo método da equivalência patrimonial, classificado no segmento de geração convencional, é de R\$ 1.022.696 (R\$ 1.493.753 em 2016).

(28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador a CPFL Energia, que tem como acionistas controladores as seguintes companhias:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia e de suas controladas e coligadas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia.
- Intangível, imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e geração, e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática.
- Adiantamentos** – Referem-se a adiantamentos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento.
- Contrato de mútuo** – Refere-se principalmente a contratos realizados com acionista não controlador da controlada CPFL Renováveis, com vencimento definido para a data de distribuição de lucros da controlada indireta a seus acionistas e remuneração de 8% a.a. + IGP-M.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos respectivos empregados. Este plano detém investimentos em ações da controladora CPFL Energia (nota 17).

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora, CPFL Energia, possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores e por um membro independente, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

As coligadas CPFL Paulista e CPFL Piratininga, renegociaram, para pagamento em janeiro de 2018, o vencimento de faturas de compra de energia com a controlada Ceran, cujos vencimentos originais eram 15 de novembro e 15 de dezembro de 2017.

A remuneração total do pessoal-chave da administração para o exercício de 2017, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008, foi de R\$ 14.918 (R\$ 12.604 em 2016). Este valor é composto por R\$ 13.782 (R\$ 11.895 em de 2016) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 154 (R\$ 150 em 2016) de benefícios pós-emprego e reversão de provisão de R\$ 982 (reversão de provisão de R\$ 559 em 2016) de outros benefícios em 2017, valores registrados pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos pelas controladas da Companhia e pagos a subsidiárias diretas ou indiretas da State Grid Corporation of China.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto são como segue:

Empresas	Consolidado			
	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
	31/12/2017	31/12/2017	2017	2017
Dividendos/Juros sobre o capital próprio				
ENERCAN - Campos Novos Energia	21.184	-	-	-
BAESA - Energética Barra Grande	108	-	-	-
Chapecoense Geração	32.746	-	-	-
Contrato de mútuo				
Acionistas não controladores da CPFL Renováveis	8.612	-	-	-
Materiais, prestação de serviços				
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	-	(22)
BAESA - Energética Barra Grande	152	-	1.819	(35)
ENERCAN - Campos Novos Energia	152	-	1.819	(57)
Chapecoense Geração S.A.	2	-	2.143	(49)
Outros				
Instituto CPFL	-	-	-	470
Adiantamentos de clientes				
BAESA – Energética Barra Grande S.A.	-	691	-	-
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	979	-	-
ENERCAN - Campos Novos Energia S.A.	-	1.212	-	-
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba	-	440	-	-
Compra e venda de energia e encargos				
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	-	7.722
BAESA –Energética Barra Grande S.A.	-	12.751	-	84.211

(*) Partes relacionadas a partir de 2017

As informações comparativas abaixo referem-se ao período em que os acionistas controladores indiretos eram aqueles anteriores à mudança de controle para a State Grid Corporation of China:

Empresas	Consolidado			
	Ativo	Passivo	Receita	Despesas
	31/12/2016	31/12/2016	2016	2016
Saldo Bancário e Aplicação Financeira				
Banco do Brasil S.A.	39.328	-	4.110	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures				
Banco do Brasil S.A.	-	2.193.443	-	236.825
Outras Operações Financeiras				
Banco do Brasil S.A.	-	30	9	-
Venda de energia				
AES Tiete S/A (**)	-	-	2	-
Aliança Gestão de Energia S.A.	-	-	7	-
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	622	-	9.268	-
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA	670	-	15.394	-
Companhia Energética do Rio Grande do Norte - COSERN	267	-	2.909	-
Companhia Hidrelétrica Teles Pires S.A.	-	-	57	-
Energetica Águas da Pedra S.A.	-	-	6	-
InterCement Brasil S.A.	-	-	2	-
Itapebi Geração de Energia S.A.	-	-	3	-
NC Energia S.A.	-	-	21.220	-
Norte Energia S.A.	1	-	17	-
Samarco Mineração S.A.	-	-	2	-
Termopernambuco S.A.	-	-	5	-
ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico	-	-	4	-
Vale Energia S.A.	8.680	-	102.069	-
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	-	-	1	-
Compra de energia				
Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	108
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	-	20	-	250
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA	-	121	-	121
SE Narandiba S.A.	-	-	-	13
Vale Energia S.A.	-	-	-	216
Material e Prestação de Serviço				
TOTVS S.A.	-	-	-	1
Outras Receitas				
Afluentes Transmissão de Energia Elétrica S.A.	-	-	-	5
Ferrovia Centro-Atlântica S.A.	-	-	-	24
NC Energia S.A.	-	-	17	-
Vale Energia S.A.	-	-	331	-
Vale S.A.	-	-	-	11

(*) Parte relacionada até o exercício de 2015

(**) Parte relacionada a partir de 2016

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como seguem:

	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	2017	2016	2017	2016
Empresas								
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	(390)	(387)
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	2.110	2.240
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	926	797
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	-	-	-	-	-	(29)	(27)
Companhia Leste Paulista de Energia	-	-	-	-	-	-	(9)	(8)
Companhia Sul Paulista de Energia	-	-	-	-	-	-	(11)	(11)
Companhia Jaguarí de Energia	-	-	-	-	-	-	(6)	(6)
Companhia Luz e Força de Mococa	-	-	-	-	-	-	(5)	(5)
Rio Grande Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	(129)	(155)
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	(147)	(137)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	-	22	-	-	(56)	358
Arrendamento e Aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	233	217
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S/A	-	-	-	396.086	-	-	-	-
Materiais, prestação de serviços								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	39	35	67.652	75.373	-	-	6.766	-
Companhia Paulista de Força e Luz	77	39	217	1.112	-	-	1	5
Companhia Piratininga de Força e Luz	37	17	78	1.777	-	-	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	3	2	-	163	-	-	-	-
Companhia Leste Paulista de Energia	1	1	-	2	-	-	-	-
Companhia Sul Paulista de Energia	1	1	-	3	-	-	-	-
Companhia Jaguarí de Energia	1	-	-	4	-	-	-	-
Rio Grande Energia S.A.	14	11	4	27	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	5	4	610	127	-	-	3.304	4.561
Nect Serviços Adm. Ltda.	3	-	163	222	-	-	1.042	3.253
TI NECT Serv.Inform. LTDA	-	-	259	81	-	-	2.754	400
CPFL Telecom S.A.	-	-	-	-	-	-	43	-
CPFL Energia S.A.	13	10	-	-	-	-	5.357	-
Adiantamentos de clientes								
Companhia Jaguarí de Energia	-	-	218	-	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	1.444	-	-	-	-	-
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	21.689	-	-	-	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	1.348	-	-	-	-	-
RGE Rio Grande Energia	-	-	333	-	-	-	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia	-	-	236	-	-	-	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	47.485	42.910	1.804	1.044	581.247	399.403	8.944	60.773
Companhia Paulista de Força e Luz	83.389	79.479	307	434	247.887	243.062	5.236	5.384
Companhia Piratininga de Força e Luz	22.907	23.753	-	86	131.833	125.558	277	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	19	115	-	1	700	927	1	-
Companhia Leste Paulista de Energia	-	5	-	-	26	61	969	828
Companhia Sul Paulista de Energia	-	9	-	-	43	106	13	-
Companhia Jaguarí de Energia	34	18	-	-	66	162	92	73
Companhia Luz e Força de Mococa	-	2	-	-	10	24	-	-
Rio Grande Energia S.A.	37	149	6	6	724	1.354	207	76
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	-	21	-	-	384	64	90	-

(29) SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. No consolidado as principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016 (*)</u>
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	4.805.032	7.054.770
Transporte	Transporte nacional	14.525	1.100
Automóveis	Cobertura abrangente	8.830	6.930
Responsabilidade civil	Distribuidoras de energia elétrica	238.000	185.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	128.800	121.955
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	158.340	281.914
Total		5.353.527	7.651.669

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

(30) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia e de suas controladas compreendem, principalmente, geração de energia elétrica.

Estrutura do gerenciamento de risco

No Grupo CPFL, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento, Diretoria Executiva, Gerência de Auditoria Interna e Riscos Corporativos e áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve o modelo de gestão de riscos assim como as atribuições de cada agente.

Compete ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação.

A Gerência de Auditoria Interna e Riscos Corporativos é responsável pela coordenação do processo de gestão de riscos no Grupo CPFL, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais o Grupo CPFL está exposto.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar, dos contratos de venda de energia do empreendimento controlado em conjunto, ENERCAN. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A exposição relativa à receita da ENERCAN, proporcional a participação detida pela Companhia, está protegida com a contratação de instrumento financeiro do tipo *zero cost collar*, descrito na nota 31.b.1. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 31.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 31.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco quanto à escassez de energia: A energia vendida pelas controladas é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

As condições de armazenamento do Sistema Interligado Nacional (“SIN”) permitiram a geração de energia ao longo de 2017 sem riscos de abastecimento, apesar do nível baixo do armazenamento no subsistema Nordeste. A melhora da condição do armazenamento do SIN, associada à entrada em operação de novas unidades geradoras hidrelétricas na região Norte e a disponibilidade de geração termelétrica, reduzem de forma importante a probabilidade de cortes de carga por razões energéticas.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia e suas controladas utilizam-se de sistema de *software* (Luna e Bloomberg), tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a

Companhia e suas controladas têm a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam transações envolvendo derivativos especulativos.

(31) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria	Mensuração	Nível(*)	Controladora 31/12/2017		Consolidado 31/12/2017	
					Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo								
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 1	692	692	223.493	223.493
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 2	434.875	434.875	1.207.453	1.207.453
Títulos e valores mobiliários		(a)	(2)	Nível 1	-	-	10	10
Derivativos	31	(a)	(2)	Nível 2	22.612	22.612	22.612	22.612
Derivativos - zero-cost collar	31	(a)	(2)	Nível 3	52.058	52.058	52.058	52.058
					510.237	510.237	1.505.626	1.505.626
Passivo								
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	(b)	(1)	Nível 2 (**)	630.309	629.348	4.849.824	4.812.273
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15 (**)	(a)	(2)	Nível 2	804.354	804.354	804.354	804.354
Debêntures - principal e encargos	16	(c)	(1)	Nível 2 (***)	1.808.060	1.814.017	4.641.639	4.567.744
Derivativos	31	(b)	(2)	Nível 2	27.606	27.606	27.606	27.606
					3.270.329	3.275.325	10.323.423	10.211.977

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 872 em 2017 (uma perda de R\$ 2.890 em 2016).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

Legenda

Categoria:

- (a) - Valor justo contra o resultado
- (b) - Outros passivos financeiros

Mensuração:

- (1) - Mensurado ao custo amortizado
- (2) - Mensurado ao valor justo

Os instrumentos financeiros cujos valores registrados se aproximam dos valores justos na data destas demonstrações financeiras, devido à natureza destes saldos, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) coligadas, controladas e controladora, (iii) ativo financeiro da concessão das transmissoras e, (iv) cauções, fundos e depósitos vinculados, (v) serviços prestados a terceiros, e (vi) convênios de arrecadação;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) uso do bem público, (iv) consumidores e concessionárias a pagar, (v) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (vi) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, e (vii) contas a pagar de aquisição de negócios.

Adicionalmente, não houve em 2017 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) e IFRS 7 requerem a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) e IFRS 7 também definem informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes são dados não observáveis de mercado.

Adicionalmente, as principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo do derivativo “*zero-cost collar*”, cuja classificação de hierarquia de valor justo é Nível 3, estão divulgadas na nota 31 b.1.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos, adicionalmente, a Companhia contratou em 2015, derivativo do tipo *zero-cost collar* (vide item b.1 abaixo).

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possui prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas (nota 15 e 16), e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo. As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas detinham as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia / Empresa / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador	Vencimento final	Nocional	Mercado de negociação
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo:									
<i>Hedge</i> variação cambial:									
CPFL Geração									
Votorantim	-	(5.339)	(5.339)	(5.316)	(23)	dólar	06/2019	104.454	balcão
Scotiabank	-	(2.070)	(2.070)	(2.355)	286	dólar	07/2019	117.036	balcão
Citibank	-	(10.985)	(10.985)	(613)	(10.372)	dólar	09/2020	397.320	balcão
Bradesco	-	(103)	(103)	433	(536)	dólar	09/2019	32.636	balcão
Scotiabank	-	(9.110)	(9.110)	(9.278)	167	dólar	12/2019	174.525	balcão
Subtotal	-	(27.607)	(27.607)	(17.129)	(10.478)				
Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo:									
<i>Hedge</i> variação cambial:									
JP Morgan	-	-	-	-	-	dólar	12/2018	-	balcão
<i>Hedge</i> variação índice de preços:									
Santander	10.263	-	10.263	8.344	1.919	IPCA	04/2019	35.235	balcão
JP Morgan	10.263	-	10.263	8.344	1.919	IPCA	04/2019	35.235	balcão
Subtotal	20.525	-	20.525	16.688	3.837				
<i>Hedge</i> variação de taxa de juros (1):									
Votorantim	2.088	-	2.088	403	1.685	CDI	08/2020	460.000	balcão
Outros derivativos (2):									
Itaú	18.126	-	18.126	-	18.126	dólar	09/2020	19.975	balcão
Votorantim	14.948	-	14.948	-	14.948	dólar	09/2020	19.975	balcão
Santander	18.984	-	18.984	-	18.984	dólar	09/2020	25.248	balcão
Subtotal	52.058	-	52.058	-	52.059				
Total	74.670	(27.607)	47.064	(38)	47.102				
Circulante	20.434	(3.457)							
Não circulante	54.236	(24.149)							
Total	74.670	(27.607)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15 e 16.

(1) Os *swaps* para *hedge* de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre a amortização da dívida.

(2) Devido às características deste derivativo (*zero-cost collar*), o nocional está apresentado em dólar norte americano.

Consolidado

	Saldo em 2016.12	Atualização monetária e cambial e MTM	Liquidação	Saldo em 2017.12
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	57.663	(61.544)	(13.248)	(17.129)
Para dívidas não designadas a valor justo	9.580	(1.770)	9.281	17.091
Outros (zero cost collar)	-	22.372	(22.372)	-
Marcação a mercado (*)	53.134	(6.032)	-	47.102
	120.377	(46.974)	(26.339)	47.064

(*) Os efeitos no resultado de 2017 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) perda de R\$ 9.990 para as dívidas designadas a valor justo, (ii) ganho de R\$ 9.615 para as dívidas não designadas a valor justo e (iii) perda de R\$ 5.657 para outros derivativos (zero cost collar)

Conforme mencionado acima, algumas controladas optaram por marcar a mercado dívidas para as quais possuem instrumentos derivativos totalmente atrelados (nota 15).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2017 e 2016, os instrumentos

derivativos geraram os seguintes impactos no resultado consolidado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda)	
	2017	2016
Varição de taxas de juros	852	3.161
Varição cambial	(41.793)	(145.933)
Marcação a mercado	(6.033)	66.425
	(46.973)	(76.346)

b.1) Contratação de derivativo pela CPFL Geração (zero-cost collar)

Em 2015, a CPFL Geração contratou operação de compra de opções de venda (*put options*) e venda de opções de compra (*call options*) em dólar, ambas tendo a mesma instituição como contraparte, e que combinadas caracterizam uma operação usualmente conhecida como *zero-cost collar*. A contratação desta operação não apresenta caráter especulativo, tendo como objetivo minimizar eventuais impactos negativos na receita futura do empreendimento controlado em conjunto ENERCAN, que possui contratos de venda de energia com correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. Adicionalmente, na visão da Administração, o cenário em 2015 estava favorável para contratação deste tipo de instrumento financeiro, considerando a alta volatilidade implícita nas opções de dólar e o fato de que não há custo inicial para este tipo de operação.

O montante total contratado foi de US\$ 111.817, com vencimentos entre 1º de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2017 o montante total contratado é de US\$ 65.197, consideradas as opções já liquidadas até esta data. Os preços de exercício das opções de dólar variam de R\$4,20 a R\$4,40 para as *put options* (opções de venda) e de R\$ 5,40 a R\$7,50 para as *call options* (opções de compra).

Estas opções foram mensuradas a valor justo de forma recorrente conforme requerimentos do IAS 39/CPC 38. O valor justo das opções que são parte desta operação foi calculado com base nas seguintes premissas:

Técnica(s) de avaliação e informações-chave	Foi utilizado o Modelo de <i>Black Scholes</i> de Precificação de Opções, o qual visa obter o preço justo das opções, envolvendo as seguintes variáveis: valor do ativo objeto, preço de exercício da opção, taxa de juros, prazo e volatilidade.
Informações não observáveis significativas	Volatilidade determinada com base nos cálculos da precificação média do mercado, dólar futuro e outras variáveis aplicáveis a essa operação em específico, com variação média de 19,65%.
Relação entre informações não observáveis e valor justo (sensibilidade)	Um pequeno aumento na volatilidade no longo prazo, analisado isoladamente, resultaria em um aumento não significativo do valor justo. Se a volatilidade fosse 10% mais alta e todas as outras variáveis fossem mantidas constantes, o valor contábil líquido (ativo) reduziria em R\$ 477, resultando em um ativo líquido de R\$ 51.581.

Apresentamos abaixo quadro de conciliação dos saldos iniciais e saldos finais das opções de compra e venda para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, conforme requerido pelo IFRS 13/CPC 46:

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015	8.820	(2.440)	6.380
Mensuração a valor justo	65.546	2.440	67.986
Recebimento líquido de caixa pela liquidação dos fluxos	(16.651)	-	(16.651)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	57.715	-	57.715
Mensuração a valor justo	16.715	-	16.715
Recebimento líquido de caixa pela liquidação dos fluxos	(22.372)	-	(22.372)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	52.058	-	52.058

A mensuração ao valor justo destes instrumentos financeiros foi reconhecida no resultado do exercício na rubrica receita financeira, não tendo sido reconhecidos quaisquer efeitos em outros resultados abrangentes.

c) Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia e suas controladas. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia e suas controladas estão quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2017 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Consolidado		
			Depreciação cambial (b)	Redução (aumento)	
				Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(804.467)		(36.357)	173.849	384.055
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	815.105		36.837	(176.148)	(389.134)
	10.638	baixa dolar	480	(2.299)	(5.079)
Total	10.638		480	(2.299)	(5.079)
Instrumentos	Exposição (US\$ mil) (a)	Risco	Depreciação cambial (b)	Depreciação cambial de 25% (c)	Depreciação cambial de 50% (c)
Derivativos zero-cost collar	65.197 (d)	alta dólar	(56.138)	(80.491)	(104.844)

(a) A taxa de cambio considerada em 31.12.2017 foi de R\$ 3,31 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., sendo a taxa de cambio considerada R\$ 3,46, e a depreciação cambial de 4,52%, referente ao dólar.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.

(d) Devido às características deste derivativo (zero cost collar) o nocional está apresentado em dólar norte-americano.

Em função da exposição cambial líquida do dólar ser um ativo, o risco é baixa do dólar e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2017 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses, para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 6,89% a.a.; IGP-M -0,52% a.a.; TJLP 7,00% a.a. e IPCA 2,76% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações financeiras para os próximos 12 meses seriam uma despesa financeira líquida de R\$ 483.402 (CDI R\$ 226.872, IGP-M receita de R\$ 298, TJLP R\$ 248.484 e IPCA de R\$ 8.344). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira seria impactado em:

Instrumentos	Consolidado				
	Exposição (a)	Risco	Cenário provável (a)	Redução (aumento)	
				Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	2.208.655		(1.767)	35.835	73.438
Instrumentos financeiros passivos	(4.586.377)		3.669	(74.414)	(152.497)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(915.048)		732	(14.847)	(30.425)
	(3.292.770)	alta CDI	2.634	(53.426)	(109.484)
Instrumentos financeiros passivos	(57.291)		(2.286)	(2.783)	(3.280)
	(57.291)	alta IGP-M	(2.286)	(2.783)	(3.280)
Instrumentos financeiros passivos	(3.549.774)		8.874	(51.028)	(110.930)
	(3.549.774)	alta TJLP	8.874	(51.028)	(110.930)
Instrumentos financeiros passivos	(397.267)		(4.410)	(8.253)	(12.097)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	94.949		1.054	1.973	2.891
	(302.318)	alta IPCA	(3.356)	(6.280)	(9.206)
Total	(7.202.153)		5.866	(113.517)	(232.900)

(a) Os índices de CDI, IGP-M, TJLP, IPCA e SELIC considerados de: 6,81%, 3,47%, 6,75%, 3,87% e 6,86% respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

d) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2017, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2017	Nota explicativa	Consolidado							
		Média ponderada das taxas de juros	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	14		247.964	21.433	31.934	15.215	-	-	316.546
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	15	8,51%	65.281	197.412	997.642	2.767.640	1.092.807	2.394.685	7.515.467
Derivativos	31		15	104	4.528	25.244	-	-	29.891
Debêntures - principal e encargos	16	8,12%	11.205	235.407	1.348.219	2.342.066	826.594	580.675	5.344.166
Taxas regulamentares			18.913	-	-	-	-	-	18.913
Uso do bem público	20	9,24%	1.645	3.305	14.979	42.579	46.788	149.061	258.357
Outros	21		1.388	-	6.926	-	-	-	8.314
Consumidores e concessionárias			174	-	6.926	-	-	-	7.100
EPE / FNDCT / PROCEL			1.214	-	-	-	-	-	1.214
Total			346.411	457.661	2.404.228	5.192.744	1.966.189	3.124.421	13.491.654

(32) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo, são como segue:

<u>Obrigações contratuais em 31/12/2017</u>	<u>Duração</u>	<u>Consolidado</u>				<u>Total</u>
		<u>Menos de 1 ano</u>	<u>1-3 anos</u>	<u>4-5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	
Arrendamentos e aluguéis	até 5 anos	2.159	3.946	1.123	-	7.228
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	até 32 anos	123.553	261.958	285.496	424.415	1.095.422
Prêmio de Risco - Repactuação do Risco Hidrológico	até 30 anos	26.997	11.704	41.081	275.333	355.115
Projetos de construção de usina	até 3 anos	80.433	11.319	-	-	91.752
Fornecedores de materiais e serviços	até 17 anos	102.441	237.673	244.851	1.005.781	1.590.746
Total		335.583	526.600	572.551	1.705.529	3.140.263

Os projetos para construção de usinas incluem compromissos firmados basicamente para disponibilizar recursos na construção relacionados às controladas do segmento de energia renovável.

(33) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Outras transações				
Adiantamentos para futuro aumento de capital integralizados	43.900	16.415	-	-
Juros capitalizados	-	-	29.817	54.733
Transferência entre imobilizado e intangível	-	144	1.447	767
Reversão de depósito judicial para imobilizado	-	-	4	3.418
Reversão de contingências e intangível	-	-	-	7.591
Provisão de custos socioambientais capitalizadas no imobilizado	-	-	41.213	-
Pagamento de mútuo com dividendo de minoritários	-	-	259	-

(34) FATO RELEVANTE E EVENTOS SUBSEQUENTES

34.1 Emissão de debêntures

Em janeiro de 2018 foram emitidas debêntures simples não conversíveis em ações, com as seguintes condições e detalhes:

<u>Empresa</u>	<u>Emissão</u>	<u>Quantidade emitida</u>	<u>Montante R\$ (mil)</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Destinação dos recursos</u>
CPFL Geração	10ª Emissão – Série Única	190.000	190.000	Dez/2018	Semestral	Reforço de Capital de Giro
			<u>190.000</u>			

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

KARIN REGINA LUCHESI
Presidente

OSVALDO CIA
Conselheiro

DIRETORIA

KARIN REGINA LUCHESI
Diretor Presidente

GUSTAVO ESTRELLA
Diretor Financeiro
e de Relações com Investidores

WAGNER LUIZ SCHNEIDER DE FREITAS
Diretor Administrativo

RODOLFO COLI DA CUNHA
Diretor de Gestão de Energia

CONTABILIDADE

MÁRCIO CÉLIO PORPHIRIO MENDES
Coordenador de Serviços Contábeis e Ativo Imobilizado
CT CRC 1SP251528/O-0



KPMG Auditores Independentes
Avenida Coronel Silva Telles, nº 977, 10º andar - Dahnij Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000, Fax +55 (19) 3198-6001
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Acionistas da CPFL Geração de Energia S.A.
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CPFL Geração de Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CPFL Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- (a) **Valor recuperável (“impairment”) dos ativos não financeiros**
(Consulte as notas explicativas 3.4, 12 e 13 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas)

A Companhia possui montantes de R\$ 1.088.604 mil e R\$ 106.780 mil nas demonstrações financeiras individuais e R\$ 9.588.793 mil e R\$ 2.984.755 mil nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2017 relativo ao ativo imobilizado e ativo intangível, respectivamente. A Companhia efetua a análise de existência de indicadores (“triggers”) de perda por redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa (“UGCs”), e realiza testes de recuperabilidade dos ativos para os quais indicadores foram identificados, utilizando-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em determinadas premissas. Devido ao grau de julgamento envolvido e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderia ter no valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avallamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia. Avallamos a adequação da estimativa preparada pela Companhia, a determinação das UGCs e a metodologia utilizada para a realização do teste de redução ao valor recuperável. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avallamos a razoabilidade das principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia para a realização do teste de recuperabilidade de seus ativos, tais como taxa de desconto, volume e preço de venda de energia, períodos de continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos e comparamos a soma dos fluxos de caixa descontados (valor em uso) e dos valores justos líquidos de despesas de venda com o valor registrado no ativo imobilizado e no ativo intangível da Companhia para determinação do recuperável. Adicionalmente, consideramos também a adequação das divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, relativas às premissas e julgamentos utilizados no teste do valor recuperável de seus ativos.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação dos ativos não financeiros, os quais não foram registrados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o saldo dos ativos não financeiros, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 tomadas em conjunto.



Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao exercício findo nessa data, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação, datado de 13 de março de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 20 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 23P027612/O-4

Marcio José dos Santos
Contador CRC 13P252906/O-0

Relatório da Administração

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Introdução

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no **exercício de 2017**, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CPFL Geração de Energia S.A. para a sociedade, parceiros, investidores e consumidores.

Considerações Iniciais

O ano de 2017 foi marcado pela consolidação da mudança no comando da CPFL Energia e a venda do controle acionário para a empresa chinesa State Grid.

A alienação do controle da CPFL Energia foi concluída no dia 23 de janeiro de 2017, quando a State Grid se tornou acionista controladora da CPFL Energia, com participação acionária de 54,64%. Em virtude do fechamento da transação que resultou na alienação direta do controle da CPFL Energia e em atendimento à regulamentação aplicável, a State Grid realizou oferta pública para aquisição da totalidade das ações ordinárias de titularidade dos acionistas remanescentes da CPFL Energia em 30 de novembro de 2017. Conforme informado no Fato Relevante e no Comunicado ao Mercado divulgados em 30 de novembro e em 5 de dezembro de 2017, respectivamente, como resultado do leilão, a State Grid adquiriu 408.357.085 ações ordinárias de emissão da CPFL Energia, representativas de 88,44% do total de ações objeto da OPA e 40,12% do capital social da CPFL Energia. A State Grid passou a deter, em conjunto com a ESC Energia, 964.521.902 ações ordinárias de emissão da CPFL Energia, elevando sua participação conjunta de 54,64% para 94,75% do capital social total da CPFL Energia.

O fechamento da transação da State Grid também resultou na alienação indireta do controle da CPFL Energias Renováveis S.A. (CPFL Renováveis) e, em atendimento à regulamentação aplicável, a State Grid deverá realizar uma oferta pública para aquisição da totalidade das ações ordinárias de titularidade dos acionistas remanescentes da CPFL Renováveis. O registro da oferta ainda está sob análise da CVM.

Em meio a essas mudanças, a CPFL Energia seguiu sua trajetória de crescimento. Em 2017, um novo projeto de energia renovável entrou em operação: em junho, foi a vez do Complexo Eólico Pedra Cheirosa, com 48 MW de capacidade instalada.

A CPFL Geração compreende os grandes empreendimentos hidrelétricos do grupo CPFL Energia, bem como as térmicas a óleo combustível, além de 3 PCHs (Rio do Peixe I, Rio do Peixe II e Macaco Branco). A capacidade instalada da CPFL Geração é de 2.132 MW.

A CPFL Geração também detém 51,60% da CPFL Renováveis, que é líder no segmento de energia renovável. Em 31 de dezembro de 2017, o portfólio da CPFL Renováveis totalizava 2.103 MW de capacidade instalada em operação e 30 MW em construção. Em 2017, 48 MW foram agregados à capacidade instalada da CPFL Renováveis, relacionados à entrada em operação dos parques eólicos do Complexo Pedra Cheirosa.

Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a CPFL Geração e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de geração baseada predominantemente em fontes limpas e renováveis, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das comunidades em que atua.

Resultado

Em 31/12/2017, a CPFL Geração de Energia S.A. detinha **2.131 MW** de potência instalada em operação, dos quais **678 MW** em base de controladora (propriedade integral e compartilhada em consórcio) e **1.454 MW** por meio da participação proporcional nas SPEs, conforme quadro a seguir:

Parque Gerador – Características Físicas

Usina	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW Médios)	Propriedade	Potência Instalada (MW) Proporc.	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Integral e Compartilhada	1.295,4	678,5		677,6	353,3		
UHE Macaco Branco ¹	2,4	1,7	100%	2,4	1,7	01/01/1912	31/12/2042
UHE Rio do Peixe (Casas de Força I e II) ²	18,1	5,8	100%	18,1	5,8	01/01/1925	31/12/2042
UHE Cariobinha ³	-	-	100%	-	-	01/01/1936	19/11/2027
UHE Serra da Mesa ⁴	1.275,0	671,0	51,54%	657,1	345,8	01/03/1998	11/11/2039
UTE Carioba (OCA 2) ⁵	-	-	100%	-	-	01/01/1954	19/11/2027
Sociedade de Propósito Específico	3.126,5	1.611,2		1.453,5	744,2		
UHE Barra Grande	690,0	380,6	25,0059%	172,5	95,2	01/11/2005	14/05/2036
UHE Campos Novos	880,0	377,9	48,723%	428,8	184,1	03/02/2007	29/05/2035
UHE Monte Claro	130,0	59,0	65%	84,5	38,4	29/12/2004	15/03/2036
UHE Castro Alves	130,0	64,0	65%	84,5	41,6	04/03/2008	15/03/2036
UHE 14 de Julho	100,0	50,0	65%	65,0	32,5	25/12/2008	15/03/2036
UHE Foz do Chapecó	855,0	432,0	51%	436,1	220,3	14/10/2010	07/11/2036
UTE Termonordeste (OCB1)	170,8	123,8	53,34%	91,1	66,0	24/12/2010	11/12/2042
UTE Termoparaíba (OCB1)	170,8	123,9	53,34%	91,1	66,1	18/01/2011	06/12/2042
Total	4.421,9	2.289,7		2.131,1	1.097,5		

1) Em 29/09/2015 foi publicada a Resolução Autorizativa nº 5.463 que transfere, para a CPFL Geração de Energia S.A., a concessão da Usina Macaco Branco, até então outorgada à CPFL Centrais Geradoras

2) Em 29/09/2015 foi publicada a Resolução Autorizativa nº 5.464 que transfere, para a CPFL Geração de Energia S.A., a concessão da Usina Rio do Peixe, até então outorgada à CPFL Centrais Geradoras

3) Usina fora de operação comercial e em processo de extinção da concessão junto ao MME/ANEEL, conforme consta do Despacho nº 1.776 de 2016.

4) A concessão da Usina Serra da Mesa foi outorgada à FURNAS em 1981 (Decreto nº 85.983). A CPFL Geração de Energia S.A. possui 51,54% na disponibilidade de potência e energia da Usina Serra da Mesa, sob um contrato de arrendamento de 30 anos que assegura o direito de amortização dos investimentos realizados, conforme regulamenta o Decreto nº 1.348/94 e Portaria DNAEE nº 034/95

5) Usina fora de operação comercial e em processo de extinção da concessão junto ao MME/ANEEL, conforme consta do Despacho nº 4.101 de 2011e Despacho nº 3.066 de 2008

Cabe destacar que a CPFL Geração também detém 51,61% da CPFL Renováveis S.A.. Contudo, e respaldado pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – versão 2015, na elaboração deste relatório, as informações sobre a CPFL Renováveis S.A. não são reportadas, visto que seus empreendimentos operam por meio de autorizações em regime de produção independente de energia elétrica.

A Companhia não possui nenhum novo projeto de geração em construção, mas mantém esforços contínuos para manutenção e melhoria das condições operativas do seu parque gerador. Em 2017, a CPFL Geração de Energia S.A. investiu R\$ 4,3 milhões nos projetos em que possui participação integral ou compartilhada (em 2016 foi investido R\$ 7,7 milhões).

Em bases totais, onde consideramos os investimentos realizados pela controladora e a participação proporcional dos investimentos realizados pelas SPE's listadas nas tabelas do relatório, foram investidos **R\$ 16,6** milhões em 2017, contra **R\$ 13,4** milhões em 2016.

Em vista do parque gerador atual e já notando os dois empreendimentos incorporados em 2015, a garantia física na proporção - sem considerar a participação dos projetos em operação - é de **9.388 GWh/ano** para 2018, conforme quadro a seguir:

Garantia Física

Usina - Garantia Física GWh/ano Proporcional	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Controladora							
Integral e Compartilhada	3.103	3.095	2.944	2.944	2.952	2.944	2.944
UHE Macaco Branco ¹	14,58	14,54	14,54	14,54	14,58	14,54	14,54
UHE Rio do Peixe (Casas de Força I e II) ²	50,95	50,81	50,81	50,81	50,95	50,81	50,81
UHE Cariobinha ³	-	-	-	-	-	-	-
UHE Serra da Mesa ⁴	3.037,80	3.029,50	2.878,27	2.878,27	2.886,16	2.878,27	2.878,27
UTE Carioba (OCA 2) ⁵	-	-	-	-	-	-	-
Não Controladora							
Sociedade de Propósito Específico	6.537	6.519	6.444	6.444	6.462	6.444	6.444
UHE Barra Grande	835,99	833,71	816,61	816,61	818,84	816,61	816,61
UHE Campos Novos	1.617,35	1.612,93	1.620,60	1.620,60	1.625,04	1.620,60	1.620,60
UHE Monte Claro	336,87	335,95	319,48	319,48	320,35	319,48	319,48
UHE Castro Alves	365,41	364,42	351,89	351,89	352,85	351,89	351,89
UHE 14 de Julho	285,48	284,70	270,51	270,51	271,25	270,51	270,51
UHE Foz do Chapecó	1.935,29	1.930,00	1.908,54	1.908,54	1.913,77	1.908,54	1.908,54
UTE Termonordeste (OCB1)	580,05	578,47	578,42	578,42	580,01	578,42	578,42
UTE Termoparaíba (OCB1)	580,52	578,93	578,42	578,42	580,01	578,42	578,42
Consolidado	9.640	9.614	9.388	9.388	9.414	9.388	9.388

1) Em 29/09/2015 foi publicada a Resolução Autorizativa nº 5.463 que transfere, para a CPFL Geração de Energia S.A., a concessão da Usina Macaco Branco, até então outorgada à CPFL Centrais Geradoras

2) Em 29/09/2015 foi publicada a Resolução Autorizativa nº 5.464 que transfere, para a CPFL Geração de Energia S.A., a concessão da Usina Rio do Peixe, até então outorgada à CPFL Centrais Geradoras

3) Usina fora de operação comercial e em processo de extinção da concessão junto ao MME/ANEEL, conforme consta do Despacho nº 1.776 de 2016.

4) A concessão da Usina Serra da Mesa foi outorgada à FURNAS em 1981 (Decreto nº 85.983). A CPFL Geração de Energia S.A. possui 51,54% na disponibilidade de potência e energia da Usina Serra da Mesa, sob um contrato de arrendamento de 30 anos que assegura o direito de amortização dos investimentos realizados, conforme regulamenta o Decreto nº 1.348/94 e Portaria DNAEE nº 034/95.

5) Usina fora de operação comercial e em processo de extinção da concessão junto ao MME/ANEEL, conforme consta do Despacho nº 4.101 de 2011 e Despacho nº 3.066 de 2008

Em **31/12/2017**, parte considerável da garantia física tinha receita garantida por meio dos CCEARs, o que reduz o risco das flutuações de preços no mercado de curto prazo.

Modelo de Negócio e Condições no ACR

Usina	Modelo de Negócio em 1º/jan/2017	Preço no ACR em 1º/jan/2017	Data e índice de reajuste no ACR
Integral e Compartilhada			
UHE Macaco Branco ¹	100% ACR até o vcto. outorga Lei 12.783/2013	RAG anual de R\$ 900.709,14	IPCA em 1º/Jul
UHE Rio do Peixe (Casas de Força I e II) ²	100% ACR até o vcto. outorga Lei 12.783/2013	RAG anual de R\$ 3.663.407,94	IPCA em 1º/Jul
UHE Luiz Eduardo Magalhães	100% ACR até vcto. em 2022 e 2037	R\$ 119,91/MWh	IPCA na data de reajuste das distribuidoras
UHE Cariobinha ³			
UHE Serra da Mesa ⁴			
UTE Carioba (OCA 2) ⁵			
Sociedade de Propósito Específico			
UHE Barra Grande	28,5% ACR com vcto. em 2036 e 2038 e 71,5% no ACL	R\$ 236,79/MWh	IGPM em 08/abr e 23/out
UHE Campos Novos	49,96% ACR com vcto. em 2027 e 50,04% no ACL	R\$ 193,59/MWh	IGPM (59%) e Dólar (41%) em 08/abr e 23/out
UHE Castro Alves			
UHE Monte Claro	81,94% ACR com vcto. em 2027 e 2039 e 18,06% no ACL com vcto. em 2019	R\$ 230,29/MWh	IPCA e IGPM na data de reajuste das distribuidoras.
UHE 14 de Julho			
UHE Foz do Chapecó	100% ACR com vcto. em 2027 e 2041	R\$ 231,39/MWh	IPCA e IGPM na data de reajuste das distribuidoras.
UTE Termonordeste (OCB1)			
UTE Termoparaíba (OCB1)	100% ACR com vcto. em 2024	CVU jan/17 = R\$ 450,24/MWh	Base Platts e Dólar mensalmente

- 1) Resolução Autorizativa nº 5.463/15 transfere, para a CPFL Geração de Energia S.A., a concessão da Usina Macaco Branco, até então outorgada à CPFL Centrais Geradoras. Seus resultados foram incorporados à Companhia a partir de agosto daquele ano.
- 2) Resolução Autorizativa nº 5.464/15 transfere, para a CPFL Geração de Energia S.A., a concessão da Usina Rio do Peixe, até então outorgada à CPFL Centrais Geradoras. Seus resultados foram incorporados à Companhia a partir de agosto daquele ano.
- 3) Usina fora de operação comercial desde 1996 e apesar da busca por alternativas capazes de viabilizar a recuperação desse empreendimento, o empreendimento não apresenta condições que permitam a comercialização de sua energia.
- 4) A CPFL Geração de Energia S.A. possui 51,54% na disponibilidade de potência e energia da Usina Serra da Mesa, sob um contrato de arrendamento de 30 anos que assegura o direito de amortização dos investimentos realizados, conforme regulamenta o Decreto nº 1.348/94 e Portaria DNAEE nº 034/95. Em abril de 2014 foi celebrado o Contrato de Suprimento 12.292, operacionalizando a compra desse montante de energia por FURNAS até 2028.
- 5) Usina fora de operação comercial e em processo de extinção da concessão junto ao MME/ANEEL, conforme consta do Despacho nº 4.101 de 2011e Despacho nº 3.066 de 2008

Nesta seção, destacamos os principais investimentos realizados pela CPFL Geração de Energia S.A. em base da controladora, onde o principal ativo do portfólio é a Usina de Serra da Mesa.

1) Modernização do sistema de excitação das Unidades Geradoras

Em decorrência do tempo de operação da UHE Serra da Mesa, que completou 17 anos em 2015, os componentes eletrônicos e digitais dos reguladores de tensão das três Unidades Geradoras (UGs) encontram-se em final de vida útil e em elevado estado de obsolescência. O regulador de tensão é um equipamento fundamental para operação das UGs, sendo que falhas nesse equipamento resultam na indisponibilidade do processo de produção da Usina.

Mediante o exposto, com a modernização, haverá uma redução de despesa com sobressalentes, extensão de vida útil dos componentes e aumento da confiabilidade operacional das UGs, contribuindo positivamente para o Índice de Disponibilidade (ID) da Usina. Vale observar que também haverá uma compatibilização de tecnologia com os sistemas de proteção e supervisão atualmente disponíveis no mercado.

2) Modernização e reforma da UG03 por ocasião da revisão de cem mil horas

Conforme recomendação do fabricante, ao atingir cem mil horas de operação é necessário realizar uma desmontagem na UG para realizar uma inspeção detalhada nos seus principais componentes

e substituir preventivamente as peças desgastadas e comprometidas, a fim de garantir a segurança operativa e assegurar os índices de indisponibilidade da Usina.

Em aproveitamento dessa parada estamos modernizando alguns de seus principais componentes, tais como: bombas de circulação de óleo, sistemas de vedação, acionamento das comportas, sistema de juntas e vedações dos atuadores do regulador de velocidade e distribuidor, vedações das palhetas móveis, substituição e recomposição do óleo hidráulico e lubrificante, válvulas, etc.

3) Modernização nos transformadores elevadores da UG03

Em função do tempo de operação (aproximadamente 17 anos), os transformadores elevadores da Usina Serra da Mesa apresentam degradação por envelhecimento em alguns de seus principais componentes.

Assim sendo, foram substituídos por materiais com tecnologia mais moderna, tais como as principais juntas e vedações. O controle de temperatura eletromecânico foi substituído por um sistema digital. Também foi efetuada a regeneração do óleo isolante.

4) Aquisição de 3 radiadores do sistema de refrigeração das unidades geradoras

Os geradores da Usina Serra da Mesa possuem atualmente 12 radiadores cada um, sendo esses radiadores partes integrantes do sistema de resfriamento desses geradores.

Devido a diversos fatores que propicia a deposição de particulados (sujeira) nas superfícies internas dos tubos dos radiadores, o fluxo d'água diminui gradativamente e ocasiona, por consequência, o aumento da temperatura do conjunto Rotor / Estator.

O processo de deposição desses particulados é complexo e contínuo até atingir os níveis de obstrução que interferem nas vazões d'água do sistema, alcançando os patamares de alarme e desligamento intempestivo ("TRIP").

As vazões normais do sistema só retornam com a limpeza mecânica dos tubos internos dos radiadores. Essa limpeza é manual e em média leva de 1 dia de trabalho para cada radiador, assim, uma limpeza do sistema de resfriamento do gerador, tem a duração de aproximadamente 15 dias (incluídas a desmontagem e montagem dos radiadores).

Com a aquisição dos radiadores sobressalentes espera-se uma diminuição significativa no tempo de parada da Unidade Geradora, pois a limpeza dos radiadores será realizada após o retorno da UG a operação, ou seja, o tempo total de UG parada será apenas o tempo necessário para retirar e instalar os novos radiadores.

5) Modernização do sistema de regulação de velocidade das unidades geradoras

Em decorrência do tempo de operação da UHE Serra da Mesa, que completou 17 anos em 2015, os componentes eletrônicos e digitais dos reguladores de velocidade das 3 Unidades Geradoras (UGs) encontram-se em final de vida útil e em elevado estado de obsolescência. O regulador de velocidade é um equipamento fundamental para operação das UGs, sendo que falhas nesse equipamento resultam na indisponibilidade do processo de produção da Usina.

Nos dezessete anos de operação, devido a manutenção desse sistema, ocorreu a utilização de todos os sobressalentes disponíveis. Esses componentes são importados e encontram-se fora de linha de produção, os custos de reposição são elevados e o prazo de entrega muito longo (aproximadamente 120 dias).

Mediante o exposto, com a modernização, haverá uma redução de despesa com sobressalentes, extensão de vida útil dos componentes e aumento da confiabilidade operacional das UGs, contribuindo positivamente para o Índice de Disponibilidade (ID) da Usina. Vale observar que também haverá uma compatibilização de tecnologia com os sistemas de proteção e comando modernizados entre os anos de 2012 e 2014.

6) Aquisição de máquina de pintura

A Usina Serra da Mesa possui uma estrada de acesso de aproximadamente 40 km de extensão, que é parte integrante dos ativos da Usina.

Essa estrada necessita constantemente de conservação e manutenção, que são realizadas pela equipe local da Usina. Essa RC visa à aquisição de uma máquina de pintura a frio para possibilitar que a equipe local da Usina possa conservar a sinalização dessa estrada de acesso, tais como faixas contínuas e tracejadas, faixa de pedestres, sinalizadores, etc.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma Outorgada de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a Outorgada faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2017 não tivemos projetos de TI para a CPFL Geração.

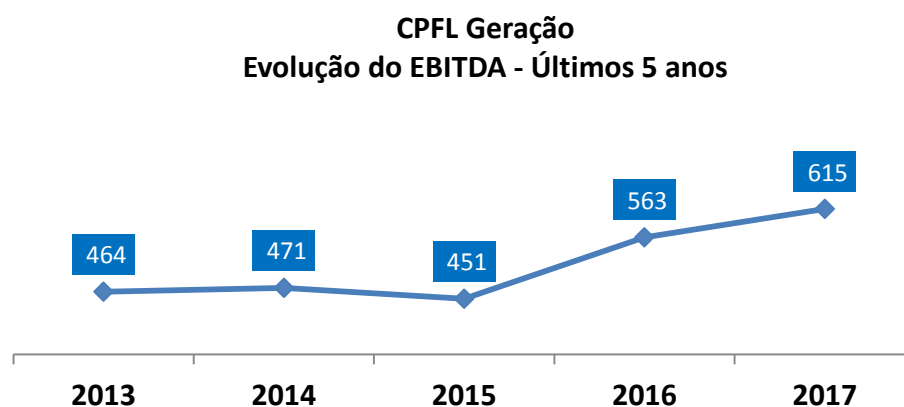
Desempenho econômico-financeiro

Ressaltamos que os dados econômico-financeiros aqui publicados refletem as demonstrações contábeis regulatórias e diferem dos resultados anteriormente publicados em IFRS.

Em 2017, a receita operacional líquida da CPFL Geração de Energia S.A. A atingiu **R\$ 693 milhões**, comparado a **R\$ 654 milhões**, uma queda de **5,9%**

As despesas operacionais totalizaram em 2016 **R\$ 117 milhões**, **10,2%** inferior em relação a 2016 (R\$ 13 milhões), com destaque principalmente para o aumento de 276,2% em outras receitas operacionais, que foi de **R\$ 15 milhões** em 2016, para **R\$ 57 milhões**, em 2016.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de **R\$ 615 milhões**, superior em **9,2%** a 2016, que foi de **R\$ 563 milhões**, conforme gráfico abaixo:



Em 2017, o lucro líquido foi de **R\$ 606 milhões**, um aumento de 45% (R\$ 188 milhões) comparado aos **R\$ 418 milhões** registrados em 2016.

Investimentos: Em 2017, os investimentos da Companhia (em bases totais, onde consideramos os investimentos realizados pela controladora e a participação proporcional dos investimentos

realizados pelas SPE's listadas nas tabelas do relatório) totalizaram **R\$ 16,6 milhões, 24,1%** superior em relação ao realizado em 2016.

Captações de recursos: Em 2017 não houveram captações de recursos para a CPFL Geração de Energia S.A.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado em conformidade com a legislação societária vigente.

Na AGO de 04 de abril de 2017 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2016 na forma de dividendo adicional proposto no montante R\$ 186.947.

Conforme previsto em Estatuto Social da Companhia e com base nos resultados de 2017, a Administração da Companhia aprovou, em 12 de dezembro de 2017, a declaração de dividendo intermediário, no montante de R\$ 196.500.

Foram pagos em 2017 o montante de R\$ 779.533 sendo: i) R\$ 163.107 relativos a dividendo adicional de 2015, ii) R\$ 232.980, relativos a dividendos intermediários de 2016, iii) R\$ 186.947 relativos ao dividendo adicional de 2016; e iv) R\$ 196.500 relativos ao dividendo intermediário do exercício de 2017.

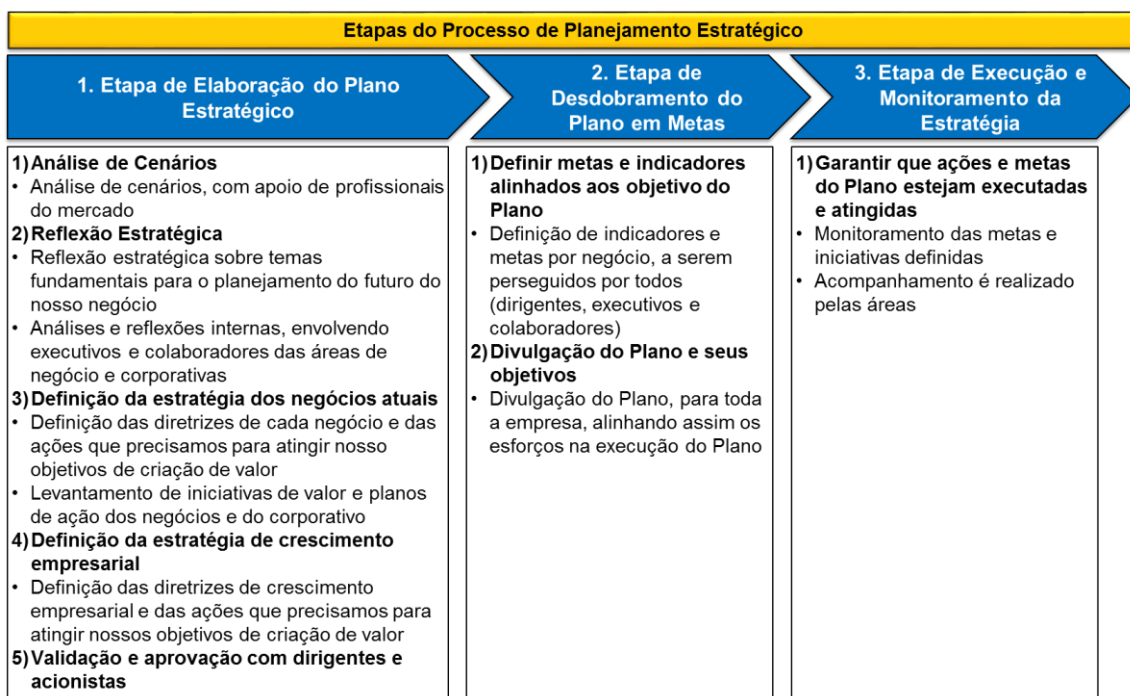
Para este exercício, a Administração da Companhia está propondo a distribuição do saldo de lucros acumulados na forma juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 115.895 e constituição de reserva de reforço de capital de giro no montante de R\$ 307.503.

Para maiores detalhes sobre destinação do lucro líquido da CPFL Geração, ver o relatório das Demonstrações Financeiras de 2016 em www.cpfl.com.br/ri.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da CPFL Geração de Energia S.A. era de R\$ 1.043.922 mil, composto por 205.492.019.285 (duzentos e cinco bilhões, quatrocentos e noventa e dois milhões, dezenove mil, duzentas e oitenta e cinco) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Em 26 de dezembro de 2017 através da AGE, foi efetuado alteração no estatuto social da Companhia para a conversão das ações preferenciais em ordinárias, na relação de conversão de ações em que, para cada 1 (uma) ação preferencial, será entregue 1 (uma) ação ordinária, por meio do cancelamento das ações preferenciais e da 22 emissão de 136.991.810.529 (centro e trinta e seis bilhões, novecentos e noventa e um milhões, oitocentos e dez mil e quinhentos e vinte e nove) ações ordinárias.

Planejamento empresarial – O Planejamento Empresarial é realizado desde 2002 pela Diretoria de Estratégia e Inovação, que coordena a formulação das estratégias para o grupo CPFL Energia, a aprovação do Conselho de Administração e o desdobramento nas Vice-Presidências (VPs), incluindo a Vice-Presidência de Operações Reguladas (VPR), que contempla o Negócio Distribuição. O desdobramento possibilita a visão de desempenho dos processos sob a responsabilidade de cada uma das VPs e Negócios. O processo de Planejamento Estratégico engloba três etapas (figura abaixo).



A “Elaboração do Plano Estratégico” ocorre em paralelo ao processo de planejamento orçamentário plurianual, coordenado pela Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores e submetido ao Conselho de Administração.

A análise do macroambiente e suas tendências é realizada por meio da análise de cenários, durante a elaboração do plano estratégico, com seminários, palestras e fóruns de discussões, para mapear direcionadores do macroambiente, tendências do setor elétrico, do mercado e dos acionistas.

O desdobramento das estratégias e metas para o negócio inicia-se após a aprovação do Plano Estratégico, quando são divulgados os resultados do ano anterior, bem como o planejamento, metas e planos de ação para o próximo ano, alinhados ao orçamento aprovado, com compromissos de cumprimento e acompanhamento dos planos.

Em seguida, cada diretoria desdobra e envolve suas respectivas equipes nos planos de ação para alcançar os resultados propostos, acompanhados nas Reuniões mensais de acompanhamento dos negócios.



A disseminação das principais diretrizes da estratégia para todos os colaboradores é realizada de diversas formas permeando todas as áreas da companhia e motivando o colaborador a engajar-se. O profissional é instigado a criar valor e descobrir como sua área pode ajudar no crescimento organizacional.

Estes são os canais formais de divulgação:

- Campanhas internas: direcionadores em *banners* e cartazes em diferentes locais;
- Apresentação de vídeo: com as principais diretrizes do plano estratégico da companhia;
- Apresentações formais nas áreas: reuniões com grupos de liderança para reforço do plano;
- Portal de Planejamento Estratégico (*intranet*): local onde é disponibilizado um resumo com o processo de planejamento estratégico e com os principais direcionadores estratégicos do grupo e dos negócios.

Completando a divulgação para todos os *stakeholders*, a CPFL Energia também faz divulgação externa das principais diretrizes do grupo. Na página de Relações com Investidores, há o resumo com as principais diretrizes estratégicas dos negócios do grupo.

Em adição à análise de cenários, a Diretoria de Estratégia e Inovação acompanha e monitora ao longo do ano eventuais mudanças de cenário que impactem o planejamento estratégico do grupo e dos negócios.

Recursos humanos: Em 2017 a CPFL Geração investiu R\$ 194.570 mil em programas de formação em excelência operacional e desenvolvimento profissional de alta performance de seus colaboradores.

Nosso compromisso é formar e desenvolver pessoas. A Universidade Corporativa é responsável por viabilizar projetos de Educação Corporativa e Gestão do Conhecimento, buscando sempre manter o mesmo padrão, mas não deixando de atender necessidades específicas de cada negócio, sempre com base no plano estratégico, bem como cultura, valores e competências.

Acreditamos no modelo híbrido de desenvolvimento, baseado na metodologia 70:20:10. Desta forma os colaboradores possuem diversas ferramentas de desenvolvimento como atividades *on the job*, treinamentos formais, acompanhamentos, PDIs, palestras, entre outros.

Nossos treinamentos formais são realizados em diversas modalidades, podendo ser ministrados por educadores, instrutores ou instituições externas, conforme já mencionado.

No ano de 2017, atingimos 99 colaboradores (podendo um funcionário participar de mais de um treinamento), representando em 63,12 horas de treinamento por empregado no ano.

Sustentabilidade: A CPFL Geração mantém foco estratégico no desenvolvimento sustentável, por meio de iniciativas que buscam fortalecer a governança e a gestão integrada, considerando aspectos econômico-financeiros e socioambientais, evitar ou mitigar impactos negativos de suas operações e gerar valor compartilhado com seus públicos de relacionamento. Mais informações sobre como atuamos, nossos resultados e desafios estão disponíveis no Relatório Anual da CPFL Energia em www.cpf.com.br/relatorioanual e www.cpf.com.br/ri.

CPFL Geração de Energia S.A. em números

Mercado	2017	2016	Var.	Var. %
Número de usinas em operação	13	13	-	0,0%
Capacidade Instalada (MW)	2.194	2.194	-	0,0%
Financeiros	2017	2016	Var.	Var. %
Receita operacional bruta (R\$ mil)	772.538	726.944	45.594	6,3%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	693.016	654.164	38.852	5,9%
Margem operacional do serviço líquida (%)	83,1%	80,1%		
EBITDA OU LAJIDA	614.577	562.932	51.645	9,2%
Lucro líquido (R\$ mil)	606.049	418.032	188.017	45,0%
Lucro líquido por lote de mil ações	606	418	188	45,0%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	1.932.279	1.724.526	207.753	12,0%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	31,4%	24,2%	-	-

Nota: As usinas listadas contemplam os ativos controlados integralmente ou compartilhados e as SPEs que possuem regime de concessão ou permissão. Os ativos da CPFL Renováveis S.A., que operam mediante autorização, não foram considerados.

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da CPFL Geração de Energia S.A. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da CPFL Geração de Energia S.A.

Campinas, 23 de abril de 2018.

A Administração

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**CNPJ: 03.953.509/0001-47****Balço Patrimonial em
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Notas	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Ativo			
Ativo Circulante		763.398	1.197.798
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	435.567	789.512
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	155.298	149.072
Serviços em Curso		13	-
Tributos Compensáveis	7	29.175	19.282
Instrumentos Financeiros Derivativos	25	20.434	126.941
Dividendos	10	96.640	102.676
Outros Ativos Circulantes	9	26.272	10.316
Ativo Não Circulante		4.515.830	5.198.915
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	6	28.090	28.090
Depósitos Judiciais e Cauções	16	570	728
Tributos Diferidos	8	8.979	1.983
Despesas Pagas Antecipadamente		2.449	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	25	54.236	35.916
Coligadas e controladas		100.458	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		300.000	-
Outros Ativos Não Circulantes	9	134	3.483
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	10	3.997.669	5.108.098
Participações Societárias Permanentes		3.402.873	4.477.887
Propriedade para investimento - Bens de Renda		491.809	517.259
Ágio de Incorporação		102.986	112.953
Imobilizado	11	19.410	15.995
Intangível	11	3.835	4.622
Total do Ativo		<u>5.279.228</u>	<u>6.396.713</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.**CNPJ: 03.953.509/0001-47****Balanço Patrimonial em
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Notas	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Passivo			
Passivo Circulante		923.857	1.424.129
Fornecedores	12	17.184	29.621
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	13	871.875	953.450
Obrigações Sociais e Trabalhistas		5.576	5.657
Benefício Pós-Emprego	14	986	460
Tributos	15	6.575	18.872
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		-	396.086
Encargos Setoriais		17.571	17.609
Instrumentos Financeiros Derivativos	25	3.457	1.798
Outros Passivos Circulantes		633	576
Passivo Não Circulante		2.423.091	3.248.059
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	13	2.370.847	3.182.123
Benefício Pós-Emprego	14	15.595	18.502
Provisão para Litígios	16	8.570	5.908
Tributos Diferidos	8	2.448	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	25	24.149	40.682
Outros Passivos Não Circulantes		1.482	844
Total do Passivo		<u>3.346.948</u>	<u>4.672.187</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Social		1.043.922	1.043.922
Reservas de Capital		239.691	239.691
Outros Resultados Abrangentes		(20.537)	(23.074)
Reservas de Lucros		601.365	293.862
Lucros ou prejuízos Acumulados		(30.673)	(16.823)
Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais		98.511	186.947
Total do Patrimônio Líquido	17	<u>1.932.279</u>	<u>1.724.526</u>
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>5.279.228</u>	<u>6.396.713</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ: 03.953.509/0001-47

Demonstrações dos Resultados para os Exercícios findos em

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2017	2016
Receita / Ingresso	18	772.538	726.944
Suprimento de Energia Elétrica		772.382	726.827
Energia Elétrica de Curto Prazo		156	117
Tributos		(76.086)	(68.568)
PIS-PASEP		(13.572)	(12.231)
COFINS		(62.514)	(56.337)
Encargos do consumidor		(3.436)	(4.212)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(44)	(58)
Reserva Global de Reversão - RGR		-	(422)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(148)	(379)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(3.244)	(3.354)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		693.016	654.164
Gastos Operacionais		(117.240)	(130.496)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	19	(81.873)	(64.340)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição	19	(936)	(775)
Pessoal e Administradores	20	(34.184)	(29.499)
Material		(1.399)	(1.290)
Serviços de Terceiros		(14.600)	(10.349)
Arrendamento e Aluguéis		(548)	(518)
Seguros		(833)	(984)
Doações, Contribuições e Subvenções		(528)	-
Provisões		(51)	(360)
(-) Recuperação de Despesas		40	2.646
Tributos		(39)	(28)
Depreciação e Amortização		(28.835)	(29.298)
Amortização de ágio		(9.966)	(9.966)
Gastos Diversos		(774)	(931)
Outras Receitas Operacionais		57.362	15.249
Outras Despesas Operacionais		(76)	(51)
Resultado da Atividade		575.776	523.668
Equivalência Patrimonial	10	401.240	313.117
Resultado Financeiro	21	(323.378)	(364.953)
Receitas Financeiras		68.684	143.436
Despesas Financeiras		(392.062)	(508.389)
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		653.638	471.832
Despesa com Impostos sobre o Lucro	8	(47.590)	(53.800)
Resultado Líquido do Exercício		606.049	418.032
Atribuível aos Acionistas Controladores		606.049	418.032

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ: 03.953.509/0001-47

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os Exercícios findos em

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Resultado Líquido do Exercício	606.049	418.032
Outros Resultados Abrangentes		
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial Líquida dos Impostos	2.537	(9.531)
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	2.537	(9.531)
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>608.586</u>	<u>408.501</u>
Atribuível aos Acionistas Controladores	608.586	408.501

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Capital Social	Reservas de Capital	Reserva de Lucros	Resultado Abrangente acumulado	Dividendo Adicional Proposto	Lucros ou prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	1.043.922	239.760	456.969	(13.543)	-	(7.928)	1.719.180
Resultado abrangente total							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	418.032	418.032
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	(9.531)	-	-	(9.531)
Mutações internas do patrimônio líquido							
Reversão da reserva de reforço de capital de giro	-	-	(163.107)	-	-	163.107	-
Transações de capital com os acionistas							
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	(239.980)	(239.980)
Dividendo adicional exercício 2015	-	-	-	-	-	(163.107)	(163.107)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	186.947	(186.947)	-
Perda em participação sem alteração no controle	-	(68)	-	-	-	-	(68)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	1.043.922	239.691	293.862	(23.074)	186.947	(16.823)	1.724.526
Resultado abrangente total							
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	606.049	606.049
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	2.537	-	-	2.537
Mutações internas do patrimônio líquido							
Constituição de reserva de reforço de capital de giro	-	-	307.503	-	-	(307.503)	-
Transações de capital com os acionistas							
Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	(196.500)	(196.500)
Juros sobre capital próprio intermediário	-	-	-	-	-	(115.896)	(115.896)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	(186.947)	-	(186.947)
Juros sobre capital próprio proposto	-	-	-	-	98.511	-	98.511
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	1.043.922	239.691	601.365	(20.537)	98.511	(30.673)	1.932.279

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ: 03.953.509/0001-47

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Exercício	606.049	418.032
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	11.280	11.433
Depreciação	27.521	27.832
Ganhos/baixas líquidos do ativo imobilizado	18	37
Imposto de renda e Contribuição social	47.590	53.800
Juros e variações monetárias	364.029	430.480
Equivalência patrimonial	(401.240)	(313.117)
Obrigações pós-emprego	2.067	1.677
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	129	-
Provisões para litígios	2.326	5.297
	659.769	635.471
Redução (aumento) de ativos		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(6.347)	19.801
Depósitos vinculados a litígios	200	(6)
Tributos compensáveis	3.567	18.498
Outros ativos operacionais	(14.962)	(7.959)
Dividendo e juros sobre o capital próprio recebidos	912.042	95.627
Aumento (redução) de passivos		
Encargos setoriais	(59)	109
Fornecedores	(12.437)	(83.287)
Obrigações pós-emprego	(603)	(898)
Salários e encargos sociais	196	1.339
Tributos e contribuição social	(16.857)	373
Provisões para litígios pagos	(278)	(205)
Outros passivos operacionais	439	1.745
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais	1.524.670	680.608
Encargos de dívidas pagos	(346.494)	(433.347)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(79.724)	(37.699)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	1.098.452	209.562
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições do imobilizado e intangível	(526)	(1.422)
Redução de capital em subsidiárias	319.668	-
Aquisições de imobilizado	(5.620)	(5.412)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(50.000)	(343.900)
Operações de mútuo com controladas e coligadas	(100.435)	-
Caixa líquido gerado (consumido) das atividades de investimento	163.087	(350.734)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos obtidos	-	875.797
Empréstimos e financiamentos pagos	(862.290)	-
Liquidação de operações com derivativos	26.339	(29.950)
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(779.533)	(110.532)
Caixa líquido gerado (consumido) das atividades de financiamento	(1.615.484)	735.315
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	(353.945)	594.143
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	789.512	195.367
No fim do exercício	435.567	789.512

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ: 03.953.509/0001-47

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações, de capital aberto, que atua no negócio de geração de energia como concessionária de serviço público e com participação no capital social de outras Companhias. A Companhia detém a Pequena Central Hidrelétrica (“PCH”) Cariobinha e a usina termelétrica de Carioba, com potência total instalada de 1,3 MW e 36 MW respectivamente, sendo que a partir de 30 de setembro de 2015, passou a deter as concessões das Usinas Hidrelétricas (“UHEs”) Macaco Branco e Rio do Peixe – Casa de Força I e II, com potência total instalada de 2,4 MW e 18,1 MW, respectivamente, todas localizadas no Estado de São Paulo. As usinas Macaco Branco e Rio do Peixe – Casa de Força I e II operam em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013, com receitas anuais de geração definidas por Resolução Homologatória da ANEEL, bem como a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e potência. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 – Km 2,5, CEP 13088-140 – Parque São Quirino em Campinas, Estado de São Paulo.

A concessão da CPFL Geração se encerra em 2042, prazo final das concessões de Macaco Branco e Rio do Peixe, não podendo ser prorrogadas. Possui ainda parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico de Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás, cuja concessão e a operação do aproveitamento hidrelétrico pertencem à Furnas Centrais Elétricas S.A. (“FURNAS”), e se encerra em 2027. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas, ficou assegurada à CPFL Geração a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 671 MW médios (345,4 MW médios). Estes ativos estão classificados nestas demonstrações contábeis regulatórias como propriedade para investimento – bens de renda.

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentou nas demonstrações contábeis regulatórias o capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 160.459. A Companhia vem trabalhando nos planos de redução do capital circulante líquido negativo e em janeiro de 2018 captou debêntures no montante de R\$ 190.000 (nota 29). Adicionalmente, a Companhia tem histórico de lucros, bem como projeção de lucratividade e geração de caixa, o que suporta e viabiliza o plano de renegociação para redução nos custos da dívida da Companhia.

1.1 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

Desde 1995 o governo brasileiro adotou inúmeras medidas para reformar o Setor Elétrico Brasileiro, que culminaram em 15 de março de 2004 na promulgação da Lei do Novo Modelo do

Setor Elétrico que reestruturou o setor de energia elétrica com o objetivo final de oferecer aos consumidores um abastecimento seguro de energia elétrica a uma tarifa adequada.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico introduziu alterações relevantes nas normas do setor elétrico com o objetivo (i) de proporcionar incentivos a empresas privadas e públicas para construção e manutenção da capacidade geradora, e (ii) assegurar o fornecimento de energia elétrica no Brasil com tarifas adequadas por meio de processos de leilão competitivos de eletricidade. Os principais elementos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico incluem:

- Criação de dois “ambientes” para comercialização de energia elétrica, sendo (i) o mercado regulado mais estável em termos de fornecimento de energia elétrica denominado de Ambiente de Contratação Regulada – ACR; e (ii) um mercado especificamente destinado a certos participantes entre eles consumidores livres e agentes comercializadores, que permita certo grau de competição, denominado Ambiente de Contratação Livre - ACL.
- Restrições a determinadas atividades para as distribuidoras, de forma a exigir que estas se concentrem em seu negócio essencial de distribuição, para promover serviços mais eficientes e confiáveis a Consumidores Cativos.
- Eliminação do direito à chamada auto contratação, de forma a incentivar as distribuidoras a comprar energia elétrica pelos menores preços disponíveis ao invés de adquirir energia elétrica de partes relacionadas.
- Manutenção de contratos firmados anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, de forma a garantir a segurança jurídica às operações realizadas antes da sua promulgação.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico inclui entre outras disposições, normas relativas a procedimentos de leilão, a forma elaboração de *Power Purchase Agreement* - PPA e o método de repasse de custos aos consumidores finais. Nos termos da regulamentação, todas as partes que compram energia elétrica devem contratar a totalidade de sua demanda de energia elétrica. As partes que venderem energia elétrica devem apresentar o correspondente lastro físico, por exemplo, a quantidade de energia vendida na CCEE deve ser previamente comprada no âmbito de PPAs e/ou gerada por usinas do próprio vendedor. Os agentes que descumprirem tais exigências ficarão sujeitos às penalidades impostas pela ANEEL e CCEE.

A partir de 2005, todo agente gerador, distribuidor, transmissor de energia, produtores independentes de energia, consumidores livres e especiais, deverão notificar ao MME até 1º de agosto de cada ano, sua previsão de mercado ou carga, conforme o caso, para cada um dos cinco anos subsequentes.

A proteção contra certos riscos hidrológicos para geradores hidrelétricos com despacho centralizado é proporcionada pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, que procura mitigar os riscos inerentes à geração de energia hidráulica determinando que geradores hidrelétricos compartilhem os riscos hidrológicos do Sistema Interligado Nacional. De acordo com a legislação brasileira, a cada usina hidrelétrica é atribuída uma Energia Assegurada, determinada em cada contrato de concessão pertinente, independentemente da quantidade de energia elétrica gerada pela usina, o Mecanismo de Recolocação de Energia – MRE, transfere a energia excedente daqueles que geraram além de sua Energia Assegurada para aqueles que geraram abaixo. O despacho efetivo de geração é determinado pelo ONS tendo em vista a demanda de energia em âmbito nacional e as condições hidrológicas. A quantidade de energia efetivamente gerada pelas usinas, seja ela acima ou abaixo da energia assegurada, é precificada por uma tarifa denominada tarifa de energia de otimização, que cobre os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional deve ser contabilizada mensalmente

para cada gerador.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado livre acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

1.2 Participações Societárias

A Companhia possui participações nas seguintes sociedades (informações sobre capacidade de produção de energia e dados correlatos não são auditados pelos auditores independentes). Estas participações societárias estão registradas nestas demonstrações contábeis regulatórias pelo método de equivalência patrimonial.

Controladas pela Companhia:

CERAN - Companhia Energética Rio das Antas (“CERAN”)

A Companhia detém e controla com participação de 65%, a CERAN que é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a implantação e exploração dos aproveitamentos hidrelétricos de Monte Claro, Castro Alves e 14 de Julho, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, cuja potência instalada prevista, conforme contrato de concessão é de 360 MW. O início da operação da Usina Hidrelétrica (“UHE”) Monte Claro foi em dezembro de 2004, da UHE Castro Alves em março de 2008 e da UHE 14 de Julho em dezembro de 2008. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis”)

A Companhia detém e controla com participação de 51,6%, a CPFL Renováveis que é uma sociedade por ações de capital aberto, que possui operação nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Santa Catarina, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraná e Rio Grande do Sul, e tem como principais atividades (i) o investimento em sociedades no segmento de energias renováveis, (ii) a identificação, desenvolvimento e exploração de potenciais de geração e (iii) comercialização de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2017, a CPFL Renováveis era composta por um portfólio de 112 projetos de 2.508,4 MW de capacidade instalada (2.102,6 MW em operação), sendo:

- Geração de energia hidrelétrica: 46 PCH's (543,2 MW) com 39 PCH's em operação (423 MW) e 7 PCH's em desenvolvimento (120,2,3 MW);
- Geração de energia eólica: 57 projetos (1.594,1 MW) com 45 projetos em operação (1.308,5 MW) e 12 projetos em construção/desenvolvimento (285,6 MW);
- Geração de energia a partir de biomassa: 8 usinas em operação (370 MW);
- Geração de energia solar: 1 usina solar em operação (1,1 MW)

CPFL Transmissão Piracicaba S.A. (“CPFL Transmissão Piracicaba”)

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Piracicaba é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em 2012, pela CPFL Geração, para operar na concessão vencida no Leilão de Transmissão ANEEL 007/2012, para a construção e operação de uma subestação de 440 KV, localizada no município de Piracicaba, no Estado de São Paulo, além de uma linha de transmissão de aproximadamente 6,5 km de extensão que foi transferida para a CTEEP conforme previsto no edital do Leilão.

CPFL Transmissão Morro Agudo S.A. (“CPFL Transmissão Morro Agudo”)

Controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Morro Agudo é uma sociedade por ações de capital fechado, que foi constituída em janeiro de 2015 pela CPFL Geração, para implantar e operar as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 007/2014, estando em construção uma subestação de 500 KV, localizada no município de Morro Agudo, no Estado de São Paulo, bem como uma linha de transmissão de aproximadamente 1 km de extensão, que será transferida para a Ribeirão Preto Transmissão de Energia S.A. – RPTE, conforme previsto no edital do Leilão. O serviço de transmissão da rede básica, iniciou suas operações em 02 de julho de 2017.

Empreendimentos controlados em conjunto

BAESA - Energética Barra Grande S.A. (“BAESA”)

Controlado em conjunto com participação de 25,01%, a BAESA é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento hidrelétrico Barra Grande, localizado no Rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 690 MW. As três unidades geradoras, com capacidade de 230 MW cada, entraram em operação comercial em novembro de 2005, fevereiro e maio de 2006. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

Campos Novos Energia S.A. (“ENERCAN”)

Controlado em conjunto com participação de 48,72%, a ENERCAN é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a implantação e exploração do aproveitamento Hidrelétrico de Campos Novos, localizado no Rio Canoas, no Estado de Santa Catarina, cuja potência instalada, conforme contrato de concessão, é de 880 MW. O início da operação comercial ocorreu em 2007, sendo que 2 turbinas entraram em operação em fevereiro e a terceira e última turbina em maio do mesmo ano. A concessão se encerra em 2035, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

Centrais Elétricas da Paraíba S.A. (“EPASA”)

Controlado em conjunto com participação de 53,34% a partir de 01 de fevereiro de 2015, a EPASA é uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo desenvolver, implementar, operar e explorar 2 (duas) Usinas Termoelétricas (“UTE”), denominadas “UTE Termoparaíba” e “UTE Termonordeste”, ambas movidas a óleo combustível, cuja potência instalada é de 170,8 MW cada, que entraram em operação respectivamente em 24 de dezembro de 2010 e 13 de janeiro de 2011. As referidas usinas receberam autorização por 35 anos para serem exploradas por meio de regime de produção independente de energia elétrica.

As UTEs Termonordeste e Termoparaíba tiveram 100% de sua energia vendida no Leilão 002/2007-ANEEL, por um período de 15 anos a partir de janeiro de 2010, por meio de contratos por Disponibilidade de Energia Elétrica. Assim, quando o Operador Nacional do Sistema (ONS) emite um comando de despacho, este custo da energia gerada é pago pelas Distribuidoras

compradoras no leilão, pagando-se pelo preço do Custo Variável Unitário (“CVU”) declarado pela energia gerada. Assim, há 2 tipos de Receita nas UTEs:

- Receita fixa: que é representada pela remuneração anual de cada UTE, conforme negociado no leilão, que reflete a receita de disponibilidade da UTE.
- Receita variável: refere-se à receita da energia gerada pelas UTEs e valorada ao CVU, que é o valor do custo variável para cada MW/h gerado pelas UTEs, expresso em R\$/MWh. O CVU compõe-se de duas parcelas: a primeira vinculada ao custo do combustível, e a segunda vinculada aos demais custos variáveis.

Chapecoense Geração S.A. (“Chapecoense”)

Controlado em conjunto com participação de 51%, a Chapecoense é uma sociedade por ações de capital fechado que detém a participação integral na Foz do Chapecó Energia S.A. (“Foz do Chapecó”), sendo também uma sociedade por ações de capital fechado, que tem como objetivo construir, operar e explorar o aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó, localizado no Rio Uruguai na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, cuja potência instalada é de 855 MW. Em 2010, entraram em operação 3 (três) unidades geradoras com potência instalada de 213,75 MW cada, cujas datas foram 14 de outubro, 23 de novembro, 30 de dezembro, sendo que a quarta e última unidade entrou em operação em 12 de março de 2011. A concessão se encerra em 2036, podendo ser prorrogada de acordo com as condições que o Poder Concedente estabelecer.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

2.1 Base de preparação

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos e aprovados pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e também seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas pela ANEEL.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, podendo apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias, estas diferenças estão apresentadas e explicada na nota explicativa 26, para melhor entendimento do leitor.

A administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis regulatórias foi dada pela Administração em 16 de abril de 2018.

Essas demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (“www.aneel.gov.br”) e da Companhia (“www.cpfl.com.br”) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 8 – Tributos diferidos (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);;
- Nota 10.2 – Propriedade para investimento – bens de renda;
- Nota 11 – Imobilizado e Intangível;
- Nota 14 – Benefício Pós-Emprego (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 16 – Provisões para litígio e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos);
- Nota 18 – Receita / Ingresso e;
- Nota 25 – Instrumentos financeiros (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações contábeis regulatórias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis descritas a seguir são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias e estão descritas a seguir:

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem a saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2 Instrumentos Financeiros

– Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros:

- (iv) Registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia estes ativos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.
- (v) Mantidos até o vencimento: são ativos para os quais a Companhia possui intenção e capacidade de manter até o vencimento. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.
- (vi) Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e, após o

reconhecimento inicial, reconhecidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

– **Passivos financeiros**

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia possui os seguintes principais passivos financeiros:

- (iii) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam:
 - (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado.
- (iv) Outros passivos financeiros (não mensurados pelo valor justo por meio do resultado): são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 25.

Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Em 26 de dezembro de 2017 através da AGE, foi efetuado alteração no estatuto social da Companhia para a conversão das ações preferenciais em ordinárias, na relação de conversão de ações em que, para cada 1 (uma) ação preferencial, será entregue 1 (uma) ação ordinária, por meio do cancelamento das ações preferenciais e da emissão de 136.991.810.529 (cento e trinta e seis bilhões, novecentos e noventa e um milhões, oitocentos e dez mil e quinhentos e vinte e nove) ações ordinárias.

3.3 Propriedade para investimento bens de renda

Compreende os bens originados do ativo imobilizado que estão em posse de terceiro para obtenção de renda. Os bens registrados como bens de renda são depreciados pelas mesmas taxas estabelecidas para o Imobilizado em serviço ou intangível em serviço.

3.4 Imobilizado em serviço

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no

local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para a companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada linearmente, a taxas anuais variáveis de 3% a 17%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens e também a orientação do órgão regulador.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades reguladas são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

3.5 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

3.6 Intangível, incluindo ágio de incorporação

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios direito de exploração de concessões, software e servidão de passagem.

O ágio (“*goodwill*”) resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, se existirem, não estão sujeitos à amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os deságios são registrados como ganhos no resultado do exercício quando da aquisição do negócio que os originou.

Nas demonstrações contábeis regulatórias a mais valia dos ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios é incluída ao valor contábil do investimento e sua respectiva amortização é classificada na demonstração do resultado individual na linha de “resultado de participações societárias” em atendimento ao ICPC 09 (R2).

3.7 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que possa ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo, e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida por meio custo amortizado representado pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa efetiva de juros original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada a crédito no resultado.

Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do

bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Para fins de teste de *impairment*, a Administração utiliza o valor em uso. Para estes casos, os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.8 Investimentos

Os investimentos para as empresas controladas, empreendimentos controlados em conjunto (joint venture) e coligadas, são mensurados e registrados nestas demonstrações contábeis regulatórias pelo método de equivalência patrimonial. Para os exercícios de 2017 e 2016, os valores de investimento por equivalência registrado na Companhia, oriundo das empresas CPFL Renováveis, CERAN, BAESA, ENERCAN, Chapecoense e EPASA, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil por conta da não obrigatoriedade de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias para as concessionárias de geração em regime de produção independente e autorizadas, conforme previsto na Instrução Contábil nº 6.2.3 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Adicionalmente, conforme nota divulgação pela ANEEL, não há exigência compulsória pela ANEEL para preparação e divulgação de demonstração contábil regulatória consolidada, portanto a Companhia prepara apenas demonstrações contábeis regulatórias individuais.

3.9 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desreconhecimento pelo desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

3.10 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios pós-emprego e plano de pensão, reconhecidos por regime de competência em conformidade com o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, sendo considerada Patrocinadora deste plano, que têm as seguintes características:

- Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.11 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com as práticas contábeis brasileiras e internacionais, CPC 24 e ICPC 08 (R1), apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações contábeis regulatórias após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações contábeis regulatórias.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre o capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

Os juros sobre o capital próprio recebem o mesmo tratamento dos dividendos e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre o capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua proposição pela Administração, por atenderem, neste momento, o critério de obrigação.

3.12 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos de comercialização de energia em ambiente regulado e contratos de energia de reserva.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço é efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

3.13 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças

temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

A Companhia registra em suas demonstrações contábeis regulatórias os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente dedutíveis/tributáveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia. A companhia registrou, também, créditos fiscais referentes ao benefício de ágios incorporados, os quais estão sendo amortizados proporcionalmente aos lucros líquidos individuais projetados para o período remanescente de cada contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.14 Novas normas e interpretações vigentes

Foram emitidas e/ou revisadas diversas normas pelo IASB e CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2017:

d) Alterações ao IAS 12 / CPC 32 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas

Emitidas em 19 de janeiro de 2016, as alterações ao IAS 12 / CPC 32 esclarecem as exigências de reconhecimento de ativos fiscais diferidos por perdas não realizadas em instrumentos de dívida e o método de avaliação da existência de lucros tributáveis futuros prováveis para a realização das diferenças temporárias dedutíveis, para endereçar a diversidade na prática.

A aplicação das alterações ao IAS 12 / CPC 32 não causou impactos relevantes nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

e) Alterações ao IAS 7 / CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Emitidas em 29 de janeiro de 2016, as alterações ao IAS 7 da Iniciativa de Divulgação têm como objetivo levar as entidades a fornecerem divulgações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis regulatórias avaliar as alterações nas responsabilidades decorrentes das atividades de financiamento.

A aplicação das alterações ao IAS 7 / CPC 03 (R2) implicou em alterações na divulgação de movimentação de ativos e passivos financeiros cujos fluxos de caixa são classificados como atividade de financiamento. As mudanças destas alterações do IAS 7 geraram divulgação adicional, refletidas nas notas 15 – Empréstimos e financiamentos, 16 – Debêntures e 31 – Instrumentos Financeiros.

f) Melhorias Anuais às IFRS / Ciclo 2014 - 2016

Anualmente, o IASB discute e decide sobre as melhorias propostas para as IFRS, conforme são levantadas ao longo do ano. Em 8 de dezembro de 2016 foram publicadas as medidas referentes ao Ciclo 2014-2016, das quais a seguinte entrou em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2017:

Alterações ao IFRS 12 – Divulgação de participações em outras entidades: esclarece o escopo do pronunciamento, com relação à participação de entidades em outras entidades

que estejam classificadas como disponíveis para venda ou operações descontinuadas de acordo com o IFRS 5.

Considerando que a Companhia não possui participação em outras entidades que estejam classificadas como disponíveis para venda ou operações descontinuadas, não houve efeitos destas alterações sobre as divulgações e montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

3.15 Novas normas e interpretações vigentes, mas não adotadas

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017. A Companhia não adotou as IFRS novas ou revisadas a seguir:

e) IFRS 9 / CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O IFRS 9 / CPC 48 será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Esta norma estabelece novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros. Os ativos financeiros serão classificados em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo IAS 39 / CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39 / CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e mudanças nessas expectativas a cada data de reporte para refleti-las desde o reconhecimento inicial. Ou seja, não é mais necessário que o evento ocorra para que seja reconhecida a perda no crédito.

No que tange às modificações relacionadas à contabilização de *hedge*, o IFRS 9 mantém os três tipos de mecanismo de contabilização de *hedge* previstos no IAS 39, mas traz maior flexibilidade no que tange os tipos de transações elegíveis à contabilização de *hedge*, mais especificamente a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de *hedge* e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de *hedge*. Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de “relacionamento econômico”. Ainda, a avaliação retroativa da efetividade do *hedge* não é mais necessária e ocorreu a introdução de exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade.

Adicionalmente, como o Grupo não aplica a contabilização de *hedge*, a Administração concluiu que não haverá impacto relevante nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações contábeis regulatórias em função das alterações da norma sobre este tópico.

Com relação às mudanças ao cálculo de *impairment* de instrumentos financeiros, a Companhia estima que não haverá impacto significativo no resultado de 2018, porém

continuará analisando esses efeitos no decorrer do exercício de 2018. O efeito, se houver, será uma redução da rubrica de “consumidores, concessionárias e permissionários”.

Considerando que o Grupo detém determinados passivos financeiros designados a valor justo contra o resultado, a Administração afirma que haverá impactos nas suas demonstrações contábeis regulatórias, pois as mudanças do risco de crédito, atualmente registradas diretamente no resultado do exercício, passarão a ser reconhecidas em outros resultados abrangentes. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as mudanças no risco de crédito registradas no resultado foram uma despesa de R\$ 16.474.

f) IFRS 15 / CPC 47 e Esclarecimentos ao IFRS 15 - Receita de contratos com clientes

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo simples para contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e substituirá o guia atual de reconhecimento da receita presente no IAS 18 / CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11 / CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

Esta norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Pelos novos requerimentos do IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. Adicionalmente, esta norma estabelecerá um maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes.

O IFRS 15 será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. Para os contratos que comecem e concluírem no mesmo período de apresentação comparativa, bem como contratos que são concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados. A Companhia analisou as cinco etapas de reconhecimento para os diversos tipos de receita do Grupo e não identificou nenhum impacto relevante da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis regulatórias. Desta forma, após as devidas análises a conclusão é de que o reconhecimento de receita atual está de acordo com a norma do CPC 47/IFRS 15.

g) IFRIC 22 – Transações e adiantamentos em moeda estrangeira

Emitida em 8 de dezembro de 2016, o IFRIC 22 aborda a taxa de câmbio a ser utilizada em transações que envolvam a contrapartida paga ou recebida antecipadamente em transações com moeda estrangeira. O IFRIC será aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

As transações em moeda estrangeira do Grupo restringem-se, atualmente, aos instrumentos de dívida com instituições financeiras internacionais, mensuradas a valor justo, e à aquisição de energia de Itaipu. Uma vez que ativos e passivos mensurados ao valor justo estão fora do escopo do IFRIC e que não há antecipações de pagamentos nas operações com Itaipu, a Administração da Companhia avalia que o IFRIC 22 não causará impactos relevantes em suas demonstrações contábeis regulatórias.

h) Melhorias Anuais às IFRS / Ciclo 2014 - 2016

Anualmente, o IASB discute e decide sobre as melhorias propostas para as IFRS, conforme são levantadas ao longo do ano. Em 8 de dezembro de 2016 foram publicadas medidas

referentes ao Ciclo 2014-2016, das quais as seguintes entram em vigor para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018:

Alterações à IFRS 1 – Adoção Inicial do IFRS: exclui da norma algumas exceções existentes para aplicação no período de transição das entidades recém-adoptantes ao IFRS.

Como a Companhia não possui controladas que sejam organização de capital de risco e não é adotante inicial ao IFRS, a Administração afirma que a aplicação dessas alterações não terá um efeito sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações contábeis regulatórias. Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terão um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações contábeis regulatórias.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Desta forma, a Companhia determina o valor justo conforme IFRS 13/CPC 46, o qual define o valor justo como a estimativa de preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado, sob condições atuais de mercado, na data de mensuração.

- Imobilizado e intangível

O valor justo do imobilizado e intangível reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado destes bens é o valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado na data de avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31), e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldos bancários	45	2.533
Equivalentes de caixa	<u>435.522</u>	<u>786.979</u>
Total	<u>435.567</u>	<u>789.512</u>

As aplicações financeiras correspondem a i) saldos bancários disponíveis em conta corrente, que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB's") e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"); ii) operações de curto prazo em CDBs e debêntures compromissadas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente a 101,9% do CDI e valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente na média de 100% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Composição das Contas a Receber

	<u>Valores Correntes</u>			<u>Total em 31/12/2017</u>	<u>Total em 31/12/2016</u>
	<u>Correntes a Vencer</u>	<u>Correntes Vencidas</u>			
	<u>Até 60 dias</u>	<u>Mais de 360 dias</u>	<u>Provisão p/ Devedores Duvidosos</u>		
Suprimento Energia - Moeda Nacional	155.298	28.486	(396)	183.388	177.162
TOTAL	<u>155.298</u>	<u>28.486</u>	<u>(396)</u>	<u>183.388</u>	<u>177.162</u>
			Circulante	155.298	149.072
			Não Circulante	28.090	28.090
				<u>183.388</u>	<u>177.162</u>

Provisão para devedores duvidosos:

	<u>Consumidores, concessionárias e permissionárias</u>
Saldo em 31/12/2015	<u>(275)</u>
Saldo em 31/12/2016	<u>(275)</u>
Provisão revertida (constituída) líquida	(121)
Saldo em 31/12/2017	<u>(396)</u>
Circulante	(396)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos saldos a receber vencidos a mais de 360 dias.

O saldo do não circulante de R\$ 28.090 refere-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica, que compreendem principalmente: (i) ajustes de contabilizações realizados pela CCEE para contemplar determinações judiciais (liminares) nos processos de contabilização para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002; e (ii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE. A Companhia entende não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Circulante</u>		
Antecipações de contribuição social - CSLL	3.987	1.578
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	9.388	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.508	1.024
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	10.052	13.162
Programa de integração social - PIS	755	626
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.483	2.888
Outros	3	5
Total	<u>29.175</u>	<u>19.282</u>

Imposto de renda retido na fonte – IRRF - Os saldos referem-se principalmente IRRF sobre aplicações financeiras.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

Composição dos créditos (débitos) fiscais:

	Controladora	
	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Bases negativas	-	4.932
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(2.794)	(9.319)
Subtotal	(2.794)	(4.387)
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	3.096	16.169
Benefício fiscal do ágio incorporado	13.992	16.090
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(7.762)	(25.889)
Subtotal	9.326	6.370
Total	<u>6.532</u>	<u>1.983</u>
Total crédito fiscal	8.979	1.983
Total débito fiscal	2.448	-

Composição das diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	31/12/2017		31/12/2016	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Provisões para litígios	775	2.153	525	1.457
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	65	180	53	148
Provisão relacionada a pessoal	181	502	136	377
Derivativos	3	9	(6.052)	(16.811)
Instrumentos financeiros (CPC)	(5.167)	(14.353)	(5.631)	(15.643)
Perdas atuariais (CPC)	554	1.538	554	1.538
Depreciação acelerada incentivada	(104)	(288)	(73)	(204)
Outros	158	438	82	228
Diferenças temporariamente indedutíveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais (CPC)	741	2.058	1.087	3.020
Total	(2.794)	(7.762)	(9.319)	(25.889)

Expectativa de recuperação

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de (i) diferenças temporariamente indedutíveis tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado que estão baseados no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido e (ii) prejuízo fiscal e base negativa está baseada nas projeções de resultados futuros, aprovadas pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia.

Sua composição é como segue:

<u>Controladora</u>	
2018	6.632
2019	2.132
2020	1.968
2021	1.821
2022	1.688
2023 a 2025	4.289
2026 a 2028	7.913
Total	26.443

Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda, registrados nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	2017		2016	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	653.638	653.638	471.832	471.832
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(401.240)	(401.240)	(313.117)	(313.117)
Amortização de intangível Adquirido	-	579	-	579
Realização correção monetária complementar	2	2	2	-
Juros sobre o capital próprio	(115.896)	(115.896)	-	-
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(11)	(11)	(411)	(411)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	1.826	3.493	(761)	(399)
Base de cálculo	138.319	140.566	157.545	158.484
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(12.449)	(35.142)	(14.179)	(39.621)
Corrente	(14.388)	(39.058)	(13.377)	(35.667)
Diferido	1.940	3.917	(802)	(3.954)

(*) Programa de Incentivo de Inovação Tecnológica

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) no exercício de 2017 e 2016 foram os seguintes:

	2017		2016	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas (ganhos) atuariais	(3.845)	(3.845)	7.841	7.841
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	346	961	(706)	(1.960)
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	-	-	1.153	3.202
Tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	346	961	447	1.241

9. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Créditos a receber - consórcios	-	-	-	3.483
Adiantamentos - Fundação CESP	90	121	-	-
Reembolso RGR	-	1.017	-	-
Despesas Antecipadas	1.675	424	-	-
Adiantamentos a funcionários	212	209	-	-
Indenizações de sinistros	24.082	6.860	-	-
Outros	213	1.684	134	-
Total	26.272	10.316	134	3.483

10. BENS E ATIVIDADES NÃO VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

10.1 - Participações Societárias Permanentes

	31/12/2017	31/12/2016
Participações societárias permanentes avaliadas por equivalência patrimonial		
Pelo patrimônio líquido da controlada	3.342.234	4.122.767
Mais valia de ativos, líquidos	10.640	11.219
Adiantamento para futuro aumento de capital	50.000	343.900
Total	3.402.873	4.477.887

Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial:

Investimentos	Quantidade de ações	Participação no capital-%	31/12/2017			31/12/2017		31/12/2016		2017	2016
			Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do período	Participação patrimônio líquido		Resultado de equivalência patrimonial			
Baesa	99.618.754	25,01	398.381	750.440	47.385	187.654	175.914	11.849	9.853		
Enercan	97.831.000	48,72	200.787	363.273	176.113	176.998	562.701	85.808	117.112		
Chapecoense	364.399.765	51,00	714.509	756.608	236.570	385.870	537.170	120.651	117.451		
EPASA	150.941.659	53,34	221.413	450.641	177.458	240.388	206.749	94.663	67.577		
CPFL Renováveis	259.748.799	51,60	3.390.870	4.032.448	15.261	2.070.783	2.064.778	7.875	(76.531)		
CERAN	78.000.000	65,00	120.000	245.804	108.427	159.773	489.765	70.477	71.724		
CPFL Transmissão Piracicaba	82.585.354	100,00	82.585	70.298	6.737	70.298	79.949	6.737	5.950		
CPFL Transmissão Morro Agudo	50.010.000	100,00	50.010	50.470	3.180	50.470	5.742	3.180	(20)		
Total (Controladora)						3.342.234	4.122.767	401.240	313.117		

A movimentação dos saldos de investimento no exercício de 2017 é como segue:

Investimento	Movimentação em 2017				
	Saldo em 31/12/2016	Aumento / Integralização de capital	Equivalência patrimonial (Resultado)	Dividendo e Juros sobre capital próprio	Saldo em 31/12/2017
EPASA	206.749	-	94.663	(61.024)	240.388
BAESA	175.914	-	11.849	(108)	187.654
ENERCAN	562.700	(91.599)	85.807	(379.912)	176.998
Chapecoense	537.170	-	120.651	(271.951)	385.870
CERAN	489.765	(228.069)	70.477	(172.400)	159.773
CPFL Transmissão Piracicaba	79.949	-	6.737	(16.388)	70.298
CPFL Transmissão Morro Agudo	5.742	43.900	3.180	(2.352)	50.470
CPFL Renováveis	2.064.778	-	7.875	(1.870)	2.070.783
Total	4.122.767	(275.768)	401.240	(906.005)	3.342.234

A composição do Adiantamento para futuro aumento de capital, é como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Controlada		
Investimento		
CPFL Transmissão Morro Agudo (nota 10.1)	50.000	43.900
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
CPFL Renováveis (*)	300.000	300.000
TOTAL	350.000	343.900

(*) O saldo de adiantamento da controlada CPFL Renováveis do exercício de 2017 foi classificado de Investimentos para adiantamento para futuro aumento de capital, conforme demonstrado na nota 10.1.

Dividendo a receber:

	31/12/2017	31/12/2016
CPFL Sul Centrais Elétricas	4.000	4.000
BAESA	108	89
ENERCAN	21.184	40.983
CERAN	17.619	17.034
Chapecoense	32.734	29.329
CPFL Renováveis	1.870	-
CPFL Transmissão Piracicaba	16.389	10.856
CPFL Transmissão Morro Agudo	2.735	383
Total	96.640	102.676

10.2 - Participação de acionistas não controladores e Controladas em Conjunto

A divulgação da participação em controladas, de acordo com a IFRS 12 e CPC 45, é como segue:

10.2.1 – Movimentação da participação de acionistas não controladores

	CERAN	CPFL Renováveis	Total
Saldo em 31/12/2015	234.271	2.148.491	2.382.762
Participação acionária e no capital votante	35,00%	48,39%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	38.621	(65.311)	(26.691)
Dividendos	(9.172)	(22.751)	(31.923)
Outras movimentações	-	535	535
Saldo em 31/12/2016	263.719	2.060.963	2.324.682
Participação acionária e no capital votante	35,00%	48,40%	
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	37.949	13.720	51.669
Dividendos	(92.832)	(16.620)	(109.452)
Aumento (redução) de capital	(122.806)	16	(122.790)
Saldo em 31/12/2017	86.031	2.058.078	2.144.109
Participação acionária e no capital votante	35,00%	48,40%	

10.2.2 – Informações financeiras resumidas das controladas que têm participação de não controladores

As informações financeiras resumidas das controladas em que há participação de não controladores, em 31 dezembro de 2017 e 2016, são como segue:

	31/12/2017		31/12/2016	
	CERAN	CPFL Renováveis	CERAN	CPFL Renováveis
Ativo circulante	110.566	1.623.645	288.538	1.398.797
Caixa e equivalentes de caixa	37.043	950.215	238.241	908.982
Ativo não circulante	848.445	11.232.357	927.948	11.066.086
Passivo circulante	198.624	1.957.000	121.646	1.313.466
Empréstimos, financiamentos e debêntures	105.844	1.259.105	60.162	889.981
Outros passivo financeiros	12.360	7.258	20.800	85.523
Passivo não circulante	514.583	6.760.025	341.356	6.713.610
Empréstimos, financiamentos e debêntures	422.166	5.251.704	254.732	5.517.890
Outros passivo financeiros	83.766	-	86.624	633
Patrimônio líquido	245.804	4.138.977	753.484	4.437.807
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	245.804	4.032.448	753.484	4.324.589
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	106.529	-	113.218
	2017		2016	
	CERAN	CPFL Renováveis	CERAN	CPFL Renováveis
Receita operacional líquida	321.743	1.959.084	301.179	1.646.589
Custo e despesa operacional	(103.671)	(737.472)	(67.242)	(653.459)
Depreciação e amortização	(45.212)	(617.017)	(48.082)	(553.169)
Receita de juros	30.489	126.041	28.232	112.389
Despesa de juros	(40.202)	(648.571)	(36.485)	(591.626)
Despesa de imposto sobre a renda	(54.099)	(74.125)	(55.596)	(46.311)
Lucro (prejuízo) líquido	108.427	19.645	110.345	(143.706)
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas controladores	108.427	11.484	110.345	(151.900)
Lucro (prejuízo) líquido atribuído aos acionistas não controladores	-	8.162	-	8.195

10.2.3 – Empreendimentos controlados em conjunto

As informações financeiras resumidas dos empreendimentos controlados em conjunto, em 31 dezembro de 2017, e 2016 são como segue:

	31/12/2017				31/12/2016			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Ativo circulante	182.843	124.361	329.721	319.222	405.874	54.703	577.296	257.082
Caixa e equivalentes de caixa	48.695	17.873	116.425	74.741	288.956	18.946	280.083	85.709
Ativo não circulante	1.101.291	1.030.904	2.745.989	531.527	1.174.869	1.117.120	2.892.371	562.462
Passivo circulante	291.010	121.369	426.695	157.343	196.760	116.192	391.402	172.401
Empréstimos, financiamentos e debêntures	140.090	63.154	138.788	34.299	87.560	87.032	137.753	35.555
Outros passivo financeiros	4.085	17.113	67.897	993	7.848	24.119	78.372	62.762
Passivo não circulante	629.850	283.456	1.892.407	242.765	229.085	352.142	2.024.989	259.559
Empréstimos, financiamentos e debêntures	510.874	-	1.172.181	186.373	153.020	63.196	1.292.239	218.891
Outros passivo financeiros	25.115	265.250	716.986	-	26.254	276.600	730.494	28.686
Patrimônio líquido	363.273	750.440	756.608	450.641	1.154.897	703.489	1.053.275	387.584
	2017				2016			
	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa	Enercan	Baesa	Chapecoense	Epasa
Receita operacional líquida	580.430	412.329	829.525	789.402	564.966	239.730	789.732	548.145
Custo e despesa operacional	(273.339)	(265.955)	(186.638)	(518.352)	(137.159)	(76.985)	(140.212)	(328.093)
Depreciação e amortização	(52.773)	(50.621)	(126.811)	(35.640)	(53.888)	(51.429)	(126.770)	(35.075)
Receita de juros	32.849	4.906	24.639	6.102	31.602	9.115	35.113	10.329
Despesa de juros	(31.135)	(27.986)	(183.237)	(26.197)	(36.275)	(23.961)	(125.192)	(23.128)
Despesa de imposto sobre a renda	(88.229)	(25.442)	(123.307)	(39.892)	(121.223)	(20.401)	(106.683)	(28.011)
Lucro (prejuízo) líquido	176.113	47.385	236.570	177.458	240.363	39.405	212.294	126.665
Participação acionária e no capital votante	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%	48,72%	25,01%	51,00%	53,34%

Mesmo detendo mais do que 50% da participação acionária das entidades EPASA e Chapecoense, a Companhia controla em conjunto com outros acionistas estes investimentos. A análise do enquadramento do tipo de investimento está baseada no Acordo de Acionistas de cada empreendimento.

Os empréstimos captados junto ao BNDES pelos empreendimentos controlados em conjunto BAESA e Chapecoense, determinam restrições ao pagamento de dividendos à Companhia acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES.

10.2.4 – Operação controlada em conjunto

A Companhia possui parte dos ativos do aproveitamento Hidrelétrico da Serra da Mesa, localizado no Rio Tocantins, no Estado de Goiás. A concessão e a operação do aproveitamento Hidrelétrico pertencem a Furnas. Por manter estes ativos em operação de forma compartilhada com Furnas (operação controlada em conjunto), ficou assegurada à Companhia a participação de 51,54% da potência instalada de 1.275 MW (657 MW) e da energia assegurada de 671 MW médios (345,4 MW médios), até o ano de 2028.

10.3 - Propriedade para Investimento – Bens de Renda

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Saldo em 31/12/2014 (Não Auditado)	4.675	194.423	89.853	264.861	216	554.028
Custo histórico	4.675	311.406	156.014	470.934	531	943.560
Depreciação acumulada	-	(116.983)	(66.161)	(206.073)	(315)	(389.532)
Depreciação	-	(8.808)	(4.047)	(13.373)	(37)	(26.265)
Saldo em 31/12/2015	4.675	185.615	85.806	251.488	179	527.763
Custo histórico	4.675	311.406	156.014	470.934	531	943.560
Depreciação acumulada	-	(125.791)	(70.208)	(219.446)	(352)	(415.797)
Depreciação	-	(8.808)	(4.045)	(11.279)	(39)	(24.171)
Saldo em 31/12/2016	4.675	176.807	81.761	253.840	176	517.259
Custo histórico	4.675	311.406	156.014	484.565	567	957.227
Depreciação acumulada	-	(134.599)	(74.253)	(230.725)	(391)	(439.968)
Depreciação	-	(8.808)	(4.046)	(14.045)	(31)	(26.931)
Saldo em 31/12/2017	4.675	168.000	77.714	241.275	145	491.809
Custo histórico	4.675	311.406	156.014	486.046	567	958.708
Depreciação acumulada	-	(143.407)	(78.299)	(244.770)	(422)	(466.899)

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros (*)	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Geração	22.115	-	(95)	2.055	(1.627)	22.447	1.960	(15.906)	6.541	6.692
Terrenos	324	-	-	-	-	324	-	-	324	324
Reservatórios, Barragens e Adutoras	3.612	-	-	-	-	3.612	-	(3.001)	611	611
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	2.818	-	-	-	-	2.818	-	(2.371)	448	452
Máquinas e Equipamentos	12.224	-	-	1.819	(1.627)	12.416	1.819	(8.022)	4.393	4.515
Veículos	1.581	-	(95)	231	-	1.717	136	(1.122)	595	589
Móveis e Utensílios	1.556	-	-	4	-	1.560	4	(1.390)	170	202
Subtotal	22.115	-	(95)	2.055	(1.627)	22.447	1.960	(15.906)	6.541	6.692
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Geração	9.304	5.620	-	(2.055)	-	12.869	3.566	-	12.869	9.304
Máquinas e Equipamentos	4.933	5.210	-	(1.728)	-	8.416	3.483	-	8.416	4.933
Outros	4.371	410	-	(327)	-	4.454	83	-	4.454	4.371
Subtotal	9.304	5.620	-	(2.055)	-	12.869	3.566	-	12.869	9.304
Total do Ativo Imobilizado	31.418	5.620	(95)	-	(1.627)	35.316	5.525	(15.906)	19.410	15.995

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Ativo Intangível em Serviço										
Geração	13.335	-	(233)	2.522	-	15.624	2.289	(12.313)	3.310	2.102
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	13.102	-	-	2.522	-	15.624	2.522	(12.313)	3.310	2.102
Outros	233	-	(233)	-	-	-	(233)	-	-	-
Subtotal	13.335	-	(233)	2.522	-	15.624	2.289	(12.313)	3.310	2.102
Ativo Intangível em Curso										
Geração	2.520	526	-	(2.522)	-	525	(1.996)	-	525	2.520
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do Bem Público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	2.520	526	-	(2.522)	-	525	(1.996)	-	525	2.520
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	2.520	526	-	(2.522)	-	525	(1.996)	-	525	2.520
Total do Ativo Intangível	15.855	526	(233)	-	-	16.148	293	(12.313)	3.835	4.622

Teste de redução ao valor recuperável - Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. O resultado de tal avaliação para todos os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

A composição das adições ao ativo imobilizado em curso no exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Outros Gastos	Total
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	58	-	-	58
Máquinas e Equipamentos	3.205	2.002	3	5.210
Veículos	336	8	8	352
Total das Adições	3.599	2.010	12	5.620

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL no 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

**Taxas anuais de depreciação
(%)**

Geração	
Equipamento geral	6,25%
Equipamentos da tomada d'água	3,70%
Estrutura da tomada d'água	2,86%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%
Turbina hidráulica	2,50%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

12. FORNECEDORES

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	85	87
Suprimento de Energia Elétrica	12.956	27.199
Materiais e serviços	4.143	2.334
Total	<u>17.184</u>	<u>29.621</u>

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Encargos		Principal		31/12/2017	31/12/2016
	Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante		
Empréstimos e financiamentos	15.452	128.481	1.290.730	1.434.663	1.434.663	1.760.505
Debêntures	29.966	699.318	1.081.259	1.810.543	1.810.543	2.379.268
(-) Gastos com captação/emissão	-	(1.341)	(1.142)	(2.484)	(2.484)	(4.202)
Total	<u>45.418</u>	<u>826.458</u>	<u>2.370.847</u>	<u>3.242.722</u>	<u>3.242.722</u>	<u>4.135.572</u>

13.1 Encargos de Dívidas, Empréstimos e Financiamentos

	31/12/2017				31/12/2016			
	Circulante		Não Circulante	Total	Circulante		Não Circulante	Total
	Encargos	Principal	Principal		Encargos	Principal	Principal	
Mensuradas ao custo								
Moeda nacional								
Instituições financeiras	12.789	-	617.520	630.309	23.795	-	617.520	641.316
Total ao custo	12.789	-	617.520	630.309	23.795	-	617.520	641.316
Mensuradas ao valor justo								
Moeda estrangeira								
Instituições financeiras	2.663	132.320	679.795	814.778	2.764	325.910	800.109	1.128.783
Marcação a mercado	-	(3.797)	(6.514)	(10.311)	-	260	(9.698)	(9.438)
Total ao valor justo	2.663	128.523	673.281	804.467	2.764	326.170	790.411	1.119.345
Gastos com captação (*)	-	(42)	(71)	(113)	-	(42)	(113)	(155)
Total	15.452	128.481	1.290.730	1.434.663	26.560	326.128	1.407.818	1.760.506

Mensuradas ao custo	31/12/2017	31/12/2016	Remuneração anual	Condições de Amortização	Garantias
Moeda Nacional					
Instituições Financeiras					
Banco do Brasil - Capital de Giro	630.309	641.316	109,5% do CDI	Parcela única em março de 2019	Fiança CPFL Energia
Total Mensuradas ao Custo	630.309	641.316			
Mensuradas ao valor justo					
Moeda Estrangeira					
Instituições Financeiras					
HSBC	-	326.159	US\$ + Libor 3 meses + 1,30% (2)	Parcela única em março de 2017	Aval da CPFL Energia e Nota Promissória
CCB - China Construction Bank	99.443	97.946	US\$ + Libor 3 meses + 1,60% + Comissão 1,40% (3)	Parcela única em julho de 2019	Aval da CPFL Energia e Nota Promissória
Scotiabank	119.314	117.550	US\$ + 3,3703% (3)	Parcela única em julho de 2019	Aval da CPFL Energia e Nota Promissória
Citibank	397.328	391.380	US\$ + Libor 3 meses + 1,41% (3)	3 Parcelas anuais a partir de setembro de 2018	Aval da CPFL Energia e Nota Promissória
CCB - China Construction Bank	33.120	32.624	US\$ + Libor 3 meses + 1,20% + Comissão 1,10% (3)	Parcela única em setembro de 2019	Aval da CPFL Energia e Nota Promissória
Scotiabank	165.572	163.125	US\$ + 3,13% (3)	Parcela única em dezembro de 2019	Aval da CPFL Energia
Marcação a mercado	(10.309)	(9.438)			
Total Moeda Estrangeira - Valor Justo	804.468	1.119.345			
Gastos com captação (*)	(113)	(155)			
Total Consolidado	1.434.664	1.760.506			

(*) Conforme CPC 08/IAS 39, referem-se aos gastos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo. A Companhia e suas subsidiárias possuem swaps convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação taxa de juros em reais, correspondente a: (1) 143,5% do CDI (2) 99% a 109% do CDI (3) 109,1% a 119% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia, em consonância com os CPC's 38 e 39 e IAS 32 e 39, classificaram suas dívidas como (i) outros passivos financeiros (ou mensuradas ao custo amortizado), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 804.467 (R\$ 1.119.345 em 31 de dezembro de 2016).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas de R\$ 10.309 (R\$ 9.438 em 31 de dezembro 2016), foram compensados com as perdas acumuladas obtidas com a marcação de mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 10.478 (R\$ 487 em 31 de dezembro de 2016), contratados para proteção da variação cambial (nota 25), geraram uma perda líquida de R\$ 169 (ganho líquido de R\$ 8.951 em 31 de dezembro de 2016).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
2019	1.164.952
2020	132.292
Subtotal	1.297.244
Marcação a mercado	(6.514)
Total	1.290.730

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão sujeitos a certas condições restritivas, contemplando cláusulas, que requerem da Companhia a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração.

Para os empréstimos contratados, alguns têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

Captações em moeda estrangeira – Citibank, Scotiabank e operação sindicalizada (Lei 4.131)

As captações em moeda estrangeira realizadas através da Lei nº 4.131 estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Companhia a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos, calculados semestralmente.

Os índices exigidos são os seguintes: (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, máximo de 3,75 e (ii) EBITDA dividido pelo resultado financeiro mínimo de 2,25.

A definição de EBITDA, na Companhia, para fins de apuração de covenants, leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela Companhia naquelas empresas (tanto para EBITDA como ativos e passivos).

Diversos empréstimos e financiamentos das controladas diretas e indiretas estavam sujeitos à antecipação de seus vencimentos na ocorrência de quaisquer alterações na estrutura societária da Companhia, exceto se ao menos um dos seguintes acionistas, Camargo Corrêa e Previ permanecesse de forma direta ou indiretamente no bloco de controle da Companhia. Em função da mudança do controle acionário da Companhia, efetivada em janeiro de 2017, foi negociado previamente com os credores do Grupo, a não decretação dos vencimentos antecipados dos referidos empréstimos e financiamentos, os quais passaram a incluir a State Grid International Development Limited ou qualquer entidade controlada direta ou indiretamente pela State Grid Corporation of China como exceção para não antecipação dos seus vencimentos.

Adicionalmente o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2017.

13.2 Encargos de Debêntures e Debêntures

	Quantidade em Circulação	Remuneração anual	Taxa Efetiva a.a.	Condições de Amortização	Garantias	31/12/2017			31/12/2016			
						Encargos circulante	Circulante	Não Circulante	Encargos circulante	Circulante	Não Circulante	
Controladora												
5ª Emissão	Série Única	10.920	CDI + 1,40%	CDI + 1,48%	2 parcelas anuais a partir de junho de 2017	Fiança da CPFL Energia	3.366	546.000	-	12.969	546.000	546.000
6ª Emissão	Série Única	46.000	CDI + 0,75% (1)	CDI + 0,75%	03 Parcelas anuais a partir de agosto de 2018	Fiança da CPFL Energia	13.671	153.318	306.682	23.228	-	460.000
7ª Emissão	Série Única	63.500	CDI + 1,06%	CDI + 1,11%	Parcela única em abril de 2019	Fiança da CPFL Energia	8.978	-	635.000	16.379	-	635.000
8ª Emissão	Série Única	1	IPCA + 5,86% (2)	103,33% do CDI	Parcela única em abril de 2019	Fiança da CPFL Energia	3.401	-	87.905	3.369	-	85.520
9ª Emissão	Série Única	50.000	IPCA+ 5,48%	IPCA+ 5,48%	Parcela única em outubro de 2021	Fiança da CPFL Energia	550	-	51.672	524	-	50.278
Gastos com emissão							-	(1.341)	(1.142)	-	(1.708)	(2.494)
							29.966	697.977	1.080.117	56.470	544.292	1.774.305

A Companhia possui swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a:
(1) 100,15% a 106,9% do CDI
(2) 107% a 107,9% do CDI

O saldo de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim

<u>Ano de vencimento</u>	
2019	876.223
2020	152.383
2021	51.511
Total	1.080.117

programados

Condições restritivas - (5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª emissões)

As debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da Companhia a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Adicionalmente, os referidos contratos de debêntures contêm cláusulas restritivas não financeiras, as quais estão atendidas conforme o último período de apuração. Os principais índices são os seguintes:

Manutenção, pela Companhia, dos seguintes índices: i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75; e ii) EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25.

A definição de EBITDA, para fins de apuração de covenants, a garantidora CPFL Energia leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela controladora CPFL Energia naquelas empresas (tanto para EBITDA como ativos e passivos).

13.3 Composição do Endividamento e Dívida Líquida

	Encargos Circulante e Não Circulante	Principal		31/12/2017	31/12/2016
		Circulante	Não Circulante		
Dívida Bruta	45.418	830.901	2.410.591	3.286.910	4.197.015
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	12.789	-	617.520	630.309	641.316
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	2.663	128.523	673.280	804.467	1.119.345
Debêntures	29.966	699.318	1.081.259	1.810.543	2.379.268
Gastos com Captação	-	(1.384)	(1.213)	(2.597)	(4.357)
Benefício pós emprego	-	986	15.595	16.581	18.962
Derivativos a Pagar	-	3.457	24.149	27.607	42.481
Ativos Financeiros	-	(456.001)	(154.694)	(610.695)	(952.369)
Alta Liquidez	-	(435.567)	-	(435.567)	(789.512)
Derivativos a Receber	-	(20.434)	(54.236)	(74.670)	(162.857)
Coligadas e controladas	-	-	(100.458)	(100.458)	-
Dívida Líquida	45.418	374.900	2.255.897	2.676.214	3.244.646

14. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados.

14.1 Características

Atualmente vigora para os funcionários da Companhia um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:

- c) Plano de Benefício Definido (“BD”) – vigente até 31 de outubro de 1997 – plano de benefício salgado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- d) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
- Os Benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
 - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

14.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	110.801	108.486
Valor justo dos ativos do plano	<u>(94.379)</u>	<u>(89.533)</u>
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	<u>16.423</u>	<u>18.954</u>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	Passivo	
	2017	2016
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	108.486	90.609
Custo do serviço corrente bruto	73	76
Juros sobre obrigação atuarial	11.431	11.184
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	14	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(372)	14.909
Benefícios pagos no ano	(8.831)	(8.292)
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	110.801	108.486

	Ativo	
	2017	2016
Valor justo dos ativos dos planos no início do exercício	(89.533)	(80.332)
Rendimento esperado no ano	(9.437)	(9.582)
Contribuições de patrocinadoras	(753)	(843)
Perda (ganho) atuarial	(3.487)	(7.068)
Benefícios pagos no ano	8.831	8.292
Valor justo dos ativos dos planos no final do exercício	(94.379)	(89.533)

14.3 Movimentação do passivo registrado

As movimentações ocorridas no exercício foram as seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Passivo atuarial líquido no início do exercício	18.954	10.277
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	2.067	1.677
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(753)	(841)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	14	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(372)	7841
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(3.487)	
Passivo atuarial líquido no final do exercício	16.423	18.954
Outras contribuições	158	8
Total	16.581	18.962
Circulante	986	460
Não circulante	15.595	18.502

14.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2018 estão estimadas no montante de R\$ 1.826.

Os benefícios esperados a serem pagos pela Fundação CESP nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

<u>Ano de pagamento</u>	
2018	9.010
2019	9.252
2020	9.572
2021	9.829
2022 a 2027	<u>63.274</u>
Total	<u>100.937</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 9,4 anos.

14.5 Reconhecimento das despesas com entidade de previdência privada:

A estimativa do atuário externo para as despesas a serem reconhecidas no exercício de 2018 e as despesas reconhecidas em 2017, são como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
	<u>Estimadas</u>	<u>Realizadas</u>
Custo do serviço	78	73
Juros sobre obrigações atuariais	10.109	11.431
Rendimento esperado dos ativos do plano	<u>(8.634)</u>	<u>(9.437)</u>
Total da despesa	<u>1.553</u>	<u>2.067</u>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	9,51% a.a.	10,99% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	9,51% a.a.	10,99% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,08% a.a.	7,00% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,0% a .a.	5,0% a .a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para a determinação das taxas nominais acima):	4,0% a .a.	5,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012 100% na primeira	ExpR_2012* 100% na primeira
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	elegibilidade a um benefício pelo Plano	elegibilidade a um benefício pelo Plano

* Experiência FUNCESP, agravada em 40%.

14.6 Ativos do plano

A tabela abaixo demonstra a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, administrados pela Fundação CESP. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2018, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2017.

A composição dos ativos administrados pelos planos é como segue:

	2017	2016
Renda fixa	77%	79%
Títulos públicos federais	53%	60%
Títulos privados (instituições financeiras)	4%	6%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	2%	1%
Outros investimentos de renda fixa	17%	12%
Renda variável	15%	14%
Ações da CPFL Energia	0%	8%
Fundos de investimento em ações	15%	6%
Investimentos estruturados	3%	1%
Fundos de investimento multimercado	3%	1%
Cotados em mercado ativo	94%	94%
Imóveis	3%	3%
Operações com participantes	1%	1%
Outros ativos	1%	1%
Depósitos judiciais e outros	1%	1%
Não cotados em mercado ativo	6%	6%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano. O valor justo das ações apresentadas na linha "Ações da controladora CPFL Energia" em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 372 e (R\$ 8.302 em 31 de dezembro de 2016).

	Meta 2018
Renda Fixa	72,8%
Renda variável	18,7%
Imóveis	3,2%
Empréstimos e financiamentos	1,3%
Investimentos estruturados	2,6%
Investimentos no exterior	1,5%
	100,0%

A meta de alocação para 2018 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Fundação CESP efetuada ao final de 2017 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2018, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. A Fundação CESP realiza estudos de *Asset Liability Management* (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos, ou “ALM”) no mínimo uma vez ao ano, para um horizonte superior a 10 anos. O estudo de ALM representa também importante ferramenta para a gestão do risco de liquidez dos planos previdenciários, posto que considera o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos.

A base utilizada para determinar as premissas do retorno geral estimado sobre os ativos é suportada pelo ALM. As principais premissas são projeções macroeconômicas pelas quais são obtidas as rentabilidades esperadas de longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais dos planos de benefícios. O ALM processa a alocação média ideal dos ativos do plano para o longo prazo e, baseado nesta alocação e nas premissas de rentabilidade dos ativos, é apurada a rentabilidade estimada para o longo prazo.

14.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial conforme CPC 33 / IFRS 19.

Abaixo temos demonstrados os efeitos na obrigação de benefício definido caso a taxa de desconto fosse 0,25 pontos percentuais mais baixos (alta) e caso a tábua de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano:

	<u>Aumento (redução)</u>	<u>Aumento (redução) total da obrigação do benefício definido</u>
Taxa de desconto nominal*	-0,25 p.p.	2.652
	+0,25 p.p.	(2.542)
Tábua de biométrica de mortalidade**	+1 ano	(2.334)
	-1 ano	2.296

* A premissa utilizada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 9,51% a.a. para todas as empresas. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 9,26% a.a. e 9,76% a.a..

** A premissa utilizada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10) para a CPFL Geração. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

14.8 Risco de investimento

Os planos de benefícios da Companhia possuem a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que

são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

Os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação CESP o que ocorre ao menos trimestralmente.

Além do controle do risco de mercado através da metodologia da divergência não planejada exigida pela legislação, a Fundação CESP utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: VaR, *Tracking Risk*, *Tracking Error* e *Stress Test*.

A Política de Investimentos da Fundação CESP impõe restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

15. TRIBUTOS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Circulante</u>		
Programa de integração social - PIS	907	980
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4.179	4.514
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	486	12.823
Imposto sobre operações financeiras - IOF	435	-
Outros	568	554
Total	<u>6.575</u>	<u>18.872</u>

16. PROVISÕES PARA LITÍGIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais e cauções	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais e cauções
Trabalhistas				
Diversos	359	128	690	357
Cíveis				
Diversos	-	-	-	58
Fiscais				
Outras	8.211	442	5.218	312
Total	8.570	570	5.908	728

As movimentações da provisão para riscos e depósitos judiciais estão demonstradas a seguir:

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2017
Trabalhistas	690	31	(121)	(261)	20	359
Fiscais	5.218	2.404	-	(17)	606	8.211
Provisões para litígios	5.908	2.434	(121)	(278)	626	8.570

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Nas provisões para riscos fiscais, as adições durante o exercício de 2016, referem-se substancialmente a discussões sobre a incidência de PIS e COFINS sobre receitas financeiras, cujos saldos estavam classificados anteriormente em tributos a recolher.

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estavam assim representadas:

	31/12/2017	31/12/2016	Principais causas
Trabalhistas	49	77	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade, horas extras, dentre outros
Cíveis	25.150	22.493	Danos pessoais e impactos ambientais
Fiscais	1.134.699	1.042.273	Ações de cobrança retroativas de impostos de PIS, COFINS, ISS, CSLL e IRPJ
Regulatórias	472	123	Cobrança de encargo de serviços do sistema - ESS, prevista na Resolução CNPE nº0:
Total	1.160.369	1.064.966	

Em relação aos processos fiscais, no final de dezembro de 2016 a companhia recebeu 2 (dois) autos de infração que, somados remontam o valor de R\$ 316.372 relativos à cobrança de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL relativo ao anos-calendário 2011, apurado sobre suposto ganho de capital identificado na aquisição da ERSÁ Energias Renováveis S.A. e de apropriação de diferenças da reavaliação a valor justo da SMITA Empreendimentos e Participações S.A., empresa adquirida de forma reversa, os quais a Administração da Companhia, suportada por seus consultores jurídicos externos, classificou que as chances de êxito são possíveis.

Está incluso nos processos cíveis, uma ação em que a Companhia em conjunto com Furnas, é citada como ré no qual solicita-se que as referidas empresas promovam medidas reparadoras e mitigadoras relativas aos impactos ambientais causados pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Serra da Mesa, cujo montante atribuível à Companhia é estimado em R\$ 25.137 (R\$ 22.482 de 31 de dezembro de 2016).

No tocante às contingências trabalhistas, a Companhia informa que há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho (“TR”) pelo IPCA-E. A Suprema Corte considerou que a decisão do TST conferiu interpretação extensiva ilegítima e descumpriu a modulação de efeitos de precedentes anteriores, além de usurpar sua competência para decidir matéria constitucional. Diante de tal decisão, e até que haja nova decisão publicada pelo STF, continua válido o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho (“TR”), o qual tem sido reconhecido pelo TST em decisões recentes. Desta forma, a Administração da Companhia considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos. Adicionalmente, de acordo com a Lei n.º 13.467, de 11 de novembro de 2017, a TR é o índice de correção da Justiça do Trabalho a partir da vigência da norma.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A CPFL Energia detém 100% do capital social da Companhia, representado por 205.492.020 mil ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

17.1 – Reserva de capital

O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 239.691, que compreende: i) R\$ 59.238, referente a variações de participação societária na CPFL Renováveis em decorrência do lançamento de ações e ii) R\$ 180.453 pela combinação de negócios com a DESA. De acordo com o ICPC 09 (R2) e IFRS 10 / CPC 36, estes efeitos foram reconhecidos como transações entre acionistas e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido.

17.2 – Reserva de lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 601.365, que compreende: i) Reserva Legal de R\$ 136.010, ii) Reserva de Lucros a Realizar de R\$ 157.852 e iii) Reserva de reforço de capital de giro R\$ 307.503.

17.3 – Resultado abrangente acumulado – custo atribuído

O resultado abrangente acumulado é composto por:

- (iii) Custo atribuído: Refere-se ao registro da mais valia do custo atribuído ao imobilizado, no montante de R\$ 391.163;
- (iv) Entidade de previdência privada: o saldo devedor de R\$ 20.537 (líquido de imposto de renda e contribuição social) corresponde aos efeitos registrados diretamente em resultados abrangentes, de acordo com o IAS 19 / CPC 33 (R2).

17.4 – Dividendo

Na AGO de 04 de abril de 2017 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2016 na forma de dividendo adicional proposto no montante R\$ 186.947.

Conforme previsto em Estatuto Social da Companhia e com base nos resultados de 2017, a Administração da Companhia aprovou, em 12 de dezembro de 2017, a declaração de dividendo intermediário, no montante de R\$ 196.500.

Foram pagos em 2017 o montante de R\$ 779.533 sendo: i) R\$ 163.107 relativos a dividendo adicional de 2015, ii) R\$ 232.980, relativos a dividendos intermediários de 2016, iii) R\$ 186.947 relativos ao dividendo adicional de 2016; e iv) R\$ 196.500 relativos ao dividendo intermediário do exercício de 2017.

17.5 – Destinação do lucro líquido societário do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

Para este exercício, a Administração da Companhia está propondo a distribuição do saldo de lucros acumulados na forma juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 115.895 e constituição de reserva de reforço de capital de giro no montante de R\$ 307.503.

A proposta de destinação do lucro líquido societário do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

Lucro líquido societário do exercício	594.026
Realização do resultado abrangente	25.873
Lucro líquido societário - base para destinação	619.899
Dividendo intermediário	(196.500)
Base para destinação	423.399
Constituição da reserva de reforço de capital de giro	(307.503)
Juros sobre o capital próprio - proposto	(115.896)

A Companhia não está constituindo Reserva Legal, por ter ultrapassado o limite estabelecido na legislação societária vigente.

18. RECEITA / INGRESSO

	GWh		R\$ mil	
	2017	2016 (*)	2017	2016
Suprimento de energia elétrica				
Furnas Centrais Elétricas S.A.	3.026	3.034	565.592	533.022
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	834	842	206.790	193.805
Energia elétrica de curto prazo	1	3	156	117
Total da receita / ingresso	3.861	3.879	772.538	726.944

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

19. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	GWh		R\$ mil	
	2017	2016 (*)	2017	2016
<u>Energia comprada para revenda</u>				
Energia de curto prazo	-	-	1	4
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	835	839	90.217	70.894
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(8.345)	(6.558)
Subtotal	835	839	81.873	64.340
<u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u>				
Encargos de uso do sistema de distribuição			1.031	854
Encargos de serviço do sistema - ESS			-	1
Crédito de PIS e COFINS			(95)	(79)
Subtotal			936	775
Total			82.809	65.115

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

20. PESSOAL E ADMINISTRADORES

Pessoal e Administradores	2017	2016
Pessoal		
Remuneração	16.559	13.637
Encargos	4.265	3.688
Previdência privada - Corrente	893	799
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	2.067	1.677
Programa de demissão voluntária	10	129
Despesas rescisórias	351	623
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	2.819	1.807
Outros benefícios - Corrente	1.794	1.529
Outros (a)	59	1.548
Subtotal	28.816	25.439
Administradores		
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	3.695	2.546
Benefícios dos administradores	1.674	1.513
Subtotal	5.369	4.060
Total	34.184	29.499

(a) Capitalização de despesas com pessoal para ordens de investimentos "ODI"

21. RESULTADO FINANCEIRO

	2017	2016
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	45.329	70.996
Acréscimos e multas moratórias	152	0
Atualização de créditos fiscais	282	2.410
Atualização de depósitos judiciais	42	62
Atualizações monetárias e cambiais	19.751	67.986
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(2.387)	(3.680)
Outros	5.516	5.723
Total	68.684	143.436
Despesas		
Encargos de dívidas	(316.818)	(441.883)
Atualizações monetárias e cambiais	(71.854)	(62.630)
Outros	(3.390)	(3.876)
Total	(392.062)	(508.389)
Resultado Financeiro	(323.378)	(364.953)

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos dos ganhos e perdas com instrumentos derivativos, sendo apurado uma perda no montante de R\$ 46.973 em 2017 (R\$ 76.346 de ganho em 2016), conforme detalhe na nota 25.

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador a CPFL Energia, que tem como acionistas controladores as seguintes companhias:

- **State Grid Brazil Power Participações S.A.**

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- **ESC Energia S.A.**

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

As participações diretas e indiretas em controladas operacionais estão descritas na nota 1.2.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- e) **Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Companhia como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Companhia.
- f) **Intangível, imobilizado, materiais e prestação de serviços** - Referem-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e geração, e contratação de serviços como construção civil e consultoria em informática.
- g) **Adiantamentos** – Referem-se a adiantamentos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento.
- h) **Contrato de mútuo** – Refere-se a contratos realizados com a coligada CPFL Paulista de Força e Luz, cujas condições contratuais eram de 110,0% do CDI, liquidado em 2018.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos respectivos empregados. Este plano detém investimentos em ações da controladora CPFL Energia (nota 14).

Para zelar para que as operações comerciais com partes relacionadas sejam realizadas em condições usuais de mercado, a controladora, CPFL Energia, possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, que analisa as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Companhia renegociou, para pagamento em janeiro de 2018, o vencimento de faturas de compra de energia com os empreendimentos controlados em conjunto, Baesa e Ceran, cujos vencimentos originais eram 15 de novembro e 15 de dezembro de 2017.

A remuneração total do pessoal-chave da administração para o exercício de 2017, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008, foi de R\$ 14.918 (R\$ 12.604 em 2016). Este valor é composto por R\$ 13.782 (R\$ 11.895 em 2016) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 154 (R\$ 150 em 2016) de benefícios pós-emprego e reversão de provisão de R\$ 982 (reversão de provisão de R\$ 559 em 2016) de outros benefícios em 2017, valores registrados pelo regime de competência.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto, até o encerramento do exercício, são como segue:

22.1) Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia, entidades sob o controle comum ou influência significativa:

	ATIVO	PASSIVO	RECEITA	DESPESA
	31/12/2017	31/12/2017	2017	2017
Empresas				
Dividendos/Juros sobre o capital próprio				
ENERCAN - Campos Novos Energia	21.184	-	-	-
BAESA - Energética Barra Grande	108	-	-	-
Chapecoense Geração	32.734	-	-	-
Materiais, prestação de serviços				
BAESA - Energética Barra Grande	152	-	1.819	-
ENERCAN - Campos Novos Energia	152	-	1.819	-
Chapecoense Geração S.A.	2	-	2.143	-
Outros				
Instituto CPFL	-	-	-	470
Compra e venda de energia e encargos				
BAESA –Energética Barra Grande S.A.	-	12.751	-	84.211

Empresas	ATIVO	PASSIVO	RECEITA	DESPESA
	31/12/2016	31/12/2016	2016	2016
Saldo Bancário e Aplicação Financeira				
Banco do Brasil S.A.	58	-	21	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures				
Banco do Brasil S.A.	-	1.392.314	-	105.476
Outras Operações Financeiras				
Banco do Brasil S.A.	-	30	9	-
Venda de energia				
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	53	-	-	-
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA	52	-	-	-
Estaleiro Atlântico Sul S.A.	-	-	1	-
Material e Prestação de Serviço				
TOTVS S.A.	-	-	-	1
Dividendos/Juros sobre o capital próprio				
ENERCAN - Campos Novos Energia	40.983	-	-	-
BAESA - Energética Barra Grande	89	-	-	-
Chapecoense Geração	29.329	-	-	-
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	-	-
Materiais, prestação de serviços				
EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	(4)	2	-	-
BAESA - Energética Barra Grande	218	6	1.880	-
ENERCAN - Campos Novos Energia	152	2	1.880	-
Chapecoense Geração S.A.	-	-	1.822	-
Compra e venda de energia e encargos				
BAESA –Energética Barra Grande S.A.	-	-	-	65.274

22.2) Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como segue:

	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016	2017	2016	2017	2016
Empresas								
Alocação de despesas entre empresas								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	(390)	(387)
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	2.110	2.170
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	926	797
Companhia Luz e Força Santa Cruz	-	-	-	-	-	-	(29)	(27)
Companhia Leste Paulista de Energia	-	-	-	-	-	-	(9)	(8)
Companhia Sul Paulista de Energia	-	-	-	-	-	-	(11)	(11)
Companhia Jaguari de Energia	-	-	-	-	-	-	(6)	(6)
Companhia Luz e Força de Mococa	-	-	-	-	-	-	(5)	(5)
Rio Grande Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	(129)	(155)
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	(147)	(137)
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	-	-	-	-	-	-	(56)	(53)
Nect Serviços Adm. Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-
TI Nect Serv. Inform. Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Transm. Morro Agudo	-	(59)	-	-	-	-	-	-
Arrendamento e Aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	233	217
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda	4.000	4.000	-	-	-	-	-	-
CPFL Transm. Piracicaba AS	16.389	7.721	-	-	-	-	-	-
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas	17.619	17.034	-	-	-	-	-	-
CPFL Energia S/A	-	-	-	298.651	-	-	-	-
CPFL Transm. Morro Agudo	2.735	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Renováveis	1.870	-	-	-	-	-	-	-
AFAC								
CPFL Renováveis	300.000	300.000	-	-	-	-	-	-
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	50.000	43.900	-	-	-	-	-	-
Coligadas, controladas e controladora								
Acionistas não controladores da CPFL Renováveis	8.612	9.067	-	-	-	-	-	-
Contrato de Mútuo								
Companhia Paulista de Força e Luz	100.458	-	-	-	29	-	-	-
Materiais, prestação de serviços								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	39	35	7	2	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	39	39	217	427	-	-	26	5
Companhia Piratininga de Força e Luz	37	17	78	73	-	-	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	3	2	-	-	-	-	-	-
Companhia Leste Paulista de Energia	1	1	-	-	-	-	-	-
Companhia Sul Paulista de Energia	1	1	-	-	-	-	-	-
Companhia Jaguari de Energia	1	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande Energia S.A.	14	11	4	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A.	5	4	-	-	-	-	-	-
Nect Serviços Adm. Ltda.	3	-	106	51	-	-	669	610
TI NECT Serv. Inform. LTDA	-	-	65	54	-	-	540	655
CPFL Energia S.A.	13	10	-	-	-	-	-	-
CERAN - Companhia Energética Rios das Antas	5	-	-	-	1.669	1.626	-	-
CPFL Renováveis	-	1.577	-	-	-	-	-	-
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	269	510	476	-	-	6.006	5.619
Companhia Paulista de Força e Luz	73.658	69.908	-	-	134.779	126.879	-	-
Companhia Piratininga de Força e Luz	17.502	17.565	-	-	67.091	62.209	-	-
Companhia Luz e Força Santa Cruz	1	1	-	-	-	1	-	-
Companhia Leste Paulista de Energia	-	-	-	-	-	-	962	828
Companhia Jaguari de Energia	-	-	-	26.865	-	-	72	73
Rio Grande Energia S.A.	12	13	-	-	(1)	12	-	-
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	-	-	-	-	1	-	-	-

23. SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativo Imobilizado	Incêndio, raio, explosão, quebra de máquinas, danos elétricos e risco de engenharia	1.198.641
Automóveis	Cobertura compreensiva	537
Responsabilidade civil	Distribuidoras de energia elétrica	50.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	7.335
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	158.000
Total		1.414.513

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

24. GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem a geração de energia elétrica.

Estrutura do gerenciamento de risco

No Grupo CPFL, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento, Diretoria Executiva, Gerência de Auditoria Interna e Riscos Corporativos e áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve o modelo de gestão de riscos assim como as atribuições de cada agente.

Compete ao Conselho de Administração da controladora CPFL Energia deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los. Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis regulatórias aos quais o Grupo CPFL está exposto bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação.

A Gerência de Auditoria Interna e Riscos Corporativos é responsável pela coordenação do processo de gestão de riscos no Grupo CPFL, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais o Grupo CPFL está exposto.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira ou reduzindo parcela de receita decorrente da correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar, dos contratos de venda de energia do empreendimento controlado em conjunto, ENERCAN. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A exposição relativa à receita da ENERCAN, proporcional a participação detida pela Companhia, está protegida com a contratação de instrumento financeiro do tipo *zero cost collar*, descrito na nota 25.b1. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 25.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 25.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco quanto à escassez de energia: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

As condições de armazenamento do Sistema Interligado Nacional (“SIN”) permitiram a geração de energia ao longo de 2017 sem riscos de abastecimento, apesar do nível baixo do armazenamento no subsistema Nordeste. A melhora da condição do armazenamento do SIN, associada à entrada em operação de novas unidades geradoras hidrelétricas na região Norte e a disponibilidade de geração termelétrica, reduzem de forma importante a probabilidade de cortes de carga por razões energéticas.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela

Administração, a Companhia e suas controladas utilizam-se de sistema de *software* (Luna e Bloomberg), tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia e suas controladas têm a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria	Mensuração	Nível(*)	31/12/2017		31/12/2016	
					Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo								
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 1	692	692	582.964	582.964
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	(2)	Nível 2	434.875	434.875	206.548	206.548
Derivativos	25	(a)	(2)	Nível 2	22.612	22.612	105.142	105.142
Derivativos - zero-cost collar	25	(a)	(2)	Nível 3	52.058	52.058	57.715	57.715
					510.237	510.237	952.369	952.369
Passivo								
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	13	(b)	(1)	Nível 2 (***)	630.309	629.348	641.316	635.350
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	13 (**)	(a)	(2)	Nível 2	804.354	804.354	1.119.190	1.119.190
Debêntures - principal e encargos	13	(c)	(1)	Nível 2 (***)	1.808.060	1.814.017	2.375.067	2.337.417
Derivativos	25	(b)	(2)	Nível 2	27.606	27.606	42.480	42.480
					3.270.329	3.275.325	4.178.053	4.134.437

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 872 em 2017 (uma perda de R\$ 2.890 em 2016).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1) / IFRS 7

Legenda

Categoria:

- (a) - Valor justo contra o resultado
(b) - Outros passivos financeiros

Mensuração:

- (1) - Mensurado ao custo amortizado
(2) - Mensurado ao valor justo

Os instrumentos financeiros cujos valores registrados se aproximam dos valores justos na data destas demonstrações contábeis regulatórias, devido à natureza destes saldos, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) coligadas, controladas e controladora, (iii) ativo financeiro da concessão das transmissoras e, (iv) cauções, fundos e depósitos vinculados, (v) serviços prestados a terceiros, e (vi) convênios de arrecadação;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) uso do bem público, (iv) consumidores e concessionárias a pagar, (v) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (vi) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, e (vii) contas a pagar de aquisição de negócios.

Adicionalmente, não houve em 2016 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

O CPC 40 (R1) e IFRS 7 requerem a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) e IFRS 7 também definem informações observáveis como dados de mercado obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes são dados não observáveis de mercado.

Adicionalmente, as principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo do derivativo “*zero-cost collar*”, cuja classificação de hierarquia de valor justo é Nível 3, estão divulgadas na nota 25 b.1.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge*) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos, adicionalmente, a Companhia contratou em 2015, derivativo do tipo *zero-cost collar* (vide item b.1 abaixo).

Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possui prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas (nota 13), e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo. As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia detinha as seguintes operações de swap, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia / Empresa / Contrapartes	Valores de mercado (contábil)			Valores a custo, líquidos	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador	Vencimento final	Nocional	Mercado de negociação
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos						
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo:									
<i>Hedge variação cambial:</i>									
CPFL Geração									
Votorantim	-	(5.339)	(5.339)	(5.316)	(23)	dólar	06/2019	104.454	balcão
Scotiabank	-	(2.070)	(2.070)	(2.355)	286	dólar	07/2019	117.036	balcão
Citibank	-	(10.985)	(10.985)	(613)	(10.372)	dólar	09/2020	397.320	balcão
Bradesco	-	(103)	(103)	433	(536)	dólar	09/2019	32.636	balcão
Scotiabank	-	(9.110)	(9.110)	(9.278)	167	dólar	12/2019	174.525	balcão
Subtotal	-	(27.607)	(27.607)	(17.129)	(10.478)				
Derivativos de proteção de dívidas não designadas a valor justo:									
<i>Hedge variação cambial:</i>									
JP Morgan	-	-	-	-	-	dólar	12/2018	-	balcão
<i>Hedge variação índice de preços:</i>									
Santander	10.263	-	10.263	8.344	1.919	IPCA	04/2019	35.235	balcão
JP Morgan	10.263	-	10.263	8.344	1.919	IPCA	04/2019	35.235	balcão
Subtotal	20.525	-	20.525	16.688	3.837				
<i>Hedge variação de taxa de juros (1):</i>									
Votorantim	2.088	-	2.088	403	1.685	CDI	08/2020	460.000	balcão
<i>Outros derivativos (2):</i>									
Itaú	18.126	-	18.126	-	18.126	dólar	09/2020	19.975	balcão
Votorantim	14.948	-	14.948	-	14.948	dólar	09/2020	19.975	balcão
Santander	18.984	-	18.984	-	18.984	dólar	09/2020	25.248	balcão
Subtotal	52.058	-	52.058	-	52.059				
Total	74.670	(27.607)	47.064	(38)	47.102				
Circulante	20.434	(3.457)							
Não circulante	54.236	(24.149)							
Total	74.670	(27.607)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 15 e 16.

⁽¹⁾ Os swaps para hedge de taxa de juros possuem validade semestral, assim o valor nocional reduz-se conforme ocorre a amortização da dívida.

⁽²⁾ Devido às características deste derivativo (zero-cost collar), o nocional está apresentado em dólar norte americano.

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2017 e 2016, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado, registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda)	
	2017	2016
Varição de taxas de juros	852	3.161
Varição cambial	(41.793)	(145.933)
Marcação a mercado	(6.033)	66.425
	(46.973)	(76.346)

b.1) Contratação de derivativo pela CPFL Geração (zero-cost collar)

Em 2015, a CPFL Geração contratou operação de compra de opções de venda (*put options*) e venda de opções de compra (*call options*) em dólar, ambas tendo a mesma instituição como contraparte, e que combinadas caracterizam uma operação usualmente conhecida como *zero-cost collar*. A contratação desta operação não apresenta caráter especulativo, tendo como objetivo minimizar eventuais impactos negativos na receita futura do empreendimento controlado em conjunto ENERCAN, que possui contratos de venda de energia com correção anual de parte da tarifa baseada na variação do dólar. Adicionalmente, na visão da Administração, o cenário em 2015 estava favorável para contratação deste tipo de instrumento financeiro, considerando a alta volatilidade implícita nas opções de dólar e o fato de que não há custo inicial para este tipo de operação.

O montante total contratado foi de US\$ 111.817, com vencimentos entre 1º de outubro de 2015 a 30 de setembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2017 o montante total contratado é de US\$ 65.197, consideradas as opções já liquidadas até esta data. Os preços de exercício das opções de dólar variam de R\$4,20 a R\$4,40 para as *put options* (opções de venda) e de R\$ 5,40 a R\$7,50 para as *call options* (opções de compra).

Estas opções foram mensuradas a valor justo de forma recorrente conforme requerimentos do IAS 39/CPC 38. O valor justo das opções que são parte desta operação foi calculado com base nas seguintes premissas:

Técnica(s) de avaliação e informações-chave	Foi utilizado o Modelo de Black Scholes de Precificação de Opções, o qual visa obter o preço justo das opções, envolvendo as seguintes variáveis: valor do ativo objeto, preço de exercício da opção, taxa de juros, prazo e volatilidade.
Informações não observáveis significativas	Volatilidade determinada com base nos cálculos da precificação média do mercado, dólar futuro e outras variáveis aplicáveis a essa operação em específico, com variação média de 19,65%.
Relação entre informações não observáveis e valor justo (sensibilidade)	Um pequeno aumento na volatilidade no longo prazo, analisado isoladamente, resultaria em um aumento não significativo do valor justo. Se a volatilidade fosse 10% mais alta e todas as outras variáveis fossem mantidas constantes, o valor contábil líquido (ativo) reduziria em R\$ 477, resultando em um ativo líquido de R\$ 51.581.

Apresentamos abaixo quadro de conciliação dos saldos iniciais e saldos finais das opções de compra e venda para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, conforme requerido pelo IFRS 13/CPC 46:

	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015	8.820	(2.440)	6.380
Mensuração a valor justo	65.546	2.440	67.986
Recebimento líquido de caixa pela liquidação dos fluxos	(16.651)	-	(16.651)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	57.715	-	57.715
Mensuração a valor justo	16.715	-	16.715
Recebimento líquido de caixa pela liquidação dos fluxos	(22.372)	-	(22.372)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	52.058	-	52.058

A mensuração ao valor justo destes instrumentos financeiros foi reconhecida no resultado do exercício na rubrica receita financeira, não tendo sido reconhecidos quaisquer efeitos em outros resultados abrangentes.

c) Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008, a Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI e IPCA), conforme demonstrado:

c.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2017 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Redução (aumento)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(804.467)		(36.357)	173.849	384.055
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	815.105		36.837	(176.148)	(389.134)
	10.638	baixa dólar	480	(2.299)	(5.079)
Total	10.638		480	(2.299)	(5.079)

Instrumentos	Exposição (US\$ mil) (a)	Risco	Redução (aumento)		
			Depreciação cambial (b)	Depreciação cambial de 25% (c)	Depreciação cambial de 50% (c)
Derivativos zero-cost collar	65.197 (d)	alta dólar	(56.138)	(80.491)	(104.844)

(a) A taxa de cambio considerada em 31.12.2017 foi de R\$ 3,31 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., sendo a taxa de cambio considerada R\$ 3,46, e a depreciação cambial de 4,52%, referente ao dólar.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A.

(d) Devido às características deste derivativo (zero cost collar) o nocional está apresentado em dólar norte-americano.

Em função da exposição cambial líquida do dólar ser um ativo, o risco é baixa do dólar e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

c.2) Variação das taxas de juros

Supondo: (i) que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2017 fosse mantido, e (ii) que os respectivos indexadores anuais acumulados nos últimos 12 meses, para esta data base, permaneçam estáveis (CDI 6,89% a.a. e IPCA 2,76% a.a.), os efeitos que seriam registrados nas demonstrações contábeis regulatórias para os próximos 12 meses seriam uma despesa financeira líquida de R\$ 185.744 (CDI R\$ 184.404 e IPCA de R\$ 1.340). Caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o valor da despesa financeira seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Cenário provável (a)	Redução (aumento)	
				Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	535.980		(429)	8.696	17.821
Instrumentos financeiros passivos	(2.297.324)		1.838	(37.274)	(76.386)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(915.048)		732	(14.847)	(30.425)
	(2.676.392)	alta CDI	2.141	(43.425)	(88.990)
Instrumentos financeiros passivos	(143.528)		(1.593)	(2.982)	(4.370)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	94.949		1.054	1.973	2.891
	(48.579)	alta IPCA	(539)	(1.009)	(1.479)
Total	(2.724.971)		1.602	(44.434)	(90.469)

(a) Os índices de CDI e IPCA considerados de: 6,81% e 6,86% respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/08, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

d) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2017, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2017	Nota explicativa	Média ponderada das taxas de juros	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Total
Fornecedores	12		13.452	3.732	-	-	-	17.184
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	13	7,39%	2.643	32.925	193.211	1.364.836	-	1.593.616
Derivativos	25		15	104	4.528	25.244	-	29.892
Debêntures - principal e encargos	13	7,85%	-	19.279	798.683	1.104.417	56.837	1.979.216
Encargos Setoriais	13		17.523	-	-	-	-	17.523
Consumidores e concessionárias			29	-	-	-	-	29
EPE / FNDCT / PROCEL			2	-	-	-	-	2
Total			33.666	56.040	996.422	2.494.497	56.837	3.637.462

26. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

26.1. Balanço Patrimonial

Notas	31/12/2017				31/12/2016			
	Regulatório	Reclassificações (a)	Ajustes (b.1)	Societário	Regulatório	Reclassificações (a)	Ajustes (b.1)	Societário
Ativo								
Ativo Circulante	763.399	-	-	763.399	1.197.798	-	-	1.197.798
Caixa e Equivalentes de Caixa	435.567	-	-	435.567	789.512	-	-	789.512
Concessionárias e Permissionárias	155.298	-	-	155.298	149.072	-	-	149.072
Dividendo	96.640	-	-	96.640	102.676	-	-	102.676
Tributos Compensáveis	29.175	-	-	29.175	19.282	-	-	19.282
Instrumentos Financeiros Derivativos	20.434	-	-	20.434	126.941	-	-	126.941
Outros Ativos Circulantes	26.284	-	-	26.284	10.316	-	-	10.316
Ativo Não Circulante	4.515.830	(8.979)	618.133	5.124.984	5.198.915	(1.983)	642.480	5.839.410
Concessionárias e Permissionárias	28.090	-	-	28.090	28.090	-	-	28.090
Depósitos Judiciais e Cauções	570	-	-	570	728	-	-	728
Tributos Diferidos	8.979	(8.979)	-	-	1.983	(1.983)	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	54.236	-	-	54.236	35.916	-	-	35.916
Coligadas e controladas	100.458	-	-	100.458	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	300.000	-	-	300.000	-	-	-	-
Outros Ativos Não Circulantes	134	-	-	134	3.483	-	-	3.483
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	3.997.669	(1.172.811)	618.805	3.443.663	5.108.098	(1.244.555)	643.231	4.506.774
Participações Societárias Permanentes	3.402.873	-	40.789	3.443.663	4.477.887	-	28.887	4.506.774
Propriedade para Investimento - Bens de Renda	491.809	(1.069.825)	578.016	-	517.259	(1.131.603)	614.344	-
Ágio de Incorporação	102.986	(102.986)	-	-	112.953	(112.953)	-	-
Imobilizado	19.410	1.069.825	(631)	1.088.604	15.995	1.131.603	(710)	1.146.888
Intangível	3.835	102.986	(41)	106.780	4.622	112.953	(41)	117.533
Total do Ativo	5.279.228	(8.979)	618.133	5.888.381	6.396.713	(1.983)	642.480	7.037.210

Notas	31/12/2017				31/12/2016			
	Regulatório	Reclassificação (a)	Ajustes (b.1)	Societário	Regulatório	Reclassificação (a)	Ajustes (b.1)	Societário
Passivo								
Passivo Circulante	923.857	-	-	923.857	1.424.129	-	-	1.424.129
Fornecedores	17.184	-	-	17.184	29.621	-	-	29.621
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	871.875	-	-	871.875	953.450	-	-	953.450
Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.576	-	-	5.576	5.657	-	-	5.657
Benefício Pós-Emprego	986	-	-	986	460	-	-	460
Tributos	6.575	-	-	6.575	18.872	-	-	18.872
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	-	-	-	-	396.086	-	-	396.086
Encargos Setoriais	17.571	-	-	17.571	17.609	-	-	17.609
Instrumentos Financeiros Derivativos	3.457	-	-	3.457	1.798	-	-	1.798
Outros Passivos Circulantes	633	-	-	633	576	-	-	576
Passivo Não Circulante	2.423.091	(8.979)	196.297	2.610.409	3.248.059	(1.983)	208.621	3.454.697
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.370.847	-	-	2.370.847	3.182.123	-	-	3.182.123
Benefício Pós-Emprego	15.595	-	-	15.595	18.502	-	-	18.502
Provisão para Litígios	8.570	-	-	8.570	5.908	-	-	5.908
Tributos Diferidos	2.448	(8.979)	196.297	189.765	-	(1.983)	208.620	206.637
Instrumentos Financeiros Derivativos	24.149	-	-	24.149	40.682	-	-	40.682
Outros Passivos Não Circulantes	1.482	-	-	1.482	844	-	-	844
Total do Passivo	3.346.948	(8.979)	196.297	3.534.266	4.672.187	(1.983)	208.621	4.878.826
Patrimônio Líquido								
Capital Social	1.043.922	-	-	1.043.922	1.043.922	-	-	1.043.922
Reservas de Capital	239.691	-	-	239.691	239.691	-	-	239.691
Outros Resultados Abrangentes	(20.537)	-	391.163	370.626	(23.074)	-	417.036	393.962
Reservas de Lucros	601.365	-	-	601.365	293.862	-	-	293.862
Prejuízos Acumulados	(30.673)	-	30.673	-	(16.823)	-	16.823	-
Proposta para Distribuição de Dividendos Adicionais	98.511	-	-	98.511	186.947	-	-	186.947
Total do Patrimônio Líquido	1.932.279	-	421.837	2.354.115	1.724.526	-	433.858	2.158.384
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	5.279.228	(8.979)	618.133	5.888.381	6.396.713	(1.983)	642.480	7.037.210

26.2. Demonstração do Resultado do Exercício

	2017				2016			
	Regulatório	Reclassificação	Ajustes	Societário	Regulatório	Reclassificação	Ajustes	Societário
Receita / Ingresso	772.538	58.498	-	831.036	726.944	15.725	-	742.669
Suprimento de Energia Elétrica	772.382	-	-	772.382	726.827	-	-	726.827
Energia Elétrica de Curto Prazo	156	-	-	156	117	-	-	117
Outras Receitas Vinculadas	-	58.498	-	58.498	-	15.725	-	15.725
Tributos	(76.086)	(1.193)	-	(77.279)	(68.568)	(489)	-	(69.058)
PIS-PASEP	(13.572)	(142)	-	(13.714)	(12.231)	(22)	-	(12.253)
COFINS	(62.514)	(654)	-	(63.167)	(56.337)	(101)	-	(56.437)
ISS	-	(397)	-	(397)	-	(367)	-	(367)
Encargos - Parcela "A"	(3.436)	148	-	(3.289)	(4.212)	379	-	(3.834)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(44)	-	-	(44)	(58)	-	-	(58)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-	-	-	(422)	-	-	(422)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(148)	148	-	-	(379)	379	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(3.244)	-	-	(3.244)	(3.354)	-	-	(3.354)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	693.016	57.453	-	750.469	654.164	15.614	-	669.777
Gastos Operacionais	(117.240)	(57.453)	(36.249)	(210.942)	(130.496)	(15.614)	(36.233)	(182.343)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(81.873)	-	-	(81.873)	(64.340)	-	-	(64.340)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição	(936)	-	-	(936)	(775)	-	-	(775)
Pessoal e Administradores	(32.093)	(24)	-	(32.117)	(27.822)	-	-	(27.822)
Entidade de previdência privada	(2.067)	-	-	(2.067)	(1.677)	-	-	(1.677)
Material	(1.399)	-	-	(1.399)	(1.290)	-	-	(1.290)
Serviços de Terceiros	(14.600)	-	-	(14.600)	(10.349)	-	-	(10.349)
Arrendamento e Aluguéis	(548)	-	-	(548)	(518)	-	-	(518)
Seguros	(833)	-	-	(833)	(984)	-	-	(984)
Doações, Contribuições e Subvenções	(528)	-	-	(528)	-	-	-	-
Provisões	(75)	-	-	(75)	(360)	-	-	(360)
(-) Recuperação de Despesas	40	-	-	40	2.646	-	-	2.646
Tributos	(39)	-	-	(39)	(28)	-	-	(28)
Depreciação e Amortização	(28.835)	-	(36.056)	(64.891)	(29.298)	-	(36.215)	(65.514)
Amortização de Ágio	(9.966)	-	-	(9.966)	(9.966)	-	-	(9.966)
Gastos Diversos	(774)	-	-	(774)	(931)	-	-	(931)
Outras Receitas Operacionais	57.362	(57.305)	-	57	15.249	(15.235)	-	14
Outras Despesas Operacionais	(76)	(124)	(193)	(392)	(51)	(379)	(18)	(448)
Resultado da Atividade	575.776	-	(36.249)	539.527	523.668	-	(36.233)	487.435
Equivalência Patrimonial	401.240	(579)	11.902	412.562	313.117	(579)	7.030	319.568
Resultado Financeiro	(323.378)	579	-	(322.798)	(364.953)	579	-	(364.373)
Receitas Financeiras	67.789	-	-	67.789	143.436	-	-	143.436
Despesas Financeiras	(391.166)	579	-	(390.587)	(508.389)	579	-	(507.810)
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	653.638	-	(24.348)	629.291	471.832	-	(29.203)	442.629
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(47.590)	-	12.325	(35.265)	(53.800)	-	12.319	(41.481)
Resultado Líquido do Exercício	606.049	-	(12.023)	594.026	418.032	-	(16.884)	401.148

a) Reclassificações no Societário

Estamos realizando nas informações societárias reclassificações de valores que não se tratam de diferença entre as práticas contábeis regulatórias e societárias, mas sim estão sendo apresentadas em grupo de contas diferentes.

b) Registro no Societário do Custo Atribuído – Mais Valia

No Societário quando da adoção das novas práticas contábeis (CPC e IFRS), para a avaliação dos ativos que integravam os grupos Propriedade para Investimento – Bens de Renda, Imobilizado e Intangível, o modelo adotado para os ativos construídos e postos em serviço de longa data, pela impossibilidade da reconstrução da formação de seu custo ou quando o custo associado a estes ativos não eram relevantes, foi determinado valor de acordo com o seu respectivo valor de reposição (“custo atribuído”) e os valores reavaliados foram apresentados tanto para o custo como para a depreciação acumulada.

Os efeitos do custo atribuído aumentaram os valores dos ativos pertencentes aos grupos Propriedade para Investimento – Bens de Renda, Imobilizado e Intangível tendo como contrapartida o Resultado Abrangente no Patrimônio Líquido, sendo este líquido dos efeitos de Tributos Diferidos referente à contribuição social e imposto renda.

b.1) Efeito do ajuste do custo atribuído no balanço patrimonial

	Ajustes	
	31/12/2017	31/12/2016
Balanco Patrimonial		
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Participações societárias permanentes - Ajustes regulatórios nas transmissoras	30.673	16.823
Participações societárias permanentes - Mais valia reflexa	10.116	12.066
Propriedade para investimento - Mais valia de Bens de Renda	578.016	614.344
Imobilizado - Mais valia	(631)	(710)
Intangível - Mais valia	(41)	(41)
	618.133	642.481
Tributos Diferidos - Mais Valia - 34%		
Passivo Diferido	196.297	208.621
Patrimônio líquido		
Resultado abrangente - Mais valia	391.163	417.037
Prejuízos acumulados - Ajustes regulatórios nas transmissoras	30.673	16.823
	421.836	433.859

b.2) Efeito dos ajustes do custo atribuído na demonstração do resultado

	Ajustes	
	31/12/2017	31/12/2016
Demonstração do Resultado		
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Depreciação/Amortização - Mais Valia	36.056	36.215
Outras receitas/despesas operacionais	193	18
Equivalência Patrimonial - Mais Valia Reflexa	1.949	1.864
Equivalência Patrimonial - Ajustes Regulatórios nas Transmissoras	(13.851)	(8.895)
	24.347	29.203
Tributos Diferidos - Mais Valia - 34%		
Impostos (IRPJ e CSLL)	(12.325)	(12.319)
Efeito Líquido	12.023	16.883

A conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório é como segue:

	Conciliação	
	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio líquido societário	2.354.115	2.158.384
Ajuste do Custo Atribuído - Mais valia, líquido dos efeitos tributários	(391.163)	(417.037)
Ajustes regulatórios nas transmissoras	(30.673)	(16.823)
Patrimônio líquido regulatório	1.932.279	1.724.526

A conciliação do lucro líquido societário e regulatório é como segue:

	Ajustes	
	31/12/2017	31/12/2016
Demonstração do Resultado		
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:		
Depreciação/Amortização - Mais Valia	36.056	36.215
Outras receitas/despesas operacionais	193	18
Equivalência Patrimonial - Mais Valia Reflexa	1.949	1.864
Equivalência Patrimonial - Ajustes Regulatórios nas Transmissoras	(13.851)	(8.895)
	24.347	29.203
Tributos Diferidos - Mais Valia - 34%		
Impostos (IRPJ e CSLL)	(12.325)	(12.319)
Efeito Líquido	12.023	16.883

27. COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo, são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2017	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Total
Fornecedores de materiais e serviços	Até 4 anos	760	516	219	1.496
Arrendamentos e aluguéis	Até 4 anos	106	213	27	346
Total		867	729	246	1.841

28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	31/12/2017	31/12/2016
Outras transações		
Adiantamentos para futuro aumento de capital integralizados	43.900	16.415
Transferência entre imobilizado e intangível	-	144

29. FATO RELEVANTE E EVENTO SUBSEQUENTE

29.1 Emissão de debêntures

Em janeiro de 2018 foram emitidas, pelas controladas, debêntures simples não conversíveis em ações, com as seguintes condições e detalhes:

Empresa	Emissão	Quantidade emitida	Montante R\$ (mil)	Vencimento	Pagamento de juros	Destinação dos recursos
CPFL Geração	10ª Emissão – Série Única	190.000	190.000	Dez/2018	Semestral	Reforço de Capital de Giro
			190.000			

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

KARIN REGINA LUCHESI
Presidente

OSVALDO CIA
Conselheiro

DIRETORIA

KARIN REGINA LUCHESI
Diretor Presidente

GUSTAVO ESTRELLA
Diretor Financeiro
e de Relações com Investidores

WAGNER LUIZ SCHNEIDER DE FREITAS
Diretor Administrativo

RODOLFO COLI DA CUNHA
Diretor de Gestão de Energia

CONTABILIDADE

MÁRCIO CÉLIO PORPHIRIO MENDES
Coordenador de Serviços Contábeis e Ativo Imobilizado
CT CRC 1SP251528/O-0

CPFL Geração de Energia S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias em 31 de dezembro
de 2017**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balanco patrimonial	8
Demonstrações do resultado	10
Demonstração do resultado abrangente	11
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	11
Demonstração do fluxo de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	13
Carta de representação	
Termo de responsabilidade	



KPMG Auditores Independentes
Avenida Coronel Silva Telles, nº 977, 10º andar - Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000, Fax +55 (19) 3198-6001
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Conselheiros e Acionistas da
CPFL Geração de Energia S.A.
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da CPFL Geração de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da CPFL Geração de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CPFL Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a CPFL Geração de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis regulatórias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Valor recuperável ("Impairment") dos ativos não financeiros

(Consulte as notas explicativas 3.3, 3.4, 3.5, 3.6, 10 e 11 às demonstrações contábeis regulatórias)

A Companhia possui montantes de R\$ 491.809 mil, R\$ 102.986 mil, R\$ 19.410 mil e R\$ 3.835 mil nas demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2017 relativo a propriedade para investimento – bens de renda, ágio de incorporação, imobilizado e intangível, respectivamente. A Companhia efetua a análise de existência de indicadores ("triggers") de perda por redução ao valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa ("UGCs"), e realiza testes de recuperabilidade dos ativos para os quais indicadores foram identificados, utilizando-se do método de fluxo de caixa descontado, com base em determinadas premissas. Devido ao grau de julgamento envolvido e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderia ter no valor desses ativos nas demonstrações contábeis regulatórias, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avallamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados com a preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia. Avallamos a adequação da estimativa preparada pela Companhia, a determinação das UGCs e a metodologia utilizada para a realização do teste de redução ao valor recuperável. Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avallamos a razoabilidade das principais premissas e dados técnicos utilizados pela Companhia para a realização do teste de recuperabilidade de seus ativos, tais como taxa de desconto, volume e preço de venda de energia, períodos de continuidade das operações e gastos para reparação dos equipamentos e comparamos a soma dos fluxos de caixa descontados (valor em uso) e dos valores justos líquidos de despesas de venda com o valor registrado no ativo imobilizado e no ativo intangível da Companhia para determinação do recuperável. Adicionalmente, consideramos também a adequação das divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias, relativas às premissas e julgamentos utilizados no teste do valor recuperável de seus ativos.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação dos ativos não financeiros, os quais não foram registrados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos dos ativos não financeiros, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.



Outros assuntos

Demonstrações Financeiras

A CPFL Geração de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 20 de março de 2018.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa, referentes ao exercício findo nessa data, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação, datado de 24 de abril de 2017.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.



Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração e com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 16 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6




Marcio José dos Santos
Contador CRC 1SP252906/O-0

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo IV, inciso X, da Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Campinas, 16 de abril de 2018.

Concessionária: CPFL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.



Karin Regina Luchesi
Diretor Presidente
CPF: 219.880.918-45



Gustavo Estrella
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
CPF: 037.234.097-09



Márcio Célio Porphirio Mendes
Coordenador de Serviços Contábeis e Ativo Imobilizado
CT CRC 1SP251528/O-0
CPF: 167.396.958-57

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 63, DE 12 DE MAIO DE 2004

Art. 7º - Constitui infração, sujeita à imposição da penalidade de multa do Grupo IV:

.....

X - fornecer informação falsa à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.

